

ARSÊNIO MOTA

PELA BAIRRADA

bibRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO



Concelho de Oliveira do Bairro
Distrito de Aveiro
3770-355 Palhaça
Portugal

Para o

Museu de Palhaça

Lembrança de

Assírio Costa

bibRIA

PELA BAIRRADA

bibRIA

**CAMARA MUNICIPAL
DE OLIV. BAIRRO
OFERTA**

Algumas obras do autor:

- Som de Origem - Arte d'escrita*, Livros Horizonte, Lisboa, 1985.
A Última Aposta, ficção, Livros Horizonte, Lisboa, 1987.
Artistas ao Norte, Porto Editora, 1989.
Júlio Resende - A Arte Como/Vida, Liv^a Civilização, Porto, 1989 (org. e co-autor).
Letras Bairradinas - Antologia, ed. AJEB, Anadia, 1990.
Estudos Regionais (Sobre a Bairrada), Liv^a Figueirinhas, Porto, 1993.
O Museu no Sótão, crónicas, pref. Arnaldo Saraiva, Liv^a Figueirinhas, Porto, 1993.
António de Cértima - Vida, Obra, Inéditos, Liv^a Figueirinhas, Porto, 1994.
Armada Passos, Campo das Letras, Porto (org. e co-autor).

Contos para crianças:

- Os Segredos do Subterrâneo*, Prémio Internacional da Juventude, Editorial Caminho, Lisboa, 1986; 2^a ed., 1995.
Histórias com Historinha Dentro, ilust. Júlio Resende, Liv^a Figueirinhas, Porto, 1986.
A Roda Que Saiu dos Eixos, ilust. Luísa Brandão, Edições Asa, Porto, 1987; 2^a ed., 1994.
A Sopa das Nove Letras, ilust. Emerenciano, Porto Editora, 1988.
Tenho uma Ideia, ilust. Júlio Resende, Porto Editora, 1989.
A Nuvem Cor-de-Rosa, ilust. Júlio Resende, Edições Asa, Porto, 1989; 2^a ed. 1993.
- Colecção Tapete Voador, edição Campo das Letras, Porto:
- A Corte na Aldeia*, ilust. Armada Passos, 1996.
O Segredo da Rocha, ilust. Emerenciano, 1996.
A Bandeira Escondida, ilust. Fernando Lanhas (a sair).
O Mistério da Floresta Mágica, ilust. António Modesto (a sair).
A Ilha das Bocas Abertas, ilust. Carlos Carreiro (a sair).

FICHA TÉCNICA

Título: *Pela Bairrada*
Autor: Arsénio Mota
Edição: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro
Tiragem: 750 exemplares
Data: Maio, 1998
Impressão: Gráfica Firmeza, Lda.
Rua da Boavista, 302
4050 Porto

Depósito legal: 123467 / 98

ARSÉNIO MOTA



PELA BAIRRADA

bibRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

bibRIA

NOTA JUSTIFICATIVA

A presente obra «Pela Bairrada» pretende abarcar temas não puramente concelhios mas de carácter regional. De qualquer modo, não é possível falar correctamente da Região da Bairrada sem se falar de Oliveira do Bairro e do nosso Concelho, que é parte integrante daquela.

Os textos que constam do livro, escritos de forma solta e publicados ao longo dos últimos anos, pelo escritor Arsénio Mota, apontam para uma autêntica cultura de matriz bairradina nos moldes que o autor defende.

É um esforço algo pioneiro que se espelha neste livro e que sintetiza toda uma mensagem de amor pela alma da nossa região.

Dado que os temas dos textos revelam um estilo de recorte brilhante e contribuem para enriquecer todo o conhecimento que emerge de uma matriz cultural, a Câmara Municipal a que presido, no âmbito das suas actividades culturais, entendeu ser seu dever publicá-los para que não se percam tão excelentes trabalhos, na certeza de que nunca são demais todos os esforços conducentes à divulgação de temas de reconhecido mérito e interesse como estes.

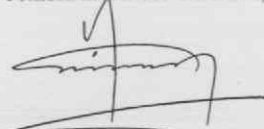
A publicação deste livro constitui, pois, mais um serviço de relevo cultural que a Câmara, fazendo jus ao mérito literário do autor, Arsénio Mota, quis prestar ao Concelho e à Região.

A Câmara Municipal congratula-se por poder mais uma vez corporizar uma das suas vocações, a cultural.

Que todos aproveitem desta iniciativa. Essa foi a nossa preocupação.

Oliveira do Bairro, Maio de 1998.

PRESIDENTE DA CÂMARA,



Dr. Acílio Domingues Gala

A primeira obra de Balthus, "A primeira noite de Balthus", é uma obra de grande importância para a história da arte. Ela é uma obra de grande importância para a história da arte. Ela é uma obra de grande importância para a história da arte.

Os textos que compõem o livro, escritos de forma solta e desordenada, são de grande importância para a história da arte. Eles são de grande importância para a história da arte. Eles são de grande importância para a história da arte.

É um livro de grande importância para a história da arte. Ele é um livro de grande importância para a história da arte. Ele é um livro de grande importância para a história da arte.

Logo que se começa a ler, percebe-se que o livro é de grande importância para a história da arte. Ele é de grande importância para a história da arte. Ele é de grande importância para a história da arte.

Além disso, o livro é de grande importância para a história da arte. Ele é de grande importância para a história da arte. Ele é de grande importância para a história da arte.

Logo que se começa a ler, percebe-se que o livro é de grande importância para a história da arte. Ele é de grande importância para a história da arte. Ele é de grande importância para a história da arte.

Logo que se começa a ler, percebe-se que o livro é de grande importância para a história da arte. Ele é de grande importância para a história da arte. Ele é de grande importância para a história da arte.

Clube do Livro, São Paulo, 1955



Entre os artistas, e mais particularmente entre os escritores, é fácil distinguir duas diferentes «famílias» que muito poucos traços apresentam em comum: a daqueles que vivem exclusivamente para a sua arte (quando não mesmo egoisticamente para a promoção ou a propaganda do que julgam ser a sua arte) e a daqueles que pelo contrário se entregam — quantas vezes com sacrifício de si próprios — ao serviço da Arte ou da Cultura em geral, no definido propósito de mais amplamente as fazerem usufruir por parte da comunidade a que também eles pertencem. Nem os primeiros, por via de regra, são os que se mostram mais exigentes com aquilo que fazem, nem os segundos os que menos têm para exprimir ou comunicar. Talvez possa dizer-se que uns são apenas o que são, enquanto os outros, além do que são, se impõem como homens de Cultura; e trata-se ainda, num caso e noutro, de algo que deriva e depende da estrutura moral dos indivíduos, do grau de percepção que manifestam ou não manifestam acerca das suas responsabilidades sociais — e, prioritariamente, da percepção e assunção dessas suas responsabilidades no próprio domínio da Cultura, em relação à própria Cultura.

DAVID MOURÃO-FERREIRA

«Tópicos Recuperados», Ed. Caminho, 1992, p. 191

bibRIA

EXPLICAÇÃO

O título escolhido para este volume pretende sugerir, como ponto de partida, a assunção dos dois sentidos percepcionáveis na preposição inicial. Ao movimento de aproximação ao terreno escolhido alia-se o gesto em prol da defesa do que de essencial nele se contém. «*Pela Bairrada*», portanto, quer dar a entender que o autor se coloca numa atitude declaradamente a favor da região assim chamada e que por ela, ou através dela, viaja ao encontro dos seus valores e expressões culturais em restauro.

Se acaso o designativo «região» que utilizamos fere alguma susceptibilidade, entenda-se o termo como sinónimo de «sub-região». Vale o mesmo.

O volume apresenta uma selecção de textos escritos e publicados ao longo dos últimos doze anos, aproximadamente. Surgem numa ordem cronológica o mais possível fiel, pois evocam o caminhar de um caminhante. Concorrem para exprimir os contornos detectáveis da fisionomia cultural bairradina (a revelar-se no problema dos seus impasses) pelo processo da procura de uma definição capaz de validar no terreno a aplicação da (entre nós ainda algo inovadora) disciplina dos Estudos Regionais.

Esta selecção de textos integra-se no ciclo de obras publicadas pelo autor desde 1987, nomeadamente «*Letras Bairradinas — Antologia*», 1990, e «*Estudos Regionais (Sobre a Bairrada)*», 1993, além de várias outras, de autoria alheia, que prefaciou, organizou e deu a publicação dentro do mesmo quadro temático. — A. M.

EXPLICAÇÃO

bibRIA

BAIRRADA SEM LITERATURA

Toda a literatura, partindo de uma base local ou regional, aspira à universalidade. Não vale a pena gastar citação demonstrativa deste sentido, tão óbvio ele é. Mas prevenindo contra o perigo da generalização e admitindo portanto que nem sempre assim será, inflexivelmente, não há dúvida de que uma região tem o direito de possuir ou desejar possuir uma expressão literária própria, tanto mais quanto estamos na época da afirmação do particular, do descentralizado, do local e regional.

Com a região da Bairrada, no entanto, parece não haver lugar nem sequer para o simples desejo. Não tem literatura e a região, que é demarcada para o vinho, no campo das letras torna-se inexistente porque não tem «fronteiras».

Por exemplo a vizinha Gândara, o Minho, o Alto Douro, o vale de Santarém e o Ribatejo, o Alentejo, a Madeira e os Açores, sem esquecer cidades como Lisboa, Coimbra, Porto ou Portalegre, tiveram os seus escritores e os seus artistas, a tal ponto que hoje ninguém pode evocar esses lugares sem lhes evocar as respectivas dimensões literárias e artísticas. As obras que nelas se inspiraram passaram naturalmente a fazer parte do seu património, na medida em que captaram poderosamente o animismo de cada lugar.

Mas a Bairrada ainda permanece jacente, como a bela adormecida, à espera do beijo de algum príncipe desencantador.

À região não devem faltar poetas, ficcionistas, escritores, enfim, só que têm andado de sentidos deveras sonolentos. Os que nela nasceram e os que para ela foram residir coincidem numa singular omissão. As poucas migalhas produzidas que se

conhecem, postas em cima da mesa, em vez de testemunharem presenças, mais revelam as ausências — e estas resultam de um alheamento raro porque parece sistemático, a apelarem para os versos do «Só»: *Qu'é dos Pintores do meu país estranho, / Onde estão eles que não vêm pintar?*

Na verdade, os escritores deste «país estranho», isto é, que nasceram ou lançaram raízes na Bairrada, tendem a projectar os olhos para longe, para lá dos seus limites e a tal ponto os diluem que não resulta fácil apontar, na estima colectiva, um autor ou uma obra literária em ligação nítida com aquela região, enquanto região. Serão os leitores relutantes à leitura que «escondem» os autores e as suas obras?

Seja como for, abundam na Bairrada características bem diferenciadoras e marcantes no plano da geografia humana. Em primeiro lugar, a natureza do seu solo barrento, que terá determinado a proliferação no seu interior de topónimos derivados (muitos Bairros, Barreiras, Barrô, Barreirão, etc.) e o próprio nome da região. Logo, a fertilidade abundante da terra bairradina, que fixou uma população numerosa e relativamente próspera, ligada à agricultura e encaminhada para o comércio e a indústria, ou a emigração.

É uma região airosa, agradável, acolhedora, pela orografia suave e pelo clima, mas sobretudo pelas gentes, que buscam uma projecção condigna no futuro. Tem suficiente riqueza etnológica — aliás estudada e registada de modo imensamente insatisfatório em vista das imposições das mudanças que, aceleradas, tudo vão convulsionando em silêncio e quase sem deixarem memória — e resulta mais conhecida de longe, pelo nome, que de perto, pelo que é.

O leitão à moda da Bairrada brilha no centro da gastronomia regional, bem sortida, e não podem faltar aí os seus vinhos fortes e encorpados, cheios de espírito, com o champagne em lugar de honra. Só precisa, afinal, que os seus escritores, de taça na mão erguida, brindem pela terra e as gentes que o produzem, dando-lhes a literatura que falta.

BAIRRADA ENCANTADA

Transplantado para o Porto há duas dúzias de anos (tantos, já, que me vou confundindo com os seus nevoeiros e granitos!), mas bairradino confesso, é da minha região de origem que falo em sábado de pausa e reflexão. Que outro tema melhor poderia escapar à peta da política em defeso?

Há meses aponte aqui a falta que a Bairrada tem de uma literatura própria, ainda que — oh, estranheza! — tenha os seus escritores, e hoje lembro que as suas insuficiências culturais se estadeiam noutros aspectos. Aliás, a região vive a triste sorte dos livros de certos autores, por exemplo António Sérgio, que aparecem mais citados do que andam a ser lidos (embora continuem a ser «pedras vivas», porém indigestas).

De facto, bairradinos há frequentemente que não sentem a falta de uma delimitação geográfica da região e que desconhecem o significado atribuído ao topónimo. Deveria ser-lhes explicado, como quem desvenda pela última vez o segredo de Polichinelo, que a Bairrada parece abranger três concelhos na totalidade (Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada) e dois em parte, Águeda e Cantanhede, mais talvez qualquer coisa de Vagos, Aveiro e Coimbra, caracterizando-se bastante pelo microclima e pela índole geológica dos solos.

A região assume deste jeito uma categoria de entidade mais ou menos abstracta e quase fantasmática. Amiúde referida, mas menos conhecida nos seus exactos contornos, poucos sabem onde começa e onde acaba e o que nela exactamente se contém. Importante, pois, será todo o esforço que procure ilu-

minar esta obscuridade inaceitável, quer dizer, revelar o que é a Bairrada aos bairradinos e ao país — para que finalmente a conheçam.

As autarquias, sobretudo os seus cinco municípios, têm um papel determinante a desempenhar neste campo, se quiserem aliar ideia e acção, mas o que sobressai é o marasmo conjugado. Os valores culturais da região subsistem a esmo, como ervas daninhas teimosas, e não têm projecção em grande medida por causa do indiferentismo das autarquias, que pouco fazem para emendar a situação, encontrar paliativos.

A região, demarcada para os vinhos, não possui órgãos próprios de coordenação cultural à sua escala e disso se queixa surdamente. Uma acção concertada dos municípios regionais poderia suprir tal falta, mas ocorre que cada um deles tende a fechar-se sobre si próprio e a encolher os ombros aos vizinhos. Por outro lado, a integração da Bairrada no sistema turístico da Rota da Luz, longe de melhorar a sua posição, ainda mais parece diluí-la no todo distrital aveirense.

Os escritores nascidos ou residentes na região mantêm-se isolados entre si e não se conhecem nem produzem uma literatura diferencial, porque uma inclinação antiga os leva ainda hoje a omitir os dados da ambiência regional. A Bairrada parece prisioneira numa esfera de cristal encantada...

Falta fazer uma espécie de recenseamento dos seus nomes e obras para as apreciar e divulgar, na crença de que os bairradinos serão os seus privilegiados destinatários e, sobretudo, falta compreender o motivo instaurador de tanto silenciamento. Podem encontrar-se aqui e ali autores e livros esparsos, não há é obras populares vinculadas de maneira reconhecível à região e com aceitação suficiente para nos persuadirem de que a exprimem. O que existe, conhecido, não vai além de simples amostra, surpreendente demonstração de carência.

Por mim, há um ano que venho a defender junto dos municípios bairradinos a realização, ali, de um primeiro encontro de escritores e jornalistas residentes ou nascidos na Bairrada, ou uma primeira jornada de cultura, e a organização de um prémio literário regional. Duas ideias modestas e úteis, viabilizá-

veis com o apoio de meia dúzia de tostões municipais, esbarram todavia na insensibilidade das edilidades, que as vão deixando para as calendas.

Lançar-se-ia no entanto o primeiro passo num caminho que logo teria de prosseguir em frente, na convicção de que é necessário que a importância económica da Bairrada no corpo nacional corresponda de algum modo à sua afirmação no plano cultural. Essa afirmação implica, note-se, uma autodescoberta pelos seus próprios naturais.

«Jornal de Notícias», Porto, 18/07/1987.

bibRIA

ABERTURA

na «Terra Verde»

Eis o primeiro número deste suplemento agora criado. Doravante vamos procurar publicá-lo com o «Jornal da Bairrada» da primeira semana de cada mês, portanto doze vezes por ano (ou apenas onze, se o período de férias adormecer os alentos do coordenador).

Não queremos de modo nenhum que este venha a ser «outro» suplemento literário-cultural alinhado com os já existentes. Expliquemo-nos. Desejamos apresentar este espaço com um conteúdo próprio, digamos diferente ou especial, ligado o mais possível aos valores culturais da região bairradina, pois só assim se nos afigura que valerá a pena o trabalho de o trazer a público.

«Terra Verde» pretende-se claramente como um «serviço» a prestar à nossa região. Deste modo, quer abrir um caminho, talvez mesmo dar um exemplo, preencher uma lacuna muito sentida na região dos pântanos, onde ainda hoje, apesar de tantos esforços semeados, ainda se fala pouco, aflitivamente pouco, dos valores culturais que são os nossos e que, no marasmo, tendem mais ou menos a cobrir-se de poeira nos lugares do desinteresse, e a caírem no desconhecimento até que, finalmente, se percam sem glória para ninguém.

Este suplemento deseja mostrar que a Bairrada tem uma cultura sua e que existe literariamente, por muito que as desatenções em persistente acumulação pretendam rasurá-la com uma freima quase suicida. Na verdade, se na Bairrada não se falar do que culturalmente nela avulta, muito menos poderemos esperar

ver essas palpitações ecoarem na dimensão supra-regional ou nacional. Só com um rasgado sorriso da sorte os estranhos poderão apreciar aquilo que na nossa casa passamos o tempo a desdenhar, ainda que tal seja o melhor da nossa identidade.

«Terra Verde» nasce e vai existir para dar voz aos valores culturais bairradinos, isto é, para os divulgar, fixar e estudar o melhor possível. Deste modo, há imenso que fazer — demasiado para uma pequena equipa, quanto mais para um homem só! — e nós pensamos (oh, ambição!) que a leitura regular deste suplemento interessará a todos os bairradinos capazes de se fazerem dignos da região que é nossa e não já, apenas, a meia dúzia de interessados habituais pelos afãs da cultura ou, mais especificamente, da literatura.

Temos de perceber que as obras publicadas de escritores como António de Cértima, padre Acúrcio Correia da Silva, Manuel Alves e tantos outros que escreveram obras admiráveis sobre a Bairrada (como Tomás da Fonseca com o romance «Filha de Labão», António Feliciano de Castilho com a narrativa «Mil e Um Mistérios», Fialho de Almeida com os seus contos, etc.) não têm leitores, não circulam, ficam ignorados das novas gerações. Teremos também de perceber até que ponto são prejudiciais, por exemplo, casos como o da inexistência de uma reedição dos «Versos dum Cavador», livro hoje raríssimo, ou o da doação da biblioteca do padre Acúrcio à Universidade de Aveiro.

Teremos de perceber a quantidade de figuras e obras que estão negligenciadas (casos de Augusto Pires, Rodrigues Leónidas, José Rodrigues, Feliciano Soares, José Francisco Moreira, Miguel França Martins, Ercília Pinto e tantas outras, já por vezes escassissimamente conhecidas, porque as memórias dos vivos embranquecem e certas pressas do deita-fora tudo acham bom para estrumar a terra ou queimar na fogueira.

Os bairradinos parecem considerar a sua região tão fabulosamente rica que se dão ao luxo de deitar fora estas verdadeiras riquezas! E note-se, as riquezas, sendo embora de natureza imaterial, não são menos essenciais.

Outro exemplo: veja-se só a quantidade de originais merecedores de publicação que jazem inéditos em alguns espólios

literários menos desconhecidos. É o caso de António de Cértima, do padre Acúrcio, do próprio Poeta Cavador, para não ir mais longe. E acrescenta-se a quantidade de textos publicados por algumas destas figuras em jornais principalmente da região, até agora não folheados, não consultados.

Vai esta situação continuar assim, inalterável? Há quem reaja, está visto. «Terra Verde» pretende ser o órgão dessa renovação, desse acordar indispensável e urgente. Desde logo, a escolha do próprio título o sugere: inspira-se no terceiro verso da terceira quadra da letra do «Hino da Bairrada», de autoria do padre Acúrcio, que, com música de Albano Cruz, canta assim: «Enquanto a vista se perde / Nestes campos enflorados / – Ó filhos da terra verde, / Ó Ala dos Namorados!»

O «Hino da Bairrada» permaneceu esquecido durante perto de meio século, até que, por iniciativa do signatário, resurgiu, executado pelo Orfeão de Bustos, para abrir o 3º Encontro de Escritores e Jornalistas, em Oliveira do Bairro.

Acordemos todos a este som, ó filhos da Terra Verde!

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 1, 04/05/1991.

«PLÊIADE BAIRRADINA»

SURTIU EM 1918

Não há dúvida nenhuma. A região da Bairrada fulgurou culturalmente enquanto existiu a tão lembrada «Plêiade Bairradina». «Mexeu» ainda durante os anos seguintes. Mas se quisermos saber algo dessa autodesignada plêiade (que o foi, para todos os efeitos), indagaremos em vão. Ninguém sabe hoje, tanto quanto se sabe, o que aconteceu naquele período realmente áureo.

Esta breve notícia será uma primeira achega para a história da «Plêiade Bairradina» que está completamente por fazer. A junção de elementos dispersos permite descobrir algumas linhas soltas e atar alguns nós, para se avançar com vista a conseguir uma ideia de conjunto.

Pode assentar-se num facto: os fundadores da plêiade foram António de Cértima e o padre Acúrcio Correia da Silva, que também assinava Sálcio Bairrada. O primeiro destes dois amigos (ambos do concelho de Oliveira do Bairro) lançou a ideia e o segundo corporizou-a, revelando-se um admirável animador do grupo. Atestam-no testemunhos de sobra e em breve começaremos a notar quem se integrou no grupo. Por exemplo, José Pereira Teles (na pág. 58 do *In Memoriam* do padre Acúrcio, 1959), conta: a «Plêiade» foi fundada num período de férias, com bons amigos, «jovens como nós». E acrescenta: a «Plêiade» tinha hino, do qual J. P. Teles transcreve quatro versos que aludem ao «alegre bando». Onde pára esse hino?

José Pereira Teles evoca o seu jornal («O Brado», de Ílhavo) para dizer que foi nas suas páginas que «publicaram os rapazes

da Plêiade Bairradina e, de um modo assíduo, o Acúrcio, os primeiros voos da sua inspiração poética e depois as suas produções já limadas. E quantos deles não foram águias no panorama da nossa literatura!», exclama (pág. 60).

Também Miguel França Martins, no mesmo *In Memoriam* (pág. 60) escreve: «O Acúrcio foi um mestre das gerações do seu tempo que com ele privavam». Anota: «Expoente máximo da sua geração, ardia em convulsões febris para elevar, cada vez mais alto, a Região em que vivia e amava» (pág. 67).

Francisco da Cruz e o padre Abel Condesso exprimem-se em concordância. Diz o primeiro (pág. 32): «Quanto lhe devemos nós, aqueles que fomos seus discípulos na Plêiade Bairradina? Quanto lhe deve a face espiritual da nossa região naquilo que de mais elevado e nobilitante a caracteriza e torna conhecida?»

Para Abel Condesso, o padre Acúrcio foi «o mentor literário dos mais novos da sua geração» (pág. 78) e «o valor de maior relevo intelectual na região bairradina» (pág. 79).

O padre Abel Condesso, embora contemporâneo, não integrou o grupo da plêiade, mas Francisco da Cruz (irmão do autor da música do «Hino da Bairrada»), o inspector escolar Arménio Gomes dos Santos (ou Arménio Dolivais), António Barata, António Rodrigues Pepino Leónidas e António de Cértima e outros pertenceram ao movimento ou apoiaram-no, gravitando em torno da figura do prestigiado padre Acúrcio (que viria a falecer em 1925).

A «Plêiade Bairradina» surgiu logo no fim da Primeira Grande Guerra (1914-18), ou seja, praticamente no dealbar do presente século em termos históricos. Em que data precisa? Um dia o Armor Pires Mota mostrou-me, interrogativo, uma folha impressa dos dois lados, pequena *plaque* literária. Ostentava ao alto o nome da plêiade e, significativamente, estes versos de Manuel Alves: «Chorei o meu Torrão Santo, / O melhor de todo o mundo». Mais abaixo, esta legenda: «Recordação da primeira sessão solene da Plêiade Bairradina no Paraizo de Sá (Sangalhos) em 15 de Setembro de 1918.»

Trata-se da «certidão de nascimento» do grupo. As férias a que se reporta José Pereira Teles teriam portanto sido as de Agosto de 1918, decerto passadas na Costa Nova. E o grupo quis deixar «certidão» do seu primeiro acto público, realizado aliás na localidade onde o padre Acúrcio exercia o seu múnus. A *plquette*, julga-se que de escassa tiragem, foi impressa na tipografia do jornal «Bairrada Livre», de Anadia.

Na duas páginas interiores da cartolina dobrada ao meio aparecem poesias de quatro dos primeiros elementos do grupo: António Barata, Sálcio Bairrada (pseudónimo do padre Acúrcio), António de Cértima e António Rodrigues Pepino (Leónidas).

O exemplar que tive presente ostenta autógrafo de António de Cértima, com dedicatória a Armando Esteves e data de «Giesta, 6 de Janeiro de 1919». Giesta, lugar da freguesia de Oiã, é o lugar do nascimento de Cértima.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 3, 05/07/1991.

bibRIA

VAMOS LER «COMUNICAÇÕES»

O leitor atento de «Encontros de Escritores e Jornalistas da Bairrada — Comunicações» depara-se mais de uma vez, ao longo do livro, com trechos de autores que declaram candidamente que não sabem onde começa e onde acaba esta região. Repetem com gosto e convicção «sou da Bairrada», mas, pelos vistos, ninguém sabe apontá-la com exactidão no mapa nem descrevê-la com um mínimo de fiabilidade. Porém, o livro ofereceu-nos um conjunto de comunicações a Encontros, ou seja, um conjunto de contributos pessoais espontâneos «comunicados», portanto «postos em comum», com vista à superação das dificuldades individuais.

Este livro, obra de cultura viva, resulta assim numa demonstração eloquente do que não se sabe e se quer saber em grupo aberto. As quatro dezenas de comunicações feitas aos três Encontros, entre 1988 e 1990, constituem-se numa espécie de diálogo interrogativo com a realidade e ficam, sem dúvida, como a expressão do movimento cultural mais importante que a Bairrada já teve nestes últimos decénios.

Não fica mal ao signatário dizê-lo, embora tenha organizado pessoalmente os Encontros, porque nesse papel lhe coube tão só recolher as comunicações que os participantes entenderam fazer espontaneamente e reuni-las agora em volume.

O interesse cultural destas «Comunicações» tem de ser salientado, porque é muito e notório, para além dos (afinal inevitáveis) desníveis resultantes das diversas formações e dos variáveis graus de cultura dos seus respectivos autores.

Uma leitura, mesmo feita em diagonal, deste conjunto de textos dará uma ideia clara do interesse cultural que eles têm para os bairradinos e da vastidão dos temas focados. Evocam figuras proeminentes como as de Manuel Alves, o Poeta Cavador, o padre Acúrcio Correia da Silva, o escritor António de Cértima, o dr. José Rodrigues, autor de «O Couto de Aguim», Adelino de Mello, que gastou 48 anos de vida nos jornais, o poeta popular José Francisco Moreira, conterrâneo e companheiro do Poeta Cavador, o pintor Fausto Sampaio, o dr. Miguel França Martins, Feliciano Soares...

Evocam ainda figuras de projecção algo localizada, como a do músico David Pinto e o jovem artista Álvaro de Cerveira Pinto, ambos da Póvoa do Garção, o dr. Costa Ferreira, fundador do Hospital de Oliveira do Bairro, o pintor Domingos Pires, da Pampilhosa, Augusto Simões da Costa, que dirigiu o jornal «Alma Popular» (1915-1917) e depois o «Farol da Liberdade» (1920) em Bustos; ainda desta localidade, evocam a figura do padre Agostinho Pires, director de uma revista cultural...

As «Comunicações» abordam ainda temas da historiografia regional, interpretando por exemplo dois documentos do século XVII, um sobre a Mamarrosa a propósito da viagem das fundadoras do Convento de S. João Evangelista das Carmelitas Descalças de Aveiro, e o outro o tombo, de 1645, das propriedades e senhorios existentes na região, também uma alusão aos livros das visitas pastorais do Arcediago do Vouga, «*que comportam toda a zona bairradina*».

Uma comunicação levanta dúvidas sobre as verdadeiras raízes de alguns topónimos regionais e outra guinda a bicicleta bairradina a toda a sua altura, ao traçar os primórdios do ciclismo desportivo nos anos vinte, nesta região.

Fala-se também de questões do património construído e da necessidade da sua conservação, estudo e divulgação o mais possível com o apoio da imprensa regional. Aponta-se na Bairrada a existência de edificações, na vila de Oliveira do Bairro e em S. João da Azenha, ao estilo da «casa portuguesa», obras do arq^o Cipriano Maia, nascido em Avelãs de Caminho. E vem a talhe de foice o Vale da Mó e suas termas semiabandonadas...

O livro «Encontro de Escritores e Jornalistas da Bairrada — Comunicações» contém ainda textos relativos à etnologia e aos costumes populares. Dá fé do que existe para a região no campo etnográfico, por sinal estranhamente pouco, coligē dezenas de provérbios e abre uma ponte entre esta região e a Gândara vizinha...

Recorda ainda diversos costumes populares em desapareição, romarias e festividades tradicionais, e um bairradino, então emigrado em Newark, Estados Unidos, nota que nada sabe nem pode saber da sua região, que ele sente, por outro lado, que é mais, tem de ser mais do que o mero vinho, o leitão, a chanfana, o champanhe, tudo isso que vai à mesa e alegra a vida mas, ai de nós, não chega para lhe dar um sentido...

Entre tudo isto, há ainda neste volume lugar para a chamada criação literária, textos em prosa algo poética que vão em busca da identidade regional. E aparece quem se debruça sobre temas da língua e da lusofonia, os problemas do escritor e o artista como homem social...

Saltam, irresistíveis, as sugestões e as propostas, não só nas conclusões dos Encontros, também no corpo das comunicações: aqui trata-se da compilação de toda a obra literária, em prosa e verso, dispersa por livros esgotados ou por jornais, ou ainda inédita, do padre Acúrcio; ali é a recolha de peças com valor etnográfico que fica apontada; acolá é a organização de um museu regional da Bairrada que aparece na proposta, ou também um museu da bicicleta...

Não restem dúvidas, estas «Comunicações» ficam como uma obra de cultura viva até pela variedade dos assuntos tocados pelos seus 33 autores. A Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada (AJEB) nasceu dos Encontros mas, na verdade, o alcance destes pode ser mais lato e maior.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 3, 05/07/1991.

A BAIRRADA NUM ROMANCE DE CASTILHO

A Bairrada tem na figura eminente de António Feliciano de Castilho um dos «seus» autores principais devido à circunstância bem conhecida de ele ter começado a visitar com demora esta região logo que começou a estudar na Universidade de Coimbra. Seu pai, radicado em Lisboa, deixara raízes familiares em Aguim, Mogofores e arredores, e António Feliciano de Castilho, cego, junto com um irmão, aproveitaram para visitar repetidas vezes essa parentela provinciana, conforme contou mais tarde seu filho nas «Memórias de Castilho».

Ora é já muito menos conhecida dos bairradinos a obra literária que Castilho escreveu em ligação com esta região, que sem dúvida bastante o impressionou no período gárrulo da juventude. Algumas das suas poesias e também os primeiros seis capítulos do romance «Mil e Um Mistérios» foram antologiadados por mim nas «Letras Bairradinas» em data recente, mas torna-se evidente que é preciso chegar mais longe para que melhor justiça seja feita. Este romance, pelo menos, dá-nos razões acrescidas para o querermos colocado, inteiro, desde já, à nossa cabeceira ou, de qualquer modo, junto ao coração.

Castilho (1800-1875) cultivou escassamente o género do romance e este mesmo deixou-o incompleto. O primeiro tomo, publicado em 1845, foi reeditado em 1907, quando lhe foi acrescentado postumamente o segundo tomo, com um fragmento manuscrito intitulado «O frade», encontrado inconcluso, como continuação do romance «Mil e Um Mistérios», *«que possuímos da lettra do secretário d'elle, excellente homem e dedicado amigo, Francisco Manuel Soares Brandão.»*

Suponho que esta obra castiliana se manteve desde 1907 sem tornar a ver a luz do prelo. Ora, apesar do pouco valor que pode ter essa última parte intitulada «O frade», com que termina o segundo tomo do romance nas Obras Completas, o facto de a obra ter desaparecido dos circuitos da leitura é deveras lamentável especialmente para os bairradinos.

Castilho, mestre da geração do segundo romantismo português, foi «exilado» pela geração de 70, condenado por anacronismo e afectação (lembre-se a famosa «Questão Coimbrã»), mas tudo isso não consegue empanar o brilho da sua obra global, que vale sobretudo pela vernaculidade e pela arte da composição. Agora, até as traduções de clássicos como Ovídio, Virgílio, Anacreonte, Molière, Shakespeare, Goethe, Cervantes e outros, feitas por Castilho, são estimadas pela sua perfeição e beleza.

Bem andariam os bairradinos se tentassem resgatar das sombrias prateleiras das bibliotecas, públicas ou privadas, este pelo autor dito «romance dos romances». Temos excelentes razões para procedermos quanto antes a esse acto de restauro e de justiça, de homenagem e de consagração merecidíssimas.

Nos «Mil e Um Mistérios» encontramos o ambiente da Bairrada da primeira metade do século XIX. Abundam as anotações sobre os vestuários, os costumes, inclusive as formas de tratamento social, as diversões e até algum vocabulário regional, entre alusões a Aguim, Tamengos, Moita, rio Viadores, mata do Buçaco, etc., etc.. Porém, o principal encanto do romance (cuja análise não pode ser aqui feita) não tem marca regional. Reside na graça, por vezes laivada de ironia, com que o autor entretece as peripécias da narrativa, tão divertidas e capitosas que fazem da leitura um verdadeiro prazer.

Castilho estrutura o romance com base num herói de carácter fogofo, com origem em progenitores enigmáticos, e nos seus amores tumultuosos que acabam por o levar, dentro da pele de um urso esfolado, aos salões da sua bem-amada, cortejada por um sedutor capitão, e de o fazer zurrar ali como um urso verdadeiro... Abundam as situações paródicas e os comentários jocosos, que salientam a bondade natural do viver bairradino característico. Castilho conheceu por dentro a nossa região e

deixou-se impregnar pelo espírito da sua gente, que sem dúvida o apaixonou.

Repetindo os termos com que abre o primeiro tomo do romance, «temos de confessar que muitos predicados se encontram nesta tentativa que a tornam digna da pública atenção: a linguagem corrente, moderna, e vernácula; o estilo elegante; as ironias, ainda que pouco perceptíveis hoje, muito engraçadas; as cenas, pintadas com verdade; as descrições, quase sempre completas e acabadas». E mais: «Da leitura deduz-se, contudo, poucos capítulos andados, o pensamento inicial, a intenção estética da obra: nada menos que reagir contra os enredos misteriosos, tenebrosos, emaranhados, de alguns escritores franceses da escola romântica, as exagerações apaixonadas, as sedes de sangue, os punhais e as peçonhas, que animavam tantos livros e dramas daquele ciclo literário.»

Quando poderemos ler em reedição actualizada os «Mil e Um Mistérios»?

A AJEB não dispõe de recursos suficientes para isso e outros recursos à vista não há...Vamos ler o romance aqui, em folhetins?

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 4, 02/08/1991.

SARAMAGO PASSOU POR AQUI

Um dia, José Saramago resolveu sair de Lisboa e partir ao encontro do país para o descrever nos seus cantos e recantos. Daí resultou o livro «Viagem a Portugal», agora reeditado pelo Círculo de Leitores (Lisboa, Março de 1991).

Este pequeno-grande país ibérico espelha-se nas 270 páginas do volume bonito, com texto de Saramago e fotos a cores de Maurício Abreu. E acontece isto: a região da Bairrada, por onde o romancista do «Memorial do Convento» naturalmente também jornadeou, não ocupa ali talvez mais de duas páginas de texto. Quanto a fotos, o livro mostra adjacências: o retrato e o túmulo de Santa Joana e a ria de Aveiro, moliceiros, palheiros de Mira em vias de extinção, a capela dos Lemos na Trofa, a Coimbra mondeguinta — nada de visual que possa exprimir a Bairrada.

Impõe-se reconhecê-lo (ai de nós!): a imagem que a região da Bairrada projecta de si para o exterior é pobre e ainda hoje praticamente nula. A região não tem existência real, objectivação, e portanto os valores do seu património histórico-cultural, que podem ser pobres mas são alguns, e dignos de menção, mantêm-se sob a cortina do mais atroz silenciamento, um silenciamento gerado por uma quase geral indiferença, de mortal efeito. Por outro lado, a região carece de monumentos grandiosos colocados no meio de praça pública ou de outros motivos que a imponham nos roteiros turísticos às admirações nacionais, de resto embotadas pela superabundância das proliferações vedetísticas do consumo fácil.

Saramago não soube ou não pôde descobrir os valores algo escondidos do nosso património, mas isso, bem entendido, redonda mais em motivo de autocritica para os próprios bairradinos do que em motivo de critica fundamentada contra o livro.

Vejamos, no pouco espaço que Saramago dedica à nossa cantada região dos pampas, o que ele diz do seu jornadear. Em suma, no capítulo «Terras baixas, vizinhas do mar», refere a ria, Aveiro, Vista Alegre, a panteão dos Lemos da Trofa e Santa Eulália (Águeda). Depois procura *«terras pequenas, sossegadas, onde ele próprio possa ouvir bem as perguntas que faz, mesmo não recebendo resposta»*.

Assim refere Oliveira do Bairro e Oiã, *«que fica do outro lado do rio Cértima»*, vila esta com sua igreja e seus retábulos de talha dourada recebida do Convento de Santa Ana de Coimbra, donde também proveio o seu cadeiral». Aprecia o conjunto de pinturas seiscentistas, *«que distinguem e enriquecem a igreja»*, *«meia dúzia de excelentes retábulos, de notável unidade de factura e de estilo, claramente todos da mesma mão, e não de habilíssima mão, como se vê pelo repetitivismo das expressões»*. Etc.

Continua o narrador: *«Em Mamarrosa não se demorou. Apreciou a frontaria [da igreja] e, se não está sonhando, se foi realmente ali e não noutro lugar, visitou o minúsculo cemitério que está ao lado da igreja, tão minúsculo que só uma conclusão se pode tirar, a de que se morre pouco em Mamarrosa»*. E Saramago prossegue: *«Sempre para sul, o viajante passa Samel, Campanas, Pocariça. A paisagem não espanta, é da Bairrada, aprazível sem sobressaltos. Hoje não haverá surpresas»*.

Duas o esperam, no entanto, em Cantanhede: a igreja matriz e o Marquês de Marialva, restaurante. Chovia!

Depois Mira, em busca dos seus palheiros. Vai dormir à Figueira da Foz. Mas ainda se aproxima para falar de Ançã, da sua pedra, e afasta-se para as bandas do Mondego com desejos de que não chova. Claro, não vai perder o Buçaco, depois é o dilúvio dos céus e ele vai tristíssimo, com a floresta da serra na memória. Passa Anadia e segue para Boialvo, atravessa Águeda,

passa de novo Trofa, «e quando entra em Oliveira de Azeméis é noite fechada».

Omitem-se a Curia, as Almas Santas da Areosa, monumentos como os de Visconde de Seabra, Manuel Alves, Padre Acúrcio, personalidades como M. Rodrigues Lapa, Fausto Sampaio... A Bairrada, aprazível sem sobressaltos, não terá mesmo surpresas?

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro supl. «Terra Verde» nº 5, 06/09/1991.

bibRIA

BAIRRADA: QUE CULTURA?

Termina hoje, neste suplemento, a publicação póstuma da última parte do manuscrito de autoria do prof. Bento Lopes intitulado «Bairrada, solar de Cultura».

Iniciada no primeiro número de «Terra Verde», em 4 de Maio passado, a publicação deste inédito preencheu seis das nossas páginas centrais. Foi a última obra do autor, falecido, lembre-se, a 16 de Agosto do ano transacto, com 90 anos feitos. Começou a escrever, segundo um seu filho (o dr. Angelino), só depois de reformado, já com uns 72 anos de idade. Ora as páginas de «Bairrada, solar de Cultura» foram redigidas aos 89 anos, quando o autor praticamente já não saía de casa e, por fim, nem sequer da cama.

O prof. Bento Lopes, nestas páginas derradeiras que nos quis deixar, faz mais do que percorrer a galeria das notabilidades que ao longo dos tempos de algum modo sentiu que ficaram ligadas à cultura da nossa região. Com dedo de mestre, apontou-nos cada figura evocada, propondo-a à nossa veneração, mas percebe-se que ele quis ir mais longe.

Evidentemente, os bairradinos conhecem mal muitas das figuras que Bento Lopes, guiado tão só pela memória, ia inscrevendo directamente nas folhas de um caderno escolar. Algumas são conhecidas de nome, outras por uma nesga da obra, e muitas têm um nome que não soa ao ouvido, tão esquecido por vezes ele anda pelas agramas do nosso comum desinteresse. Bem fez, portanto, o prof. Bento Lopes em no-las recordar, lembrando de passagem que a Bairrada é, para todos os efeitos, um verdadeiro «solar de Cultura». Se quisermos assumi-la, é claro...

Se quisermos?! A dúvida justifica-se. Continua entre nós a ser escasso o interesse pelas coisas da nossa cultura, sejam do passado ou sejam do presente. Começámos nestes últimos anos a envolver-nos num movimento de renovação que tem gerado frutos de valor crescente, mas temos de nos interrogar sobre o que de facto mudou. Talvez a situação, infelizmente, não tenha evoluído assim tanto — para já.

Na Bairrada há pintores e escultores, há ficcionistas, poetas e críticos literários; há actores e autores de teatro, há... de tudo um pouco! Mas a Bairrada, ao que parece, não tem artistas, não tem escritores — não tem quem a torne «solar de Cultura». Isto é, falta à Bairrada quem a assuma como região com acervo cultural próprio e, proclamando-se, a proclame!

Falta-nos mesmo um público para as iniciativas culturais.

Uma exposição documental ou de arte, uma conferência ou um lançamento de livro, por exemplo, quantos bairradinos pode mobilizar? Quem compra e lê livros, nesta região, que não sejam de estudo escolar ou impingidos pelos vedetismos da indústria cultural nacional? Quem escreve sobre temas bairradinos nos jornais ou fala deles nas rádios?

Num caso destes, é fácil e é cómodo atirar acusações e queixas para cima do público, que todos somos e não é ninguém. Em vez disso, seria melhor que os escritores e os artistas bairradinos assumissem a Bairrada. O público, sem dúvida, viria a seguir, correndo até atrás deles e decerto com aplausos!

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 5, 04/09/1991.

FALTA ESCREVER A HISTÓRIA DA IMPRENSA NA BAIRRADA

Imaginemos que alguém põe os olhos numa das variadas e tão flagrantes lacunas em aberto na cultura da Bairrada, exactamente esta: ainda está por escrever a história da sua imprensa regional. Tão redonda lacuna nem sequer é mitigada por uma simples resenha, seja muito incompleta e desactualizada, dos órgãos da imprensa periódica que já existiram na região, suas características gerais, nome dos respectivos dirigentes e seus colaboradores mais destacados. Porque não há nada, apenas algumas migalhas soltas.

No entanto, sem uma história suficiente dos jornais e revistas que vieram a lume na Bairrada desde sempre, isto é, sem uma ideia do que cada publicação representou dentro do conjunto e das suas ligações com a sociedade em cada época, não será possível a ninguém estruturar uma compreensão mínima do que foi o nosso passado e do que é o nosso presente.

Por outro lado, parece que chegaram a ser muito significativas algumas das publicações periódicas fundadas na região e sua periferia, em especial no início do século, quando a propaganda republicana, abrindo caminho à implantação do regime em 1910, soprava forte nas tubas. Embora só uma pesquisa orientada possa dar pé a conclusões fiáveis, não será muito ousado supor que se torna imprescindível avaliar neste quadro as publicações periódicas editadas desde sempre em localidades como Aveiro, Ílhavo, Vagos, Cantanhede, Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia, Mealhada, Coimbra e outras.

O próprio conhecimento da obra literária dos autores bairradinos e das suas relações com outros autores radicados fora

da região, para se tornar razoável, requer indispensavelmente um conhecimento mínimo da imprensa regional bairradina.

Apesar de tudo, ainda não foi possível avançar um passo nesta direcção. Se tudo o mais não falha (quer dizer, se a ideia brilha num cérebro e se a pessoa está pronta e capaz para o trabalho), falham pelo menos as condições materiais.

De facto, a realização do projecto que resultaria na elaboração de uma história da imprensa regional bairradina carece de meios materiais que excedem bastante uma capacidade individual normal. Uma pessoa pensa um pouco e avalia imediatamente os meses e os anos que tal projecto consumiria. Precisaria de vasculhar nas bibliotecas, públicas e privadas, de cada localidade, varrer com os olhos milhares de páginas amareladas, gastar muito dinheiro em deslocações e pesquisas aturadas no terreno... E quem pagaria as despesas?

Já nem se fala na conveniência de se proceder a um trabalho não individual mas de equipa e por isso, naturalmente, mais onerado. Se os recursos mingnam até à aflicção para uma pessoa, menos ainda chegariam para alimentar um grupo.

Porém, as dificuldades de realização do projecto, motivadas pela carência de meios materiais, não empanam de modo nenhum o brilho e o alcance culturais da iniciativa que produziria uma história da imprensa regional bairradina. Se para algo essas dificuldades servem, será para realçar ainda mais o mérito absoluto de tal obra.

Perante tudo isto, alguém (e este «alguém», sem segredo, foi o signatário) tentou recentemente romper o bloqueio dos factos e andou a bater a certas portas em busca de uma bolsa ou, pelo menos, da viabilização da respectiva hipótese. Com uma bolsa de estudo, mesmo modesta, já seria possível avançar talvez para a concretização do projecto. Mas a experiência demonstrou que, embora existam bolsas para conceder a gente de áreas como as artes plásticas, a música e a dança, a investigação científica, o ensino e etc., por parte de fundações, ministérios, institutos e outras entidades, nenhuma delas, tanto quanto se sabe, aparece em condições de aceitar o projecto e responder à carência.

Concretamente, no meio de uma grande abundância de bolsas, nota-se a inexistência de uma única capaz de apoiar uma pesquisa e um estudo das publicações periódicas regionais.

Tão-pouco existe, ou não se vê na Bairrada, uma instituição com meios suficientes e vocação adequada para apoiar uma iniciativa deste género.

O caso avulta ainda mais tendo em vista que o distrito de Aveiro, no qual a Bairrada em grande parte se situa, está ainda longe de possuir uma história da sua imprensa, apesar da pujança que terá atingido desde a eclosão e rescaldo das lutas liberais do século passado. Uma história da imprensa bairradina, neste quadro, poderia constituir um primeiro capítulo valioso para a necessária história de âmbito distrital.

Mas o bloqueio dos factos aperta como um garrote. Sufoca demais. Salve-se, portanto, pelo menos este alerta! Alerta, para já, limitado a dar ao conhecimento geral uma lacuna das mais gritantes que persistem na cultura bairradina.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 7, 06/12/1991.

bibRIA

PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS

A memória humana é curta, diz-se. Mas há quem se lembre como era o ambiente cultural da Bairrada até há uns seis anos. Saboreava-se o leitão regado com bons vinhos — e o mais, que culturalmente era tudo, cabia por inteiro na paz dos cemitérios.

As pessoas que escreviam nos jornais, que animavam as rádios, que escreviam livros, não se conheciam, não comunicavam entre si enquanto bairradinos. A paz dos cemitérios era tão completa que nem havia conhecimento de almas penadas: as gentes e as obras atiradas para os purgatórios do esquecimento.

Hoje, felizmente, as coisas estão a mudar (e nem vale a pena lembrar quem foi o principal motor da mudança, durante longos anos de esforço e sacrifício pessoal, porque isso sempre há-de incomodar as excelências que nada fazem!). Quem se dedica à escrita na Bairrada já vai sendo conhecido e já vai podendo estreitar as correntes de comunicação interpessoal, enquanto progridem alguns esforços para resgatar as almas penadas que as circunstâncias vão colocando à mão.

Aparentemente, caminha-se bem e no bom sentido, apesar das rivalidades atizadas por medíocres e da confusão de valores pretendidas por pescadores de águas turvas. Todavia, espreitando para além das aparências, vê-se realmente ainda pouca mudança. A região da Bairrada, enquanto entidade cultural própria, permanece demasiado longe das inteligências que por aí às vezes mais se empertigam.

Acontece mesmo este fenómeno deveras paradoxal e, por isso, curioso: certas pessoas que manifestam reservas, mais em

privado que em público, ou notórias faltas de entusiasmo, perante a viabilidade séria do projecto de uma cultura regional bairradina, são as mesmas pessoas que por sinal mais insistem em reduzir a região à escala mesquinha das suas terreolas.

Quer isto dizer que os maiores «críticos» (sem crítica?) do projecto de uma cultura regional bairradina são coincidentemente os que mais incapazes se mostram de ascender a uma concepção globalizante, teimando em formulações localistas redutoras.

No entanto, o movimento cultural da Bairrada carece de quem saiba entender o que é regional sem confusão com o local. O bairrismo, cuja dimensão normalmente se reflecte na dimensão da freguesia e, no máximo, do concelho, por muito compreensível e respeitável que venha a ser, não pode confundir-se, num plano de autêntica cultura, com o regionalismo e, muito menos, aspirar à pureza do específico regional.

Nesta base, o movimento cultural da Bairrada não pode produzir os seus frutos, pelo que se impõe a promoção de uma sincera reforma de mentalidades. E, das duas, uma: ou esta reforma se torna efectiva, avançando por um caminho aberto pela pedagogia do exemplo, ou o movimento que tem vindo a animar culturalmente a nossa região, em vez de crescer quantitativa e qualitativamente, vai estagnar e perder-se sem proveito para ninguém. E então talvez regressemos à santa paz dos cemitérios, para sossego de quantos estão contra o que mexe só porque mexe. E mais uma vez assistiremos ao anunciado triunfo dos profetas das frases feitas e dos lugares comuns.

Pouca que seja, tem esta região gente qualificada e competente, mas, como é óbvio, não é do escol que se trata. Trata-se, sim, do conjunto de indivíduos que aparecem ligados de qualquer maneira à actividade cultural com incidência bairradina e da necessidade de objectivarem a região como um todo. Urge transcender o bairrismo até tocar a esfera do regional e aí poder descobrir os seus valores próprios. Rivalidades bairristas serão estimulantes, folclóricas, mas nada terão em comum com este movimento de cultura regional de que «Terra Verde» quer ser parte activa. Repare-se como, a nível popular, a Bairrada é sen-

tida, por vezes até sem expressão verbal. O sentimento regional existe nos bairradinos! Falta saber como se posicionam neste terreno as pessoas de cultura. Porque, vindo para além das aparências, não resta dúvida de que bairrismos acirrados e sem mais transcendência só servem para obliterar, dividir e estarrecer.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 11, 07/03/1992.

bibRIA

RIOS DA BAIRRADA SERIAM NAVEGÁVEIS

Passou bastante despercebido o aparecimento do livro intitulado «Reflexões Sobre a Navegação do Rio Vouga», publicado exactamente um século depois de Joaquim Baptista, médico em Lafões e seu autor, ter elaborado o respectivo manuscrito (coleção Raízes, Estante Editora, Aveiro, Abril de 1989, 100 pp + mapa extratexto). E foi pena, porque se trata de uma obra curiosa e muito rica de perspectivas.

Bem poderia aquele médico oitocentista dizer que, embora o seu coração morasse nas terras altas (em Vouzela), dali contemplava o oceano, pois na verdade o dr. Joaquim Baptista, sócio correspondente da Academia Real das Ciências, defendeu a viabilidade e a utilidade económico-social da ligação fluvial do antigo concelho de Lafões com o oceano através de um dito «encanamento» do rio Vouga.

O autor da introdução e das notas acrescentadas ao manuscrito oitocentista, juiz conselheiro A. Lúcio Vidal, a quem se deve a publicação do inédito decorridos cem anos, indica que o dr. Joaquim Baptista escreveu nomeadamente outros trabalhos alusivos às termas de S. Pedro do Sul. Teria acabado o curso de Medicina em 1808, em Coimbra, local do seu nascimento, e na mesma data deve ter-se fixado em Lafões. Teria falecido em 1836, ano em que foram lidas estas suas «Reflexões» na Academia Real das Ciências, entidade à qual apresentara o projecto depois de lutar vãmente nove anos pela sua publicação.

Escreve ainda o autor da introdução (pág. 9): «Fixado em Vizela nos princípios do século XIX, o dr. Joaquim Baptista sentiu esse apelo

histórico e preocupou-se em fomentar os dons que o Vouga podia dispensar à região de Lafões. E, atraído pelo todo geográfico que o Vouga e seus afluentes formam com a Ria de Aveiro, acabou ocupando-se também de um desses afluentes, o Cértima.»

Neste enquadramento, segundo o dr. A. Lúcio Vidal, o projecto «representa o primeiro afloramento de um conceito novo de regionalismo, o da Beira-Vouga, cujo eixo económico era o rio e que abrangia a Beira-Mar, de Ovar a Mira, e a zona ocidental da Beira Alta, de Viseu a Aveiro — prenúncio de uma ideia político-administrativa que, em nossos dias, se firma mais ou menos expressamente» (pág. 10).

De facto, a concepção de um espaço geográfico designado Beira-Vouga teve afloramentos diversos inclusive no decurso do nosso século. Existiu até um jornal com este mesmo título, com ligações a Lisboa e porventura ligado a qualquer embrião de partido político, nos últimos tempos da primeira República.

Indica o dr. A. Lúcio Vidal na sua introdução às «Reflexões» do médico oitocentista: «A ideia da obra do Vouga e do Cértima deve ter sido suscitada em J. Baptista pela leitura de um artigo publicado no “Jornal de Coimbra”, ano III, pág. 386, intitulado “Prosperidade de Aveiro e alguns óbvios resultados da sua nova Barra”. Aí se escreve: “A cultura dos preciosos vinhos da Bairrada, tão conceituados nos Portos do Brasil, e em muitos do Norte, prosperará muito, se tanto mais melhorada [for] a Navegação do Vouga, e estendida até vizinhanças de S. Pedro do Sul, bem como a do Cértima e Levira até Mogofores, na proximidade da Vila de Anadia; projectos estes que o Governo bem conhece, e a favor dos quais tem ordenado algumas Providências.» (pág. 27)

Joaquim Baptista retoma estas ideias para defender a navegabilidade daquelas vias fluviais «com barcos de fundo chato», referindo inclusive o rio Viadores e calculando que a duração das obras a fazer seria de uns dois meses, correndo a respectiva execução «sem auxílio nenhum do governo», só por conta dos proprietários regionais. Mas, à época, a nova barra de Aveiro tinha pouco mais de 14 anos de idade e a «navegação natural do rio Vouga só se estende até Pessegueiro, que dista de Aveiro

menos de oito léguas» (pág. 52). Deste modo, Joaquim Baptista previa que haveria necessidade de oclusas só de Segães para cima (pág. 61).

A propósito das oclusas (ou eclusas, passagens desniveladas), registre-se este pormenor: o projecto da navegabilidade do Vouga, rio que nasce a cerca de 900 metros de altitude, encrava o recurso a algumas delas, e tanto o médico oitocentista como A. Lúcio Vidal as admitem. Porém, este último anota (pág. 33), em tom de crítica ao visionário de Lafões, que Joaquim Baptista não considerou a energia requerida para dar *«força às bombas elevatórias das eclusas»*. Ora presume-se que as oclusas sempre funcionaram, normalmente, não por bombagem mas sim por um sistema de natural enchimento de reservatórios basculantes. Em que ficamos?

Um objectivo principal visado pelo projecto apontava para um mais fácil escoamento do vinho da Bairrada pelas vias fluviais bairradinas (conforme pp 58-59 e 75, especialmente), onde se fala da *«considerável exportação dos Vinhos da Bairrada»* que então se processava sobretudo através do porto da Figueira da Foz.

Sabe-se que as opções político-administrativas condenaram sem remissão o projecto do visionário de Lafões. Privilegiou-se o caminho de ferro em detrimento do transporte fluvial e, mais tarde, o transporte rodoviário em detrimento do ferroviário. Ainda assim, parece muito curioso este projecto, que nos deixa a pensar na beleza que hoje teriam os rios da Bairrada, e o próprio Águeda e o Vouga, se outras tivessem sido as opções político-administrativas tomadas em devido tempo.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 11, 07/03/1992.

ENREGANDO ANO NOVO

Com o presente número 13, o suplemento «Terra Verde» inicia o segundo ano de publicação regular. Para trás ficam doze números, 96 páginas ao todo, que chegaram aos leitores pontualmente, na primeira sexta-feira de cada mês.

Encetamos hoje o segundo ano, que contamos levar até final animados pela mesma vontade do início: *«Terra Verde nasce e vai existir para dar voz aos valores culturais bairradinos, isto é, para os divulgar, fixar e estudar o melhor possível»*. Porquê? *«Este suplemento deseja mostrar que a Bairrada tem uma cultura sua e que existe literariamente, por muito que as desatenções, em persistente acumulação, pretendam rasurá-la com uma freima quase suicida. Na verdade, se na Bairrada não se falar do que culturalmente nela avulta, muito menos poderemos esperar ver essas palpitações ecoarem na dimensão supra-regional ou nacional. Só com um rasgado sorriso da sorte os estranhos poderão apreciar aquilo que na nossa casa passamos o tempo a desdenhar, ainda que tal seja o melhor da nossa identidade.»*

Não julgamos que seja esta, para já, uma ocasião adequada para fazer um balanço, que seria naturalmente algo solene, mas também não poderemos dispensar-nos de traçar dois ou três comentários, duas ou três observações. Em primeiro lugar, temos a satisfação de registar o total de 22 colaboradores que publicaram trabalhos nestas páginas (ver nota, em caixilho, na página seguinte, com os seus nomes). Poderiam ter sido mais numerosos, concordemos, mas estas são as pratas da casa.

Possivelmente, haverá críticos muito pressurosos em ajuizar a obra alheia porque pouco ou nada os entretém e por isso, capazes de botarem opinião como quem dá um tiro: «Terra Verde» é redigida em boa medida pelo seu coordenador. Só que tais críticos se «esqueceriam» deste facto simples: ninguém prometeu um sortido de autores para todos os gostos, ninguém pensou nisso sequer; aqui prometeu-se trabalho, isso sim, a prestação de um claro serviço à cultura da nossa região — no fundo, bem entendendo, a nós mesmos. E quem quiser aderir, colaborar, nem que seja em termos modestos, encontra a porta aberta e congratulada companhia.

Neste sentido, o suplemento honrou-se especialmente divulgando textos inéditos de autores «clássicos» como o padre Acúrcio, António de Cértima, Augusto Pires e António Rodrigues Pepino Leônidas. Porém, as melhores sementes podem cair em terras de indiferença, entre urtigas. Parece que ainda restam cegos, surdos e mudos em demasia na Bairrada que querem a companhia de outros cegos, surdos e mudos. Para melhor se conduzirem uns aos outros?

Mas as terras bairradinas da indiferença, onde crescem as urtigas, já foram verdes noutros tempos para vergonha nossa. Veja-se, a propósito, o artigo «Quem será o poeta?», na pág. 2, que transcreve um trecho alusivo à circulação de poesias de um autor de Anadia, Virgílio de Abreu, há coisa de cem anos... Antes de serem impressas em livro, já essas poesias eram bem conhecidas. E não se duvide, o caso era bastante vulgar.

Actualmente, diz-se que não há quem pegue num livro de poesia e muito menos quem decore uma composição. É tudo para esquecer? Os «Versos dum Cavador» encontram-se esgotados, «mortos», há muitas dezenas de anos e... quem se rala? No entanto, o Poeta Cavador foi consagrado como o glorioso Camões da Bairrada, região onde, pasme-se, ninguém deixa de conhecer e ler os autores promovidos pela indústria nacional do livro e onde não falta lugar para todos os temas com *status* cultural, nem que seja o próximo laureado da Academia sueca, e até se fala de planificação da cultura na região. Mas onde está a cultura da Bairrada?

A cultura estará no palmo de terreno limpo e generoso onde cresce, viva e livre, pela vontade de quem a faz por derames contínuos de criatividade e algum sacrifício pessoal em tempo, energias e dinheiro. Por isso é chamazinha pequena, bruxuleante, pouco visível. Mas entendamo-nos: sabemos todos que ela brilha e que põe a luzir o olho de quem está a vê-la do lado de fora. Para esses, a cultura parece um cavalo garboso digno de ser montado por qualquer aspirante a marechal. Resta a dúvida e o problema: poderá a cultura bairradina viver, viver de facto, se não houver gente culta na região a respirá-la?

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 13, 01/05/1992.

bibRIA

«CAMÕES VIVEU AQUI»

— A propósito de uns versos do «Hino da Bairrada»

Nasci num tempo e num meio em que se falava ainda, vagamente, de um «Hino da Bairrada». Refiro-me a 1930-40, a Bustos e às três freguesias limítrofes. Mas nunca ouvira o hino nem lhe conhecia a letra na íntegra até que, um dia, há perto de seis anos, pude pegar no *In Memoriam* do padre Acúrcio Correia da Silva. O livro, publicado em 1959, quando eu estava ausente do país, interessou-me vivamente. Não vale a pena recordar as peripécias que foi preciso vencer para, enfim, chegar ao livro, embora por aí pudesse manifestar-se eloquentemente todo o marasmo cultural em que se tinha caído na região.

O livro interessou-me porque, além de uma parte antológica, com inéditos, do padre Acúrcio, inseria o poema integral do hino e também a respectiva música. Pude então começar a ler, como quem se recorda e com a sua recordação se comove: «Do Buçaco até ao Vouga, / Desde o Caramulo ao mar, / Um paraíso se afoga / Em sol, verdura e luar...» E terminar no fim: «És o canteiro mais lindo / Do jardim de Portugal!»

Mas como ler a música? Não descansei até que ouvi traduzida em notas musicais a partitura de autoria de Albano Cruz, de Sangalhos, irmão do poeta Chico da Cruz, ambos elementos da «Plêiade Bairradina», primeiro executada ao piano e depois em arranjo coral. Logo em 1989, pretendi abrir o 2º Encontro de Escritores e Jornalistas da Bairrada com o hino, para iniciar a sua «recuperação», mas, à última hora, tal não foi possível. Só em 1990, no 3º Encontro, viria a sê-lo. O Orfeão de Bustos

começou a executá-lo e outras entidades bem farão em o incluir quanto antes nos seus repertórios, para que as notas vibrantes e festivas da composição soem no espaço em que respiramos e sirvam, nomeadamente, para abrir e encerrar as emissões das nossas rádios regionais.

Seja, porém, como for, a verdade é que podem ler-se no poema do «Hino da Bairrada» — talvez o texto poético mais conhecido na região — uns versos que se relacionam com uma questão histórica célebre, bastante controversa, mas versos que parecem passar completamente despercebidos aos olhos de toda a gente.

O padre Acúrcio Correia da Silva, aparentemente, toma nesses versos (talvez escritos no fim da segunda década deste século, em 1918) a defesa de uma das teses em confronto no caso, escrevendo: *«Porque passou na Bairrada / Camões, rei dos cantores, / Talvez dela copiada / Fosse a Ilha dos Amores... // Os recortes verdejantes / Da paisagem bairradina / Lembram bem as ondulantes / Curvas da Ilha divina...»*

Esta passagem aponta para a famosa lenda, ou circunstância histórica, segundo a qual Luís de Camões teria vivido num paço dito oitocentista, portanto muito posterior, existente agora em ruínas, junto da ribeira de Carvalhais (Moita, Anadia), lugar próximo de Ferreiros, que foi sede de concelho medieval, com carta de foro (e couto) outorgada por D. Sancho, em Maio de 1210. Na margem oposta da ribeira encontra-se a Casa de Carvalhais, essa sim, seiscentista, com o brasão dos Borges.

O prof. Bento Lopes, no suplemento «Terra Verde» (nº 2, 07/06/1991), descreve uma visita ao padre Alfredo Rei, pároco da Moita, e as indagações que chegou a fazer por ali, inclusive algumas conversas com populares locais, que acreditam, por força de uma tradição, no «paço de Camões». E Bento Lopes anota: *«Camões visitava frequentemente, quando estudante em Coimbra, a célebre Casa Borges, onde vivia Catarina de Ataíde».*

Esta Catarina de Ataíde teria sido a inspiradora do sone-to camoneano «Alma minha».

Não cabe, numa página destas, mais do que o simples aflo-rar da questão que, de resto, continua perfeitamente em aberto e sem possibilidades de resolução por carência de provas his-

tóricas, sejam a favor ou contra. Nesta perspectiva se colocam também Amaro Neves, Ênio Semedo e Jorge Arroiteia, autores do livro «Aveiro — Do Vouga ao Buçaco» (col. Novos Guias de Portugal, Editorial Presença, Lisboa, 1989, pp 199-201).

Aí se pode ler (na pág. 200) esta frase interrogativa deveras eloquente: *«Porquê tão viva a crença popular de que Camões viveu ali, quando estudiosos, em geral, combatem esta ideia?»*

Que ninguém ouse responder sem ter na mão provas suficientes. Quem pode hoje saber se D. Catarina de Ataíde casou contrariada, de olhos postos no Poeta? Que rosto teve e onde pára a «alma minha»? Mas escutemos, pelo menos, a lenda popular envolta na letra do nosso hino!

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 11, 07/03/1992.

bibRIA

UM BRADO PARA LISBOA

Por diversas vezes, ao longo das últimas décadas, tem sido posta nos jornais a ideia de se criar em Lisboa uma «Casa da Bairrada». Acontece, porém, que a ideia não tem passado de o ser (mais uma ideia!), para desgosto do jornalista anadiense Eduardo Agostinho e de quantos (tão poucos!) dedicam alguma atenção e paixão às coisas da nossa região natal, estejam ou não fora dela.

Porque teima a ideia em não pegar? Não falta sinceridade e entusiasmo a quem a defende, nem faltam sequer bons bairradinos na capital; falta, sim, alguma outra coisa, e vai-se a ver, o que é?

Será, desde logo, aquilo que empurra a gente de outras regiões do país para a criação e animação das várias «casas» similares existentes em Lisboa, no Porto... E o que será isso que tais efeitos produz?

Quem pergunta quer saber (mas sabe-se que todo o perguntador, ao abrir a boca, já sabe metade da resposta). Os bairradinos lisboetas têm a palavra. Não todos por igual, é claro, porque variam as circunstâncias pessoais.

Talvez não haja muita razão para evocar aqui os nomes de um Augusto Abelaira ou de um Manuel Alegre, ambos escritores conhecidos, o primeiro natural de Ançã e o segundo de Águeda, mas, se houver, por favor avisem. Ainda assim, são duas figuras influentes no ambiente capitalino que, se quisessem, poderiam dar um apoio decisivo à ideia da criação de uma «Casa» em Lisboa e, em geral, à nossa região. Não num dia de festa, sim permanentemente.

Pelos vistos, parece que já passou o tempo em que as figuras bairradinas influentes estavam em Lisboa de olhos postos na sua região natal e, se paravam na sua região natal, ficavam de olhos postos em Lisboa. Agora, de Lisboa, divisa-se não a «província», mas Bruxelas, Estrasburgo, Paris, Londres, Nova Iorque, o mundo inteiro, onde se consome *fast food* e fala «estrangeiro» como a namorada do Chico Fininho. Em bocas tais, o leitão da Bairrada e a chanfana começarão em breve a ter um comprometido sabor a iguarias de cafres!

Evidentemente, mas não felizmente, nem todos os bairradinos radicados na capital são figuras nacionais. Deste pequeno mirante divisamos alguns jornalistas.

Carlos Bento, nascido em Anadia, trabalha para a agência EFE, espanhola.

Helder Pinho pertence ou pertenceu à redacção de «A Capital» e julga-se que publicou pelo menos um livro, sobre emigrantes portugueses nos Estados Unidos que Mayone Dias terá prefaciado.

Fernando Semedo, outro jornalista, nasceu na freguesia da Vacariça, Mealhada, e pertence ao quadro redactorial do jornal «Público». É autor do livro de investigação jornalística «As Novas Seitas - Parasitas de Deus», em 1988.

O nome do dr. Paulo Martins foi indicado como outro anadiense de origem e jornalista ligado ao extinto «Diário de Lisboa» e agora colocado não se sabe onde.

Óscar Cruz, outro anadiense, não trabalha, ao que soube-mos, na informação. Dedicou-se ao teatro e cinema, para além de actividades sindicais, segundo pudemos ouvir.

O dr. Mário Bacalhau, nascido na Palhaça, Oliveira do Bairro, dedicou-se à publicidade, a estudos, e agora não se sabe ao quê ao certo, pelo que o melhor será perguntar-lho directamente para S. João do Estoril.

Poderíamos prosseguir até arrolar dez nomes, nenhum dos quais inscrito na Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada, fundada em Janeiro de 1990. Mas são dez excelentes pessoas!

Pertencem pelo nascimento à Bairrada, mas a Bairrada não é deles. Parece que não passam por aqui.

Não assumem a sua região natal e, decerto por isso, quebrou-se o fio que é, no fim de contas, a única coisa que falta na história.

Uma espécie de fusível que, quando intacto, liga o indivíduo à terra e deixa passar uma corrente vital.

Segue um brado urgente daqui para Lisboa. Com destino a estes amigos distantes. Um brado com amplexo cordial e este recadinho dentro: Nós estamos aqui! E vocês, onde estão?

Não querem mandar notícias do vosso bloqueio?

Ficamos na escuta. Prometemos resposta sem cheiro de papel rasgado!

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 14, 05/06/1992.

bibRIA

ASSOCIATIVISMO NA BAIRRADA

Existem actualmente numerosas e muito variadas associações populares na região da Bairrada. Tão elevado número e em tal variedade, acabam por chamar a atenção. Pergunta-se, pois, desde quando se manifesta, assim clara e forte, esta tendência dos bairradinos para o associativismo. Terá existido sempre? Espreitando o passado conforme é possível, fica-se com uma ideia de que o fenómeno não é novo. Pode até ser muito antigo. Tem raízes à vista pelo menos desde o século passado.

Talvez a vocação associativa detectável na região nos últimos cem anos constitua um dos traços principais do ser bairradino. Não se pretende dizer que alguns povos de outras regiões do país tenham revelado menores tendências associativas, comparativamente; pretende-se apenas sublinhar a existência muito viva, quase proliferante, das associações populares entre nós.

Em diversos momentos e lugares, sempre que veio a propósito, tenho apontado este fenómeno sociológico como verdadeiramente digno de estudo aprofundado na região bairradina. Muita gente ouviu o alvitre, mas o sermão acabou sempre por ir parar aos peixinhos, que ouvem e calam, porque o trabalho não entusiasma ninguém, talvez o melhor seja esperar para ver como se faz e depois criticar como foi feito...

O nosso povo associa-se para criar diversas colectividades, por vezes de tipo surpreendente, fazendo-o com uma espontaneidade tão exuberante que obriga a pensar na manifestação de um traço significativo do seu carácter. Basta dizer que ainda hoje, numa pequena freguesia bairradina com uns três mil habi-

tantes, chegam a contar-se dezenas de associações em funcionamento.

Essas associações distribuem-se por âmbitos que vão do cultural ao desportivo e ao bairrista, passando também pelos âmbitos da beneficência, do humanitarismo e do mutualismo, sem esquecer o recreativo, o turístico, o profissional, etc. Só no âmbito cultural, pode notar-se a existência de grupos etnográficos (orientados para a música, o traje, os costumes...), grupos corais, de teatro, de música não tradicional e outros, como o da enofilia, a columbofilia, jornalismo e literatura, etc..

Uma mesma pessoa pode pertencer na prática a mais de uma associação diferente, por exemplo, a um grupo de cantares tradicionais, ao coral de uma igreja, à associação de tiro aos pratos, à cooperativa de jornal ou rádio local, ao clube desportivo, aos bombeiros, à misericórdia, e por aí adiante.

Não custa a avaliar quanto custa na realidade, em tempo e energia, o esforço que se torna necessário para dar vida ao vasto conjunto das associações existentes. Uma poderão passar por períodos de obscurecimento, enquanto outras brilham e se fazem notar. As mais débeis e definhadas chegarão à hora da morte, enquanto outras nascem, jubilosas e de sangue na guelra, garantindo a renovação e a continuidade.

Mas o tempo não vai bom para as associações populares. Não corre de feição para nenhum género de associação sem fins lucrativos, a começar pelas associações culturais.

A receita advinda das quotizações dos sócios é magra fatia que não cobre as necessidades do orçamento. Mal dá para subsistir quase só no estado meramente vegetativo e, de outros lados, o dinheiro não pinga por mais que se espremam as meninges ou as tetas das entidades acessíveis. E amiúde falta sede e equipamento, faltam sócios cumpridores e falta mesmo, volta e meia, quem esteja disposto a arcar com os fardos e os espinhos da direcção, dos trabalhos concretos no terreno.

Quem anima a generalidade das associações populares são meia dúzia de carolas-sempre-os-mesmos, bem conhecidos em cada localidade bairradina e considerados imprescindíveis até pelos sectores que dão consistência ao velho dito segundo o qual as piores críticas vêm de quem não faz nada e, não obstante,

quer destacar-se por cima de todos. Se um vento maligno varresse os nossos benditos carolas para as prateleiras da inércia, a Bairrada não mais seria o que é, caía no fundo de um poço de águas estagnadas.

Ainda bem que resistem, animados por uma vontade mais alta. Quando algum falece ou desiste, roído até ao tutano pela sangria dos sacrifícios e a violência dos críticos demolidores, cria-se um vácuo dificilmente preenchível. Vê-se então que não abunda, antes escasseia demais, quem tenha boas capacidades para o exercício das funções e, sobretudo, quem se disponha a atravessar as inevitáveis esterqueiras públicas e privadas. Quem trabalha para a comunidade disposto a dar-lhe o seu melhor, apesar de ser espécie tão rara e admirável, não se salva de subir os gólgotas picado pelas lanças das mais afiadas línguas.

Aqui fica feito o louvor dos carolas bairradinos!

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 15, 03/07/1992.

bibRIA

MONOGRAFIAS PUBLICADAS NA REGIÃO DA BAIRRADA

São bastante apreciados os estudos monográficos que têm vindo a ser publicados em livro sobre cada localidade, isto é, sobre os eventos memoráveis do seu passado, as suas figuras em destaque e as realizações do presente. A «forma» das monografias surgiu no século passado, mas só nos últimos decénios se desenvolveu claramente entre nós. Agora, quando nos avizinhamos do século XXI, vale a pena contemplar de relance, ao jeito de balanço geral, os livros do género que foram publicados sobre localidades da região da Bairrada.

No entanto, embora quiséssemos apresentar uma listagem completa de localidades, estamos longe de ser exaustivos. Indicamos somente os títulos e autores que conhecemos, convidando os leitores atentos a avisarem-nos das lacunas, de modo a enriquecer a lista até a completarmos satisfatoriamente.

Uma primeira impressão se colhe da leitura desta listagem: são ainda em muito reduzido número os estudos monográficos publicados nesta região. Localidades inegavelmente importantes, com ricos históricos, continuam «em branco» neste aspecto de grande relevo cultural. Há situações talvez mesmo de compreensão difícil. Basta olhar com atenção para as lacunas ficarem à vista.

Sabemos quanto esforço, dedicação e sacrifício pessoais custa a elaboração de uma monografia, por mais pequena e modesta que seja. Mas sabemos também que as autarquias e outras entidades públicas e privadas deveriam considerar o empreendimento como prioritário. Há documentos e memórias

que dia após dia estão a perder-se irremediavelmente. Sobram as razões para se fazer ouvir um apelo veemente.

Por outro lado, os livros da chamada pequena história, como são designados os estudos monográficos, resultam imprescindíveis como fontes para a chamada grande história. Não se distinguem as fronteiras que possam existir entre uma e outra, mas é evidente que não será possível conhecer razoavelmente a Bairrada enquanto não se conhecer uma rede suficiente das suas histórias locais.

Águeda

«Águeda — Crónica, Paisagens, Tradições», por Adolfo Portela, 1904; reedição com prefácio de Serafim Gabriel Soares da Graça, Câmara Municipal de Águeda, 1964.

«Águeda Antiga», antologia, por Serafim da Graça Soares, selecção, introdução e notas por Deniz de Ramos, Câmara Municipal de Águeda, 1988, 171 pp ilustr.

«Águeda, Anos 20 — Da Escola Primária Superior à Escola Comercial e Industrial», por Deniz de Ramos, Câmara Municipal de Águeda, 1989, 229 pp ilustr.

«Município de Águeda», por Francisco Dias Ladeira, dois vols., 352 + 340 pp com ilustr., edição do autor, Águeda, sem data.

Aguim

«O Couto de Aguim — Subsídios para a sua História», por José Rodrigues, edição do autor, Anadia, 1959, 240 pp ilustr.

Anadia

«Monografia do Concelho de Anadia», pelo prof. Bento Lopes, ed. especial, Câmara Municipal de Anadia, 1985, 104 pp.

«Anadia Durante a Primeira República (1910-1926 — O Poder Local», por Nuno Rosmaninho, Casa Rodrigues Lapa, Anadia, 1993, 253 pp ilustr.

Avelãs de Cima

«Monografia de Avelãs de Cima — Subsídios para a sua História», por José Augusto Martins Rosmaninho, edição do autor, Pereiro, 1984, 143 pp ilustr.

Bustos

«Bustos — Elementos para a sua História», por Arsénio Mota, Associação de Beneficência e Cultura de Bustos, 1983, 80 pp ilust.

«Bustos — Memórias de um Bustoense», por Hilário Costa, edição do autor, Aveiro, 1984, 151 pp ilust.

«Memórias de Outros Tempos», por Vitorino Reis Pedreiras, edição póstuma, Aveiro, 1996, 457 pp ilust.

Cadima

«Cadima — Monografia da Freguesia», por Ernesto Falcão Machado, opúsculo editado pelo autor, Coimbra, 1980, 20 pp ilust.

Cantanhede

«Cantanhede — Subsídios para a sua História», por Viriato de Sá Fragoso, Coimbra Ed., Coimbra, 1960, 240 pp ilust.

«Cantanhede — A Terra e suas Gentes», por Pedro Dias e João Victor da Silva Pereira, Câmara Municipal de Cantanhede, 1983, 94 pp ilust.

Febres

«Freguesia de Febres — 200 Anos de História: 1791-1991», por António Augusto Neto Mendes (coord.) e outros, Comissão Comemorativa dos 200 Anos da Freguesia de Febres, Aveiro, 1991, 70 pp ilust.

Fermentelos

«Fermentelos», por Artur Nunes Vidal, 1938; 2ª edição preparada por Áureo R. de Figueiredo, 1980.

«Árvore de Linhagem dos Fermentelenses no Século XIX», por Artur Nunes Vidal, prefácio de António Rodrigues Pepino Leónidas, ed. do autor, Águeda, 1942; reedição fac-similada, Instituição João Tomás Nunes, Fermentelos, 1992, 213 pp.

Luso

«Luso no Tempo e na História (1937-1987), no Cinquentário de Elevação a Vila», por vários autores, Odivelas, 1987, 128 pp ilust.

Mamarrosa

«Mamarrosa Milenária», por Armor Pires Mota, Junta de Freguesia de Mamarrosa, 1993, 255 pp ilustr.

Mealhada

«Concelho da Mealhada», por Adelino de Melo, 1919 (1918?).

«Brasões de Armas do Concelho da Mealhada», por Adelino de Melo, 1935.

«Subsídios para a História do Concelho da Mealhada», por Adelino de Melo, 1944.

«Mealhada – A Escrita do Tempo», por António Breda Carvalho, Associação dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, 1997, 374 pp ilustr.

Mogofores

«Homens de Mogofores – Breves Notas Biográficas precedidas por uma sucinta notícia sobre esta localidade», por Luís Alves da Cunha, 2ª edição melhorada, Coimbra, 1954, 108 pp.

Oiã

«Oiã, Terra e Gentes», por Armor Pires Mota, colecção Pedras do Lar, Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada, Anadia, 368 pp ilustr.

Oliveira do Bairro

«Carta de Foral de Oliveira do Bairro», por António Capão, Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, 1991, 221 pp ilustr.

«Oliveira do Bairro – Memórias de um Século», por Aida Viegas, ed. AVI, Aveiro, 1994, 284 pp ilustr.

«Oliveira do Bairro – Chão de Memórias, Usos e Costumes», por Armor Pires Mota, Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, 1996, 478 pp ilustr.

Ourentã

«Monografia da Freguesia de Ourentã do Concelho de Cantanhede», pelo padre Manuel António Marques, ed. do autor, Coimbra, 1992, 114 pp ilustr.

Palhaça

«A Freguesia da Palhaça — Monografia Histórica», por Manuel Simões Alberto, Comissão Administrativa da Junta da Paróquia, 1969, 112 pp.

«Freguesia da Palhaça — Contribuição para a sua Monografia», por António Capão e outros, Aveiro, 1977, 66 + 24 pp.

Pampilhosa

«Pampilhosa — Oito Séculos de História», por Maria Alegria Fernandes Marques, Coimbra, 1986.

Pocariça

«A Freguesia da Pocariça», por Viriato de Sá Fragoso, 1937.

«Fragmentos de História da Freguesia da Pocariça do Concelho de Cantanhede», pelo padre Manuel António Marques, edição do autor, Coimbra, 1994, 185 pp ilust.

S. João da Azenha

«S. João da Azenha — Um Espaço Rural em Evolução no Vale do Cértima», por Luís Seabra Lopes, separata da revista «Estudos Aveirenses» nº 1, Aveiro, 1993, pp 99-150 ilust.

Soza

«Soza e as suas Gentes», por M. d'Almeida, Soza, 1985, cerca de 700 pp ilust.

Tamengos

«Tamengos e a sua Estância Termal da Curia — Monografia da Freguesia», por Manuel Ayres Falcão Machado, opúsculo editado pelo autor, Coimbra, 1983, 39 pp.

Vacariça

«História do Mosteiro da Vacariça e da Cerca do Bussaco», por António Augusto da Costa Simões, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1855.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 15, 03/07/1992.
[Texto actualizado com novos títulos.]

PRÍNCIPE ALEMÃO VIAJOU PELA BAIRRADA EM 1842

O príncipe Félix Lichnowsky, jovem aventureiro romântico nascido na Alemanha em 1814, é o lembrado autor do livro «Portugal — Recordações do Ano de 1842», onde relata as impressões de viagem que fez no nosso país, no Verão daquele ano, nos meses de Junho a Agosto. A narrativa, publicada no ano seguinte (1843) na cidade alemã de Mainz, teve tradução e edição portuguesas logo em 1844. Causou entre nós tanta sensação que foi reeditada em 1848, ano da morte do príncipe Félix. De facto, o viajante, que contava 28 anos de idade quando visitou Portugal, acabou por viver apenas mais uns seis.

Tudo isto é, desde há muito, mais ou menos sabido e divulgado. O que tem passado despercebido é a passagem do viajante pela região da Bairrada e as observações que no seu livro regista. Embora escassas, são manifestamente curiosas.

O príncipe Félix e o húngaro conde Teleky, que o acompanhava, viajaram por Portugal durante dois meses como grandes senhores. No último capítulo, o relato da viagem fala da Figueira da Foz e do Mondego, de Coimbra e Aveiro, de uma viagem nocturna pela ria até Ovar, do Porto, Braga e Guimarães, em seguida desce do norte, fala da serra do Buçaco, de Pombal e de Leiria, dos mosteiros de Alcobaça e da Batalha e, por fim, refere o regresso a Lisboa, onde o príncipe prepararia o regresso à pátria.

As alusões às terras bairradinas e vizinhanças surgem por duas vezes à sua passagem em direcção a Aveiro, a caminho do norte, e à sua volta para sul, exactamente nas páginas 144-145

e 163-165, respectivamente, na edição mais recente do livro (Publicações Alfa, Lisboa, 1990, com estudo introdutório por Rui Ramos intitulado «Recordações românticas»).

Félix Lichnowsky, jovem ex-oficial prussiano, era muito culto. Falava francês e pertencia a um escol europeu *«que tão familiarmente estava numa corte alemã como num salão do duque de Palmela»*, conforme escreve Rui Ramos na introdução. Vale a pena recordar que a sua visita seguiu de perto a do seu compatriota Heinrich Link, médico e naturalista, autor de um relato de viagem a Portugal publicado em Kiel em três volumes, entre 1801 e 1804, que ainda hoje é considerado um dos melhores guias existentes para o conhecimento dos campos portugueses no fim do século XVIII.

Porém, avulta mais o ano que o príncipe Félix escolheu para nos visitar. Portugal vivia então sob o regime constitucional graças às revoluções liberais iniciadas na terceira década do século e em ambiente social de grande efervescência. A política estava em foco, pelo menos em Lisboa e no Porto, e o país modernizava-se, progredia pela mão de uma burguesia forte e operosa, que exigia mudanças. Costa Cabral, ministro do reino (da rainha D. Maria II), promoveu naquele mesmo ano de 1842 um golpe de Estado. A conjuntura política do país aquecia com a guerra civil dos miguelistas, os exílios, o desembarque no Mindelo, etc. E o jovem príncipe aventureiro — que já inspirara a figura do herói de um romance francês então em voga — foi acusado de admirar Costa Cabral no seu livro, apesar de todos os esforços feitos para aparentar a máxima isenção ideológica.

No entanto, o que realmente aqui nos interessa focar principalmente são as observações feitas pelo viajante oitocentista na região bairradina e sua envolvência, onde ele pôde transitar por novas estradas de macadame já da iniciativa liberal (como a que passou a ligar Aveiro e Cantanhede), por muito que não gostasse dos liberais portugueses.

Transcrevemos dois trechos escolhidos:

«O risonho aspecto do território não se estende além das proximidades do Mondego, a uma légua de distância de Coimbra

aplanase o terreno, abatendo na direcção do mar e elevando-se para o lado do Oriente; aí prolonga-se pelo horizonte uma comprida cordilheira, o monte Cântaro, a serra de Alcova e, subindo acima de tudo, os bosques e cabeços da serra do Buçaco. A vegetação reduz-se, numa vastíssima extensão do areal, a plantas silvestres e pinheirais, apenas de longe em longe, particularmente na proximidade das raras aldeias, aparecem solitários sobreiros e laranjeiras, e cultiva-se algum milho e vinho. Perto do meio-dia parámos junto a Vendas Novas, lugar tão pequeno e tão pobre que me fez lembrar as saqueadas aldeias das montanhas no teatro da última guerra espanhola. Vinho algum tanto azedo, sardinhas, toucinho e pão de milho formaram o nosso jantar; contudo, havia rações para os cavalos e um aposento onde podíamos estar ao abrigo do sol ardente que então fazia: e isso era inegavelmente a coisa principal. Passadas algumas horas pusemo-nos de novo a caminho e chegámos perto do anoitecer à Palhaça, num terreno mais agradável e muito mais bem cultivado. Um resto de antigas estradas calçadas, que o marquês de Pombal mandou fazer à custa de grande despesa, conduziu-nos ao clarão da Lua, por entre duas fileiras de grandes árvores, até à cidade de Aveiro. Junto a uma antiga fonte que se encontra no caminho estavam algumas mulheres enchendo água; traziam à cabeça grandes cântaros, à semelhança de ânforas, e ofereciam de beber a um grupo de arrieiros e cavaleiros. Algumas de entre elas traziam chapéus de homem de grandes abas erguidas e longos capotes, em que sabiam embuçar-se de um modo muito pitoresco. Caminhámos através de muitas ruas estreitas e bastante animadas, entrámos uma porta, saímos por outra, até que finalmente parámos junto a uma hospedaria, onde fomos recebidos, chamada Estalagem da Felícia, na praça que fica fora da cidade e defronte do cais.»

«Na manhã seguinte percorremos um território algum tanto mais bem cultivado; a princípio seguimos um largo caminho por entre pinhais que se prolongam excessivamente para o interior do País, depois viemos ter ao Sardão, junto ao rio Águeda, que é um dos afluentes do Vouga; esta povoação esta-

va na maior actividade, pois era dia de feira; a praça, as margens do rio Águeda e as planícies relvasas circunvizinhas achavam-se atulhadas de uma grande multidão de gente em activo tráfego e fazendo excessiva bulha; as cordilheiras que a leste da serra de Besteiros, até à serra de Alcoba, se estendem até duas léguas de distância do Sardão são ricas em metais e carvão de pedra. Por isso há pouco tempo veio ali estabelecer-se uma companhia de ingleses, que tem feito escavações em procura de mercúrio, cobre e carvão de pedra e tem derramado muito dinheiro entre o povo indigente. Encontra-se aí também o grés granítico vermelho, que é muito abundante à roda de Homburgo dos Montes e é empregado na construção das casas, pilares e poços. Partindo do Sardão, seguimos ainda por duas léguas a estrada real de Coimbra, e depois cortámos à esquerda em direcção às montanhas, a fim de chegarmos ainda de dia à serra e ao Convento do Buçaco.

Quanto mais nos aproximávamos da região da serra tanto mais rica se ostentava a vegetação e o solo mais bem cultivado e mais agradável; fiz reparo particularmente numa grande quantidade de erva moura que florescia e rescendia junto a antigos arvoredos e nas sebes das quintas. Contudo, este quadro formoso é de pouca duração e, como uma pequena orla, cessa logo ao levantar-se o terreno da serra. Então viam-se de novo miseráveis aldeias e casas, que me faziam recordar as regiões montanhosas de Segre Alta, na Catalunha. Finalmente, depois de uma jornada de muitas horas, chegámos a um muro comprido e elevado, cujo princípio e fim não podíamos ver, porque se perdiam nas circunvalações do terreno. Estava aberta uma pequena porta, por onde entrámos no bosque sagrado do Buçaco.»

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 17, 04/09/1992.

QUEM (NÃO) QUER SABER?

Ninguém, absolutamente ninguém, consegue interessar-se por todos os assuntos do mundo que se lhe deparam. Para isso requeria-se que o indivíduo tivesse, na sua humanidade, o tamanho do mesmo mundo — e nem uma multidão de génios e de sábios reunidos o têm conseguido. Portanto, é normal que cada indivíduo dedique realmente atenção a uns quantos assuntos que lhe interessam, por vezes de natureza pouco variada, e se desligue de todos os outros, querendo ficar à margem dos respectivos conteúdos e valores.

No entanto, há conhecimentos vinculativos embora possam variar consoante os casos pessoais. Sabemos que todo o cidadão deve conhecer a lei, deve saber votar, deve saber falar e comportar-se nos locais públicos. Deve também querer possuir alguma cultura geral e saber, por exemplo, para o que servem as bibliotecas públicas, que o país tem regiões autónomas, etc. Deve saber, ainda por exemplo, que Alexandre Herculano escreveu uma história de Portugal, que Eugénio de Andrade é um poeta contemporâneo e que Fernando Pessoa apenas publicou um livro em vida.

É algo que todo o cidadão deve procurar saber. Mas os cidadãos não vivem todos num único ponto, numa única comunidade nacional. Espalham-se de norte a sul, pelas suas regiões, e não pode pretender-se que um minhoto deva possuir a mesma cultura geral de um algarvio ou que um bairradino tenha a bagagem de um gandarês da vizinhança. Na realidade, isso não acontece nem pode acontecer.

Um bairradino precisa de ter alguns conhecimentos específicos para se afirmar enquanto tal, como elemento da sua comunidade regional. Precisa, por exemplo, de saber que Fausto Sampaio pintou aquele quadro célebre intitulado «A volta da romaria», que Manuel Alves nos deixou os «Versos dum Cavador», que Acúrcio Correia da Silva escreveu a letra do «Hino da Bairrada» e que ergueu bem alto, como ninguém, a bandeira da sua região natal, que Manuel Rodrigues Lapa, mestre de gerações, nasceu e morreu em Anadia, que António de Cértima terá sido o escritor bairradino que mais se projectou no ambiente literário nacional, que... e que... Não saber disto, ou pior, não querer saber, representa sem dúvida uma grave falha.

Parece incompreensível, ilegítimo até, que um cidadão bairradino desejoso de se impor como pessoa culta, não queira saber do que culturalmente mais lhe toca de perto. É um mínimo de cultura geral indispensável, vinculativo da integração do indivíduo no seu meio — no meio sociocultural em que se formou.

Não pode, portanto, compreender-se que tantos indivíduos na Bairrada se mostrem na prática ainda de interesse tão frio, tão frouxo, perante o que deviam querer saber e não sabem. São capazes de passar uma noite a discutir apaixonadamente o último romance de José Saramago e não sentem a falta do livro do Poeta Cavador nem de nenhum livro de António de Cértima, de Acúrcio Correia da Silva ou de Rodrigues Lapa, nem o Tomás da Fonseca da «Filha de Labão» nem os «Versos» de Virgílio de Abreu, nem o António Feliciano de Castilho dos «Mil e Um Mistérios». Terão já ouvido o «Hino da Bairrada»? Serão capazes de ir à próxima exposição de pintura de Fausto Sampaio para admirarem «A volta da romaria»?

Vendo bem, quem quer saber de uma determinada coisa está vivo para essa coisa e morto para o mais que não lhe interesse. E faz mais do que estar vivo, dá vida, vida que é duração, permanência, continuidade àquilo que lhe importa.

Na Bairrada a situação permanece bastante opaca por culpa dos pesos mortos. Subsiste em demasia gente que não quer saber. Que, portanto, não sabe e que, por vezes, até nem deixa os outros saberem.

Neste suplemento tem sido publicado um pedido aos leitores apelando para que nos enviem notícias sobre velhos livros e publicações e outros papéis curiosos relacionados com esta região. O apelo tem tido algumas respostas, felizmente. Mas vejamos alguns casos que resultaram em puras perdas.

Maria Judite F. Santos evocou em 1990 o poeta Miguel França Martins, que foi conservador do Registo Civil em Oliveira do Bairro. Escreveu textos de teatro e outros e faleceu em 1959. Dele só resta uma poesia recuperada, afora alguma migalha que possa catar-se em jornais. Tudo desapareceu ou se deitou fora, «como coisa velha que já passou».

Miguel França Martins pertenceu ao grupo da célebre «Plêiade Bairradina», um pouco à semelhança de António Vicente (irmão de Arlindo Vicente), que foi médico em Bustos. Também versejou o seu bocado, mas os papéis que deixou e até os seus retratos fotográficos, excepto um único, foram destruídos pela sua viúva, a crer na informação trazida por pessoa amiga.

As bibliotecas e arquivos, por vezes muito valiosos (lembre-se o arquivo do dr. Joaquim da Silveira ou todo o espólio do padre Acúrcio), estão a sumir-se da região. Tem acontecido mesmo isto: obras em vários volumes ficam desirmanados por partilhas feitas à cegas, ou são vendidas a pataco. Poderão uns papéis pesar assim tanto nas consciências?

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 19, 02/10/1992.

BAIRRADINOS ESQUECEM DITOS PROVERBIAIS

Pode achar-se que isto é de somenos. Diz-se: cada época tem as suas formas de expressão próprias, que evoluem e se transformam ao longo dos tempos de acordo com as necessidades e circunstâncias em que se processa a comunicação; portanto, a mudança deveria ser encarada com a naturalidade de quem assiste por exemplo ao fim do Outono e à entrada do Inverno. Mas não! Trata-se de algo composto de palavras e, por muito que desconfiemos delas ou que elas andem aviltadas, temos de perceber que as palavras transportam a vida e que são vida autêntica — a nossa!

Os ditos proverbiais (ou seja, o conjunto dos adágios, sentenças, chistes, rimas, frases feitas, etc.), que tiveram uso popular numa dada região, são um repertório valiosíssimo esmerilado por gerações sucessivas. Constituem uma riqueza cultural que só os entendidos, infelizmente, conseguem talvez avaliar com um mínimo de rigor. Trata-se de um património afinal inalienável porque se liga profundamente com o ser colectivo de um povo, com as vivências que acumulou e com a sua identidade cultural.

Durante muitos séculos não houve forças capazes de minar o uso dos ditos tradicionais, que de tal modo continuaram a correr de boca em boca sem peias nem travão, sofrendo escassas alterações. Todavia, nos últimos cinquenta anos, apenas no breve espaço de uma vida, verificou-se uma revolução radical. Surgiram os órgãos de comunicação de massas.

A actual expansão da imprensa, rádio e, muito em especial, da televisão, e a expansão do poder das respectivas influ-

ências, provocaram uma alteração tão rápida da situação que hoje ainda tende a passar despercebida. Mas os efeitos são poderosíssimos e perfeitamente óbvios.

Repare-se: as pessoas de idade madura, a propósito de qualquer cena da vida quotidiana, reagem citando um dito tradicional que lembram a propósito. Uma pessoa mais e outra menos, é certo, mas todas estão habituadas a ouvir repetir aqueles ditos populares.

Pense-se agora: quantos jovens se exprimem daquele modo tradicional? Por certo a memória não ajuda as novas gerações, que cresceram a ouvir aquele extenso catálogo de citações para todas as necessidades e todas as ocasiões. Conhecem-nas mas não as utilizam. É linguagem estranha, que não lhes pertence, que não é deles. E porquê?

Não é preciso apurar a análise e aprofundar o estudo do fenómeno. A coisa é bastante clara: estamos perante um efeito da influência exercida principalmente pela televisão sobre as novas gerações. As terminologias em voga são bebidas daquela fonte pelas camadas mais novas, que são também as mais permeáveis. Os indivíduos deixaram de ser formados culturalmente pela sua pequena comunidade, onde prevalecia naturalmente a comunicação oral directa. Hoje vivemos no reino do telefone, da telefonia, da televisão, ou seja, da comunicação à distância.

A massificação tornada possível pela difusão dos órgãos de comunicação social introduz e generaliza um tipo de linguagem que é igual de norte a sul do país, que é de todos e de ninguém. O fenómeno não terá apenas deméritos, também terá méritos, mas note-se este efeito perverso que consiste em sacrificar a uma rasoiira invisível, na boca das novas gerações, um estendal multicolor de locuções populares de alta expressividade. A sabedoria das nações começa aí!

Convenço-me de que se impõe, como indispensável e urgente, uma luta vigorosa contra tão grande massificação em nome da cultura em geral e da necessária preservação da identidade cultural da Bairrada em particular. A recolha, estudo e divulgação dos ditos proverbiais dos bairradinos é uma tarefa

a completar de forma criteriosa, pois o que aparece feito são simples amostras avulsas. Não é tudo, nem sequer a maior parte, e o tempo urge...

As coleções desses ditos tradicionais interessam muito aos etnólogos, aos linguístas e a outros especialistas, interessando igualmente às novas gerações de bairradinos que queiram sentir de algum modo uma emanção da «alma» do povo a que pertencem.

Talvez se as atenções se virassem um pouco para este campo tão descurado pudéssemos atentar também, concomitantemente, num outro fenómeno conexo da massificação: os jovens estão a perder o gosto e o hábito de cantar com a própria boca, as cantigas em voga são as «receitadas» pela produção industrial todo-poderosa. E que pena!

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 19, 06/11/1992.

bibRIA

BENS CULTURAIS BAIRRADINOS CARECEM DE MAIS CIRCULAÇÃO

Vamos imaginar isto: eu soube por notícia publicada nos jornais ou ouvida nas rádios da região que um grupo etnográfico editou na sua terra, algures na Bairrada, uma cassete, um disco LP, um CD, qualquer coisa audível e que me interessa. Que fazer? Escrevo não sei bem para onde nem para quem a pedir o envio do objecto pelo correio à cobrança apesar de desconhecer o seu preço? Ou vou esperar pela ocasião de passar pessoalmente por lá e de o comprar, não sei onde nem a quem porque os grupos podem não ter sede ou posso ir encontrá-la fechada? Peço a um amigo de lá perto, ou que adregue passar por aquelas bandas, para que me traga o rico objecto? E ele depois a esquecer-se e eu a desesperar, quase a duvidar da boa amizade do amigo, e depois o pagamento que terei de fazer-lhe?...

Imaginemos agora que no lugar da cassete ou do disco está um livro editado pelo autor, ou por uma Câmara Municipal, ou por uma entidade qualquer sem balcão à frente da porta aberta. E quem diz um livro diz também revistas ou jornais regionais de venda avulsa, postais ilustrados da região bairradina, talvez até algum artesanato.

Quero adquirir alguma das coisas e então pergunto-me: valerá a pena fazer o pedido por carta? Quem mo atenderá? Ou vou incomodar um amigo? Ou tentar passar por lá um dia (com certeza no dia de São Nunca, pois nunca faltam as pressas e os esquecimentos)? Ou terei que ir por exemplo à Curia, percorrer cinquenta quilómetros, só para comprar dois postais ilustrados de outro modo inacessíveis?

Enfim, imaginemos que existem na Bairrada uns tantos ou quantos indivíduos interessados nestas produções culturais. Imaginemos mesmo que por ora são poucos mas que podem ser muitos mais desde que estejam criadas as condições mínimas para que o seu interesse, agora potencial, se torne plenamente efectivo.

Na situação presente, dadas as dificuldades que se erguem contra qualquer esforço para conseguir uma distribuição, pouca que seja, dos produtos culturais gerados dentro da nossa própria Terra Verde, verifica-se que essas produções tendem a espalhar-se muito pouco e portanto a não serem lançamentos «comerciais normais», e que por isso permanecem contidas, quase num forçado anonimato, no interior dos seus meios de origem, digamos a freguesia ou o concelho. Todavia, essas produções podem interessar mais ou menos à gente de toda a Bairrada. Basta criar os canais da circulação e os meios da promoção.

Que fazer? Melhor: que dizer?

Parece-nos que existe na região um mercado de muito boa dimensão que ainda está virgem, por explorar e até por descobrir. Sem pretendermos o que aliás não cabe nas nossas intenções (ensinar o padre nosso ao vigário, isto é, o segredo do comércio aos comerciantes), julgamos que seria bom para todos debelar o amadorismo e curar o subdesenvolvimento, que neste caso corresponde a pensar numa resposta para as actuais dificuldades de circulação.

Seria óptimo, em suma, que um comerciante normal, ou uma entidade pública ou privada, desejavelmente situada no centro nuclear da Bairrada, se dispusesse a funcionar comercialmente desta forma e neste sentido. Reuniria num único ponto de venda, a sua loja, para comodidade de todos nós, a maior quantidade possível de bens culturais gerados na ou para a região e vendê-los-ia ao balcão, pelo correio ou pelos outros meios habituais.

Evidentemente, este ramo comercial poderia funcionar em acumulação com outros, sob o mesmo tecto. Talvez fosse mesmo admissível a hipótese de se sediar num Posto de Turismo, como secção autónoma apoiada pela autarquia municipal.

As vantagens, não apenas culturais, são óbvias. Poderão interessar, em última análise, até a entidades de fora da região. E os bairradinos passariam a dispor de um «centro» onde contactariam permanentemente com os bens culturais que fossem surgindo e que agora continuam a passar despercebidos.

É uma simples sugestão e aqui fica em oferta.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 21, 09/01/1993.

bibRIA

MUNICÍPIOS DÃO-SE AS MÃOS PARA A CULTURA REGIONAL

Quando se anunciou a criação de uma associação cultural de municípios bairradinos e gandareses, faz agora um ano, não demorei a reagir. E foi com justificada emoção que saudei a iniciativa («Jornal da Bairrada», 13/03/1992) e lhe desejei o maior sucesso para nosso geral benefício. Hoje temos diante dos olhos os estatutos da entidade que então se delineava e agora por fim se corporiza no papel. Tem o nome de Associação Cultural de Municípios Bairrada/Gândara e visa, como se previa, *«o estudo, projecto e realização de actividades que afirmem, defendam e desenvolvam os valores culturais da região; a integração da juventude nesses valores; e a participação das populações nas actividades projectadas e realizadas.»*

De facto, a partir de agora, todos podemos acalentar boas esperanças quanto ao futuro, graças ao nascimento desta associação gerada pela iniciativa de seis concelhos da Bairrada e Gândara — Águeda, Anadia, Cantanhede, Mealhada, Oliveira do Bairro e Vagos; Montemor-o-Velho desistiu — e virada para um espaço geográfico que se define *«não pelo ordenamento administrativo, mas pelas suas características comuns aos valores culturais das populações, valores manifestos na sua história, costumes, arquitectura, paisagem, ecologia, agricultura, tradições poéticas, literárias, musicais e religiosas»*.

A ligação das duas regiões na mesma associação intermunicipal pode suscitar estranheza aqui ou ali, mas terá que lembrar-se que a Bairrada e a Gândara são vizinhas desde sempre, com toda a naturalidade e sem qualquer problema. São regiões

conhecíveis pelas suas características próprias, apesar de se tornar cada vez mais necessário, imprescindível e urgente estabelecer, com método e em consenso, a fisionomia real de cada uma delas, com os respectivos sinais distintivos situados dentro dos respectivos contornos espaciais.

As duas regiões, embora sem estatuto administrativo oficial, existem lado a lado e carecem, sem dúvida, de se reconhecerem em dois planos complementares, para si mesmas e para o exterior, através da detecção e do estudo dos traços das suas respectivas identidades culturais. A criação da Associação Cultural dos Municípios Bairrada/Gândara auspicia francamente um avanço por este caminho.

A estrutura organizacional da Associação compreende uma assembleia intermunicipal composta pelos seis concelhos e um conselho de administração, o qual poderá delegar funções num administrador-delegado «*para a gestão corrente dos assuntos*» da Bairrada/Gândara. Vai dispor de pessoal e a sede, inicialmente postada em Cantanhede, transitará sucessivamente para os restantes concelhos associados. Quer isto dizer que, se as previsões se confirmarem, a Associação de Municípios ficará em condições para realizar um trabalho cultural de grande alcance a que não faltarão aspectos verdadeiramente pioneiros.

Reunindo deste modo os seus recursos, sempre modestos, os seis concelhos bairradinos e gandareses ficam habilitados a empreender acções com dimensão regional até agora inviáveis ou pouco viáveis, pois os interesses culturais de um município nem sempre coincidem perfeitamente com os de uma região e não havia na Bairrada nem na Gândara uma entidade funcional para as representar como «todo». Daí advinha em boa parte uma «pobreza» cultural e muitas das dificuldades de animação que se tornaram bastante conhecidas pelo menos na Terra Verde.

O nascimento desta Associação Cultural de Municípios corresponde a um avanço qualitativo da situação em que as duas regiões se encontram, restando agora esperar para ver se as colheitas vão confirmar as esperanças postas nas sementeiras.

Será bom que os estudos regionais, e os estudos locais em cada esfera regional, beneficiem de um incremento decisivo com

apoio de variados estímulos. Determinadas iniciativas emergem desde já no horizonte azul dos nossos desejos. Uma delas seria, por exemplo, a organização competente de uma biblioteca e de um centro de documentação relacionados com autores e assuntos da Bairrada e da Gândara. Os estudiosos dos temas regionais teriam aí, talvez desde cedo, um inestimável apoio.

Outra iniciativa, entre as diversas que poderiam ser tomadas isoladamente, consistiria na organização de congressos destinados a discutir matérias fundamentais dos bairradinos e dos gandraeses, como sejam, para começar, os limites geográficos e as características que os definem como povo.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 23, 03/03/1993.

bibRIA

DOCENTES DA TERRA VERDE NA UNIVERSIDADE COIMBRÃ

O livro intitulado «Memoria Professorum Vniversitatis Conimbrigensis (1772-1937)», assinado pelo prof. dr. Manuel Augusto Rodrigues, director do Arquivo da Universidade de Coimbra, é um volume pesado mas vale a pena pegar nele. Regista os nomes dos 1267 professores que a mais velha instituição universitária portuguesa teve nos anos de 1772 a 1937. A obra, de grande formato e com quase 400 páginas, editada em 1992 pelo Arquivo que o autor dirige, indica que foram apuradas as origens de 958 docentes do total de 1.267 que ensinaram na Universidade sete vezes centenária.

Vira-se a nossa atenção, com especial interesse, para os mestres conimbricenses nascidos ou falecidos em terras da Bairrada ou nas imediações. Folheando o livro com vagar, em maré propícia, e lendo as breves biografias que o livro consagra a cada um deles, repartidos por cada Faculdade, fomos podendo anotar os nomes dos conterrâneos ou peneconterrâneos que passaram pela Lusa Atenas. Supomos que vale a pena listá-los aqui, pela mesma ordem, para nosso geral conhecimento, referindo-os embora em mais abreviados resumos.

Teologia

Fr. André de Melo, OC

Nasceu na Quinta da Graciosa, *Anadia*, em data não indicada. Doutorou-se em 1735. Leccionou durante quase 50 anos. Foi consultor do Santo Ofício e faleceu em Abril de 1784.

João Crisóstomo de Amorim Pessoa

Nasceu em *Cantanhede* em 1810. É autor de várias publicações e foi patrono de biblioteca pública na sua cidade natal. Em suma, é figura notada. Faleceu em Cabanas, Braga, no Natal de 1888.

José Xavier de Cerveira e Sousa

Nasceu em *Mogofores*, Anadia, em 1797, e ali veio a falecer em 1862. Foi prior em Aguada de Cima. Fez parte da loja maçónica «Urbionia» de Coimbra. Foi também bispo do Funchal (1844), de Beja (1849) e de Viseu (1859) e par do Reino em 1850.

Letras

António Marques de Jesus

Nasceu em *Outil*, Cantanhede, em 1897. Leccionou desde 1930 na Universidade. Frequentou o Seminário de Coimbra e foi professor dos liceus de Chaves, Viseu, Aveiro e Faro. Faleceu em Coimbra em 1938.

Cânones

Alexandre Dias Pessoa

Nasceu em *Cantanhede* em data não averiguada. Matriculou-se na Universidade em 1794 e doutorou-se em 1800. Pertenceu ao Corpo dos Voluntários Académicos em 1808. Foi cônego da Sé de Viseu (1830) e da Sé de Faro (1831).

Francisco Lebre de Vasconcelos

Nasceu na *Vacariça*, Mealhada, em 1795, filho do dr. José Lopes Lebre Teixeira. Doutorou-se em 1819. Foi afastado da docência em 1834 por motivos políticos. O liberalismo triunfava.

Leis

Joaquim de Seixas Dinis

Nasceu em *Águeda* em 1761. Leccionou História do Direito desde 1789. Foi director da Faculdade de Leis (1825-1828). Teve precária saúde (1806-1826). Faleceu em 1828.

Faustino José Simões Ferreira

Nasceu em *Casal Comba*, Mealhada, em 1775. Matriculou-se em Filosofia em 1791 e doutorou-se em 1801. Foi secretário da Faculdade de Leis (1817-1819), capitão do Corpo dos

Voluntários Académicos de 1808 e juiz desembargador na Relação do Porto. Ignora-se quando morreu; ainda vivia em 1840.

António da Cunha Pereira Bandeira de Neiva

Nasceu em *Ançã*, Cantanhede, em 1804 e ali faleceu em 1872. Doutorou-se em 1835. Transitou para a Faculdade de Direito em 1837.

Direito

Artur Pinto de Miranda Montenegro

Nasceu em Lisboa em 1871 e faleceu em *Anadia* em 1941. Era filho do major de Engenharia Augusto Pinto de Miranda Montenegro. Matriculou-se em 1887 e doutorou-se em 1895. Publicou obras de carácter jurídico. Foi deputado às Cortes, exerceu advocacia na capital, foi ministro em 1905 e 1909-1910, conselheiro de Estado, etc. Leccionou na Faculdade de Direito lisboeta de 1913 até 1941.

Medicina

Augusto César de Barros

Nasceu na *Fogueira*, Sangalhos, em 1888, filho de António José de Barros e de Maria Simões das Neves. Matriculou-se na Universidade em Filosofia (1908) e Medicina (1911). Formou-se em 1916. Foi 2º assistente de Clínica e Policlínica Obstétrica em 1921-1922.

José Feliciano de Castilho

Nasceu em *Aguim*, Curia, em 1769, e faleceu em Castanheira do Vouga em 1826. Era filho de José Barreto de Castilho e Maria Luísa Gomes de Sampaio. Matriculou-se em Filosofia em 1782, em Matemática em 1783 e em Medicina em 1789. Doutorou-se em 1795. Foi secretário da Faculdade de Medicina (1798), director dos Hospitais da Universidade (1816) e administrador dos mesmos em 1824. É figura conhecida como pai do escritor António Feliciano de Castilho, também ligado à Bairrada. O nome de José Feliciano de Castilho aparecia por vezes como Castilho Barreto. Co-fundou o «Jornal de Coimbra» em 1812. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo, trabalhou nos Hospitais Militares e dirigiu a Instituição Vacínica da

Academia Real das Ciências de Lisboa. Ainda existe a casa que foi dele em Aguium.

Júlio Coutinho de Sousa Refoios

Nasceu no *Luso*, Mealhada, em 1891. Matriculou-se em 1908. Chegou a ser 2º assistente de Ginecologia (1920-1928).

Tristão Ilídio Ribeiro

Nasceu na Covilhã em 1906 e faleceu na Curia em 1945. Doutorou-se em 1939. Publicou artigos médicos em revistas e foi director clínico da estância termal.

António Augusto da Costa Simões

Nasceu na *Vacariça* em 1819 e faleceu na Mealhada em 1903. Matriculou-se na Universidade em Matemática e Filosofia (1835) e em Medicina (1838). Doutorou-se em 1848. Publicou muitas obras, nomeadamente a «História do Mosteiro da Vacariça». Exerceu clínica em Figueiró dos Vinhos até 1847. Jubilou-se como lente de Prima em 1882. Conseguiu um donativo para a construção dos Paços do Concelho da Mealhada, fundou a Sociedade Literária de Coimbra, etc.

Matemática

Abílio Afonso da Silva Monteiro

Nasceu em *Ventosa do Bairro*, Mealhada, em 1812, e faleceu em Coimbra em 1890. Era filho de António José Afonso e Bárbara Fortunata Monteiro da Silva. Matriculou-se em Filosofia e Matemática em 1830, e doutorou-se em 1838. Jubilou-se em 1869, depois de ter sido ajudante do Observatório Astronómico (1838) e director da Faculdade de Matemática (1866-1870).

Manuel Pedro de Melo

Nasceu em Tavira em 1765 e morreu em *Ventosa do Bairro* em 1833. Doutorou-se em Matemática em 1795. Foi aluno de José Anastácio da Cunha, em Lisboa, e sofreu perseguição pelas suas ideias liberais; em 1828 refugiou-se em Ventosa do Bairro, em casa de um amigo, pai do lente Abílio Afonso da Silva Monteiro e ali morreu com 68 anos. Escreveu diversas memórias em revistas científicas e compôs uma outra memória que ficou inédita.

Joachim Lebre de Sousa e Vasconcelos

Nasceu na *Mealhada* em 1785. Era filho do dr. José Lopes Lebre Teixeira e Ana Rosa de Sousa e Vasconcelos, Doutorou-se em 1815. Foi ajudante do Observatório Astronómico (1882), vereador do Corpo da Universidade e seu vice-reitor. Afastado da Universidade por motivos políticos, em 1834, foi reintegrado em 1838 para nesse mesmo dia se jubilar, a seu pedido. Ignora-se quando faleceu.

Filosofia

António Carvalho Coutinho de Vasconcelos

Nasceu em *Cantanhede* em 1827 e doutorou-se em 1858. Foi secretário da Faculdade de Filosofia (1859-1860) e sócio do Instituto de Coimbra.

Matias de Carvalho e Vasconcelos

Nasceu em *Ourentã*, Cantanhede, em 1832, e morreu em Florença, Itália, em 1910. Publicou «Princípios de Física e Química», 1855. Foi ministro da Fazenda e deputado às Cortes, par do Reino, etc.

Antonino José Rodrigues Vidal

Também chamado A. J. R. Vidal da Silveira, nasceu em *Anadia* em 1808 e faleceu em Travassô em 1879. Doutorou-se em 1837. Foi director da Faculdade de Filosofia e do Gabinete de Zoologia. Participou nas lutas liberais no Batalhão Académico, em 1828, e foi riscado da Universidade. Foi redactor do jornal «Grito Nacional» em 1847 e de «O Liberal do Mondego» em 1851-1852.

Ciências

Mário Augusto da Silva

Nasceu em *Sangalhos* em 1889 e faleceu em Coimbra em 1977. Era filho de Manuel Augusto de Seabra e Rosa Alves de Seabra. Doutorou-se em 1922. Foi director do Laboratório de Física (1931) e secretário da Faculdade de Ciências (1941). Publicou artigos em jornais e revistas científicas, além de diversos livros.

Eis os vinte e dois mestres universitários coimbrões que conseguimos topar no livro elaborado pelo prof. dr. Manuel

Augusto Rodrigues, nascidos ou falecidos cá pelas bandas da Terra Verde. Não referimos nomes de aveirenses e ilhavenses. O que fica vale como amostra.

Comprova, de forma elucidativa, a participação de bairradinos e seus vizinhos nas fulgurações da cultura geradas na Lusa Atenas. Da Universidade de Coimbra não irradiaram apenas as luzes que ao longo dos séculos banharam a nossa região; a Bairrada também gerou filhos que serviram para dar mais fulgor àquela veneranda instituição. São vinte e dois ao todo os contados num período de 165 anos. A quantidade de nomes referidos à Mealhada, concelho postado às portas de Coimbra, neste quadro, não será para admirar.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, supl. «Terra Verde» nº 24, 07/04/1993.

bibRIA

VAMOS DAR UM GRANDE SALTO QUALITATIVO?

— Reflexão no termo do 5º Encontro da AJEB em Águeda

Agora que, por assim dizer, completamos uma espécie de mini-volta pela Bairrada (sem bicicleta, mas a pedalar), talvez seja bom o momento para tentarmos fazer uma breve retrospectiva do caminho andado, ou seja, dos cinco Encontros que realizámos. Ficou feito um resumo parcial dos primeiros três, exactamente no termo do terceiro, quando foi possível passar o testemunho da mão do organizador pessoal para a AJEB recém-criada, resumo esse que está no livro das «Comunicações», mas hoje parece que vale a pena ir um pouco mais longe.

Lembremos o ambiente cultural da Bairrada, o nosso ambiente, no ano de 1988! A atonia era geral e altamente conflagradora. Doía até, porque o leitão e o vinho que nos alimentam não poderão nunca saciar as fomes do que nos falta. Com estes nossos Encontros, compartilhados por pessoas de variadas formações culturais, que escrevem livros e nos jornais ou que falam nas rádios, pessoas que, portanto, utilizam a palavra para comunicarem, com estes nossos Encontros, dizia, as coisas começaram a mudar.

Não mudaram, aí de nós, tanto quanto convinha, e isto decerto não por insatisfação nossa em demasia, mas criou-se sem dúvida um movimento de renovo que não pode nem deve parar, que deve antes expandir-se e frutificar. Nem todos, nem todos os melhores, estão ainda connosco nesta caminhada — e é pena. De qualquer modo, este movimento pretende-se discreto para ser mais válido, porque também é silenciosa a brisa que espalha as sementes. Entretanto, estão a multiplicar-se os sinais da mudança.

É neste quadro que situamos e valorizamos claramente os Encontros que vimos a realizar desde 1988. Deles resultou, em Janeiro de 1990, a criação da AJEB (Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada) e, em boa medida, a organização de prémios literários e jornalísticos, a edição de livros, etc. Por outro lado, as autarquias estão a descobrir finalmente que não podem negligenciar a dimensão cultural inerente à sua actividade sob pena de amputação do que nos é essencial, emerge uma associação cultural de municípios nesta região, os estudos monográficos avançam, as coisas estão a ganhar corpo e sentido.

E nós, que até 1988 mal nos conhecíamos, estamos agora em contacto, comunicamos e aprendemos uns com os outros a soletrar o que é culturalmente a nossa região. Queremos sentir a realidade viva desta região-berço para nos sentirmos terra e gente, por certo não melhores que quaisquer outras terras e gentes, apenas algo diferentes, numa atitude sem jaça de regionalismo, antes repelindo-o como caricatura inaceitável do que nos importa. O universal, para nós, está onde estiver presente a condição humana, mas provavelmente encontrá-lo-emos mais reflectido numa comunidade regional que numa local, caso tenhamos olhos para vermos claramente visto o que é maior que nós e, todavia, está ao alcance do nosso conhecimento.

É um esforço com algum acento inovador, este de pretendemos vivenciar e dignificar os valores culturais de uma região que se plasmam em palavras, enfrentando preconceitos e desdêns, porque se trata convictamente de restaurar a identidade que é nossa, de chegar à alma profunda deste povo a que pertencemos e cujo retrato continua no fundo do rio que constantemente o vai delindo.

Não restem dúvidas: estamos todos sujeitos aos efeitos de uma massificação poderosa, que nos faz ouvir os cantos de sereia que atraem para os recifes e não temos a cera para tapar os ouvidos que salvou do naufrágio Ulisses atado ao mastro. As pessoas da minha geração, anteriores à influência esmagadora da comunicação social e dos malefícios da indústria cultural, puderam talvez escapar um pouco a tanta massificação; as gerações mais recentes, do Tio Patinhas e do jogo do monopólio, difícil-

mente lhe escapam, pelo que ficam a levitar como balões em noite de S. João durante todo o ano. Dizemo-lo compreensivamente, sem condenação, lembrando por exemplo que só agora a Escola está a abrir-se para a sua envolvimento.

Neste quadro, avulta naturalmente a acção desenvolvida pela «Plêiade Bairradina» e o seu mentor, o padre Acúrcio Correia da Silva, entre 1918 e 1925. Seria bom, seria mesmo óptimo que nos colocássemos resolutamente sob a égide desse grupo juvenil que tantas lições nos deixou, ou seja, que tentássemos restaurar para nós, à custa de querer e esforço, as condições ambientais de animação que existiram até 1925, nem que fosse à custa de meter nos ouvidos, num canto doméstico, a cera odisseica!

Estes nossos Encontros, queremos crer, vão no sentido da acção da «Plêiade» e oxalá consigam prolongá-la, actualizá-la e fazê-la reviver. Mas, no termo destes cinco Encontros, teremos que nos perguntar se devemos continuar a somá-los ano após ano, se devemos interrompê-los ou se teremos chegado ao momento certo para arriscar um salto qualitativo, e que papel cabe à AJEB nesse plano.

Por mim, para terminar, espero que manifestem aqui as vossas opiniões sobre o futuro destes Encontros. Entendo que seria bom assentarmos na realização de um primeiro Congresso da Bairrada, a convocar pela AJEB ou por outra entidade quando tal fosse possível, para debater esta questão fundadora: o que é esta região, onde começa e onde acaba. Será arriscar um grande salto qualitativo? Mas não valerá a pena esticar as pernas?

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, 13/10/1993 e «Voz de Mira», Mira, 01/11/1993.

ESPÓLIOS VALIOSOS PERTENCEM À REGIÃO

Não pode dizer-se que a Bairrada seja verdadeiramente pobre de património histórico-cultural, mas também não poderá dizer-se que é rica. Todavia, a impressão vulgar que reina é a de carência da região em tal aspecto quase até ao nível da indigência, embora a impressão, sem consistência real, se deva à inexistência de um conhecimento generalizado, mínimo que seja, dos valores e acervos que entre nós se contêm.

Impõe-se a realização urgente de campanhas de divulgação concertada dirigidas ao chamado grande público, de modo a dar ao conhecimento geral o que existe dentro de cada um dos concelhos da região bairradina e que passa usualmente despercebido.

Os serviços culturais das Câmaras e as organizações de turismo podem desempenhar um papel deveras importante neste sentido. Não parece tolerável que, por exemplo (um mero exemplo!), se ignore e continue a ignorar na Bairrada a Casa de Graciosa (Anadia), que foi considerada e reconhecida até ao princípio deste século como o segundo palácio de província mais importante, logo a seguir à Casa de Mateus (Vila Real).

Por outro lado, a região não pode deixar de se manter alerta face a eventuais «perdas» de valores patrimoniais próprios em benefício de outras paragens. Não se esquece o caso da biblioteca do padre Acúrcio Correia da Silva, doada pelos familiares à Universidade de Aveiro. Penso que, nestas matérias, o bairrismo será mau conselheiro porque tenderá para a miopia ou a cegueira, mas a biblioteca do padre Acúrcio devia localizar-se

preferentemente, se for possível, no concelho de Oliveira do Bairro, portanto bem perto, não só porque o organizador da famosa «Plêiade Bairradina» nasceu no Cercal, a dois passos daquela vila, onde aliás se publicou também, em 1919/20, o semanário que foi órgão do grupo.

De facto, o padre Acúrcio distinguiu-se sobretudo como introdutor da «ideia» de uma Bairrada literária e cultural, pelo que, em concordância, ele e os livros que foram dele deveriam persistir mais dentro do seu meio natural do que na periferia.

Talvez tenha sido com este pensamento que o dr. Acílio Gala, presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, anunciou publicamente, há poucas semanas, o seu propósito de tentar recuperar para este concelho a biblioteca doada à Universidade de Aveiro. Saudava ele, na altura, o projecto de instalar no Centro, ou Casa, de Cultura, a criar naquela vila, o espólio do escritor bairradino António de Cértima, actualmente em meu poder com carácter que entendo dever ser provisório.

Em resumo, a Bairrada pode contar desde já com este espólio, por mim trazido aos poucos de Lisboa para evocar aqui o centenário de nascimento do literato bairradino, que foi o mais projectado a escala nacional, porque os seus papéis deverão ficar ao alcance de todos os estudiosos. Mas, entretanto, já se fala de que o espólio do dr. Arlindo Vicente, bairradino nascido no Troviscal, que foi candidato oposicionista a eleições presidenciais e, acima de tudo, reputado pintor, irá parar a museu de Aveiro. Será essa, porventura, a solução mais adequada e aceitável. Porém, a Bairrada não querará perder sem discussão todos os espólios valiosos que pelo mundo vão espalhando os seus filhos. Note-se um caso já irremediável: o espólio do dr. Joaquim da Silveira, com o valioso recheio do arquivo e da biblioteca que foram deste filólogo e erudito da Fogueira, Sangalhos, foi dispersado pelos seus diversos herdeiros e espalhado pelo país e o estrangeiro.

BIBLIOTECAS, SIM!

Existem, espalhadas pelos quatro cantos da Bairrada, bastantes bibliotecas públicas mais ou menos conhecidas e frequentadas pelas populações envolventes. No fim de contas, se formos a ver bem, todas parecem condenadas a ter um funcionamento assaz insatisfatório num ou em vários sentidos, sejam ou não sejam municipais, da Fundação Gulbenkian ou de outras entidades. O pior do caso são as consequências que se detectam no plano cultural dentro da região.

As dificuldades começam com o marasmo mais ou menos evidente em que se envolvem as bibliotecas públicas bairradi-nas. Têm poucos frequentadores, portanto poucos leitores, pois também funcionam em horários restritos, muitas vezes incertos ou impróprios em vista dos hábitos da população. Se um forasteiro chega e pergunta onde fica a biblioteca da localidade, pouca gente será capaz de o informar, pois também os próprios locais não conhecem muitas vezes a localização da «casa da leitura» embora passem todos os dias à sua porta e não peguem num dos seus livros, de leitura grátis, mantendo-se prontos a queixar-se de que os livros estão caros...

O melhor conhecedor de uma biblioteca pública será certamente o estudante do ensino preparatório ou secundário, que já terá beneficiado no interior da sua escola de alguma forma de sensibilização dirigida para a biblioteca. De facto, são as crianças mais novas, que sejam capazes de ler sozinhas, que mais tendem a afluir às estantes dos livros. Quanto mais sobe a escala etária da população, menor parece ser a disponibilidade ou o

gosto geral pela leitura, que poderá ressurgir, se for caso disso, só lá pelo tempo da maturidade.

As nossas bibliotecas continuam assim a lembrar em demasia uns espaços mortos com utilidade para armazenar livros e pouco mais. As instalações nem sempre podem ser as melhores, tal como os horários de funcionamento, porque a necessidade social do livro e da leitura também não é grande. A exigência de qualificação suficiente em quem exerce as funções de bibliotecário por carolice quase pura e durante umas escassas horas diárias será igualmente, como é lógico, pouca ou nenhuma. E todos estes factores, pesando negativamente, geram um círculo vicioso que nos esgana o pescoço.

Porém, outro galo cantaria, ou pode cantar, quando à frente de uma biblioteca pública, seja grande ou pequena, em aldeia, vila ou cidade, aparece uma pessoa empenhada e sensível à divulgação do gosto da leitura. Se as instalações são fracas, ilumina-as e areja-as ao sol e ao sopro da sua vontade; se os livros arrumados nas estantes são velhos e desinteressantes, arranja maneira de refrescar os sortidos, introduzindo novos títulos e autores; se os leitores não lhe entram pela porta, sai a pessoa ao seu encontro para, de algum modo, os trazer pela mão; se não possui habilitação nem experiência na matéria, recorre à intuição despertada pelo desejo sincero de acertar nos melhores comportamentos a seguir.

Sem dúvida, o principal esforço deve contemplar as crianças das escolas desde o ensino básico. As bibliotecas públicas da Bairrada terão que dar-se a conhecer e estimar às novas gerações sob pena de falharem no essencial o seu papel, autocondenando-se em breve ao aniquilamento.

Neste sentido, convém que os encarregados da nossas bibliotecas se relacionem com as escolas das suas envolvências, motivando os respectivos docentes na organização de visitas guiadas. As turmas ficarão a conhecer-lhe as instalações e aprenderão a frequentar uma biblioteca, descobrindo porventura o prazer de ler. O «bicho» estranho e atemorizador aparecerá enfim com rosto humano: simpático, divertido, acolhedor, aventureiro.

A biblioteca coadjuva e completa a acção da escola na teoria tanto como deve completar na prática. Pode ajudar muito a

combater o insucesso escolar, o fenómeno social da chamada «desertificação» linguística, a onda crescente da (in)comunicação. Assim ela saiba resistir com inteligência aos factores de desvio da leitura de livros (factores que não são apenas audiovisuais, televisivos!), estabelecendo laços fecundos e resistentes com as populações que são chamadas a servir!

Deste modo, cada biblioteca deverá ser um verdadeiro centro de cultura, um centro aberto aos autores e livros relacionados com a localidade e a região, sem esquecer todos os frutos que o renascimento dos valores culturais tem proporcionado à Bairrada nestes últimos anos.

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, 23/03/1994

bibRIA

MORREU A ASSOCIAÇÃO

Fui dos primeiros a saudar a iniciativa da criação da designada Associação Cultural de Municípios Bairrada/Gândara, em Março de 1992, e agora, decorrido este tempo de esperança e expectativa, cabe-me a penosa tarefa de não ser dos últimos (caso de novo não seja dos primeiros) a chorá-la à beira do seu coval. Aqui jaz a associação que prometia vir dinamizar a cultura de duas regiões diferenciadas mas vizinhas. Falece-me o gesto de lhe lançar um punhado de terra por cima.

Ninguém vem a terreiro anunciar a anulação do projecto nem, portanto, explicar o motivo da morte. Sabe-se apenas o que se sabia: a Associação Cultural de Municípios Bairrada/Gândara seria constituída pelas seis câmaras municipais de Águeda, Anadia, Cantanhede, Mealhada, Oliveira do Bairro e Vagos, de acordo com os estatutos.

Algumas assembleias municipais dos concelhos envolvidos chegaram a aprovar a adesão à associação nado-morta, que não mereceu ter «certidão de nascimento» passada por cartório notarial para depois morrer, pois parece que não chegou a celebrar a sua constituição em escritura pública.

Foi, portanto, um projecto ideal em terra com poucos ideais, que prometia animar a vivência cultural de ambas as regiões e que morreu sem um vagido, como se os trabalhos do parto tivessem sido tão dificultosos, tão dolorosos, que mataram a matriz. E agora, calados, os seis municípios dão a impressão de estarem enredados uns nos outros numa estranha cumplicidade.

O ponto essencial de partida que levou à elaboração do projecto da associação intermunicipal, ao que se entendeu desde logo, correspondia à realização de um objectivo altamente desejável: concentrar os sempre escassos recursos financeiros e humanos disponíveis num único órgão habilitado para intervir e funcionar na área cultural das nossas regiões. De facto, a Bairrada e a Gândara precisavam e precisam disso mesmo instantaneamente, conforme eu próprio desde há anos vinha repetindo.

A falência do projecto obriga à perpetuação de uma situação perniciosa: cada concelho vai continuar isolado e entregue a si próprio, dependente das suas próprias possibilidades (naturalmente escassas) e sem meios para transcender os limites do seu território ainda que empreenda acções culturais de maior alcance. Ora, deste modo, cada concelho tenderá a manter a afirmação da sua unidade particular em prejuízo de uma integração positiva no quadro regional. A coesão da região continuará adiada e sem definição convincente, as melhores acções culturais de cada concelho ficarão empobrecidas e contidas nesse espaço, e as próprias pessoas de cultura existentes em cada município, levadas pelas circunstâncias, tenderão a movimentar-se dentro de cada perímetro concelhio, dele só saltando para ver o exterior pelas «janelas» abertas nos canais da televisão, massificadores em serviço.

Por tudo isto, o malogro do projecto da Associação Cultural de Municípios Bairrada/Gândara é de lamentar com muita tristeza e desalento (tanto mais que outras associações intermunicipais estão a resultar na prática: pena é que não persigam finalidades culturais!). Tristeza e desalento também para o autor de uma tirada homérica lida recentemente num semanário: reivindicou que a criação da associação pelos sete municípios (então incluía Montemor-o-Velho) resultara de proposta sua. Ninguém o ouviu, afinal, por via da gargalhada.

FALTAM ESTUDOS REGIONAIS

É assunto que já me ocorreu algumas vezes e sempre num tom de lamento. Mas não fica arrumado, antes pelo contrário, por imposição das circunstâncias. Hoje vamos insistir na falta de estudos regionais, e quem não quiser aturar o choradinho faça o favor de conduzir os olhos para outra coluna.

Vendo bem, faltam-nos os estudos regionais e falta-nos mesmo a própria tradição que tornaria evidente a sua necessidade, como tenho vindo a sublinhar em diversas ocasiões. O quadro da produção cultural à escala do país ainda não contempla, infelizmente, os estudos temáticos de âmbito regional. Os avanços positivos recentes, inclusive no meio universitário, ainda não foram capazes de os impor, também entre nós, portugueses, na teoria e na prática, como «cânone» ou «modelo» imprescindível para a aquisição de novos conhecimentos nas áreas da literatura, da história, da economia, da etnologia, etc.

Deste modo, persiste-se na elaboração de estudos sintonizados exclusivamente em dois níveis: ou são de abrangência *nacional*, ou são de abrangência *local*. A entidade *região* como que se torna incorpórea e fantasmática perante os estudiosos, apesar de ser, por outro lado, como bem sabemos, tão sensível para toda a gente. Nesta situação, não será para admirar que o primeiro-ministro [Cavaco Silva] se manifeste frontalmente contra o preceito constitucional da regionalização no rectângulo continental. As regiões não têm quem as defenda — seja no plano cultural, seja no plano político — e quem fica a perder são as próprias regiões, são as populações cada vez mais massificadas, somos todos nós.

Veja-se um mero exemplo, o caso do leitão da Bairrada. Não se conhece um estudo minimamente estruturado que no-lo explique numa perspectiva histórica, de modo a ficarmos com uma ideia de como nasceu e se desenvolveu a respectiva culinária ao longo dos tempos até se enraizar nos nossos costumes da forma intensa que sabemos. Do vinho e do espumante já sabemos talvez o suficiente, mas não da chanfana, outro prato da gastronomia regional, e de tantíssimos outros temas com dimensão regional. Relembro: ignoramos que culturas agrícolas foram praticadas nestas terras com relevo para a sua economia, a evolução dos trajes e dos costumes (por exemplo de namorar e casar), a demografia e as correntes emigratórias, até o próprio contorno geográfico da região definido a preceito.

Naturalmente, é bem melhor cheirar o leitão e levá-lo à boca do que estudá-lo, ocupação que consome mais tempo e esforço do que os precisos para o criar. Mas a Bairrada merece vir a ter em breve esse estudo temático, tal como merece vir a ter outros muitos estudos inexistentes porque inexistentes são os estudiosos de temas com interesse vital para o conhecimento da região.

Na situação actual, prospera o bairrismo. Aguada de Cima (Águeda) reclama para si a bandeira do leitão, os mealhadenses inconformam-se e reclamam, querendo empunhar a bandeira porque têm muitos restaurantes no concelho onde se serve a iguaria, e nós todos vamos assistindo ao jogo para vermos quem mais remata à baliza... Mas não queiramos seguir por aqui! É caminho estreito onde poucos cabem.

Pensemos, antes, que Portugal merece, não menos que a região, conhecer o historial do prato que, ao lado do vinho, espalha o nome e a fama da Bairrada pelos quatro cantos do país. Por outras palavras: o estudo aprofundado das temáticas regionais não interessa só às regiões focadas; importa também, vitalmente, ao estudo das realidades nacionais, que de vários modos ilumina, contrasta e densifica.

Eis todo o lugar que os estudos regionais devem ocupar, sob pena de grave omissão cultural.

A BAIRRADA EM LISBOA

De vez em quando, muito espaçadamente, vem à colação o tema de uma Casa da Bairrada em Lisboa. Nesta cidade existiu um estudioso da arte da calçada à portuguesa que tinha o apelido *Bairrada* e que deixou constância do seu nome em livro, mas não há notícia de que os próprios bairradinos residentes na capital queiram proclamar a região da sua proveniência. Uma Casa da Bairrada, ali ou algures, parece hoje mais ideal que uma casa na Lua.

A ideia começou a aflorar nos jornais na época mais brilhante da «Plêiade Bairradina», grupo eriado em 1918 por iniciativa do padre Acúrcio Correia da Silva e de António de Cértima. Os jovens da «Plêiade» cantaram a região-berço e quiseram projectá-la literária e artisticamente, da melhor maneira, para dentro e para fora do seu espaço. Os esforços desenvolvidos pelos dois promotores principais e pelos restantes elementos do grupo foram tão determinantes que a Bairrada pôde enfim começar a ter consciência de si própria e da sua cultura. (Foi sol de pouca dura, mas isso é outra conversa!)

A acção da «Plêiade Bairradina» estendeu-se e, em 1919-20, foi ao ponto de fazer pensar em conseguir uma representação da região junto dos órgãos do poder de Lisboa. O jornal «Gente Nova», nomeadamente, chegou a tratar do assunto com bastante destaque. E assim, o grupo, que nascera aparentemente como um simples rasgo poético juvenil sem transcendência, evoluía para uma intervenção social concreta.

No quadro institucional da primeira República, a região parecia aspirar a um certo protagonismo depois de ter assumido uma

consciência da sua própria realidade cultural. Foi neste quadro que ganhou corpo o desejo de os bairradinos virem a possuir uma Casa Regional em Lisboa. Com efeito, estavam então ali fixados numerosos contrerrâneos, alguns dos quais em destaque no plano nacional.

Mas ninguém pôde dar vida ao sonho e a ideia definhou, ficou esquecida, morreu. As conjunturas transformaram-se radicalmente. Depois só muito de longe a longe alguém a evocou, a exemplo do jornalista Eduardo Agostinho, no «Jornal de Notícias», ou do próprio redactor destas linhas, no suplemento «Terra Verde» deste jornal [ver «Um brado para Lisboa»].

Todavia, continuam radicados na capital numerosos bairradinos, muitos dos quais ocupam posições salientes em variados sectores da actividade cultural. Entretanto, a ideia de instalar uma Casa da Bairrada na capital não encontra pessoa que a faça sua, apesar de estarmos presentemente a viver um período de renascimento. Vista de Lisboa, para certos olhos, a Bairrada pode parecer uma mísera amostra de «província», migalhinha boa para deitar fora, aos ratos e formigas, porque continua em voga a mentalidade que desvaloriza o *regional* (e que persiste em o confundir com «regionalismo» ou com «bairrismo»), para reconhecer e afirmar apenas simples abstracções pomposamente rotuladas de *nacional* e *universal*. Entretanto, os processos de massificação avançam e rasoiram as diferenças regionais, nivelando tudo por baixo. É lamentável, mas a passividade geral permite-o.

Ora, para além dos preconceitos, é possível ver que uma região culturalmente valorizada não cresce sozinha. Com ela crescem também os seus defensores na proporção em que individualmente se empenharem na sua valorização. A Bairrada, terra baixa naturalmente generosa e farta, de horizontes abertos, precisa cada vez mais de pessoas que a abracem e defendam, que a estudem e divulguem na multiplicidade das suas características, não na forma fragmentária de um amontoado de lugares e de concelhos sem ligações entre si, mas sim de um corpo global, definido e com alma própria — e que é um pouco a nossa!

O ESTADO DA REGIÃO

Habituararam-se os governantes a fazer periodicamente uns discursos especiais sobre o «estado da nação». Procedem então a uma espécie de balanço, ou (re)visão sintética, dos respectivos panoramas nacionais, para avaliarem o sentido de cada evolução. Mas sobre o «estado da região» nossa é que pouco se discursa. Portanto, valerá a pena falar aqui dos aspectos principais deste assunto em cinco pequenas crônicas.

A Bairrada tem estado a sair a pouco e pouco, nestes últimos oito ou dez anos, de uma letargia cultural longa de meio século. Foram perto de cinquenta anos de apagamento. E só não avaliará de perto as consequências acumuladas durante estes anos de eclipse quem fecha os olhos para encolher os ombros a todas as manifestações de cultura.

São pessoas possuidoras de boas almas que consideram que podem viver perfeitamente alheias aos valores culturais. Com certeza ainda ninguém conseguiu demonstrar-lhes quanto essas boas almas devem aos contributos da cultura específica da terra-berço e da região que é sua e nossa. Por outras palavras: quanto a personalidade de cada indivíduo isolado deve à personalidade colectiva do povo a que pertence. Porque a cultura, em primeiro lugar, para mim, é a «alma» de uma pessoa tanto como de um povo.

Uma miopia hoje em dia muito disseminada impede essa gente de ver que uma pessoa não cresce bem sozinha, e que cresce mais e melhor, em todos os sentidos, quanto mais acompanhada por outras puder ser. Quer isto significar que a pessoa clarividente percebe sem mais que a sua vontade de crescer requer

o crescimento da sua envolvimento geográfica e humana. Em suma, ninguém conseguirá ser «grande» numa região «pequena».

Entendeu-o bem o grupo de jovens poetas que constituiu a designada «Plêiade Bairradina», organizada pelo padre Acúrcio Correia da Silva e por António de Cértima logo após o fim da Primeira Grande Guerra (1918). A «Plêiade» deixou memória e exemplo admiráveis porque, especialmente pela mão do padre-poeta Acúrcio e de Cértima, os seus maiores animadores, promoveu a Bairrada até atingir uma fulguração cultural e social nunca antes alcançada e que teve força para persistir mais ou menos até ao fim da Segunda Grande Guerra (1945).

Digamo-lo por extenso: aqueles dois amigos, a seu modo, souberam crescer e fazer crescer a nossa região ao ponto de nela continuarem hoje a ser lembrados e celebrados. Ficaram a pertencer à «galeria dos heróis» bairradinos por honra própria, junto com Manuel Rodrigues Lapa, Joaquim da Silveira, Fausto Sampaio, Manuel Alves, Arlindo Vicente e outros, que nas letras e nas artes consumaram uma feliz síntese do local e do regional com o universal.

Depois adveio o período de obscurecimento, cinco décadas de eclipse do qual a muito custo parece que estamos a sair. A Bairrada carece vitalmente de quem olhe para ela, de quem a sinta e conheça, de quem a estude e divulgue. Não pode continuar a ser a «bela adormecida» à espera do beijo ressuscitador de algum príncipe desencantador de que eu falava em crónicas do «Jornal de Notícias» vai para dez anos. Todos perdem algo quando a região definha; todos ganham algo quando a região splende.

É preciso advertir que no nosso tempo estamos sujeitos a um novo e poderosíssimo instrumento de massificação — a hipnótica TV. Por outro lado, teremos a grande tradição municipalista que já Herculano apontava na sua «História de Portugal». Mas falta-nos uma vigorosa tradição de cultura com matriz regional (de resto muito presente no conjunto dos países eurocomunitários), a única em condições de nos proteger contra as perversões das aceleradas massificações em curso.

CULTURA REGIONAL — O QUE É?

Eis uma interrogação baseada em dois termos especialmente melindrosos. «Cultura», com tanto uso e abuso que andam a dar-lhe, parece estar em vias de ser tudo e nada. «Regional» aproxima-se perigosamente de *regionalismo* ou *provincianismo* ao ponto de com eles se confundir aos olhos de uns distraídos que por aí andam. De qualquer modo, a expressão «cultura regional» pode cheirar a chatice a certos narizes ainda mais do que a cultura sem adjectivo. Ora vamos a ver se a gente se entende! E se no fim ficarmos todos na mesma, às escuras, não culpem a dita mas sim quem dela veio falar.

Uma região, enquanto tal, contém aspectos e elementos suficientemente caracterizadores que a distinguem e tornam reconhecível entre as outras regiões vizinhas. Será como um parente da mesma família. Orlando Ribeiro, no prefácio ao seu livro «Introdução ao Estudo da Geografia Regional» (escrito, como ele diz, após *trinta anos de estudos de Geografia regional — ou de estudos regionais de Geografia*), ensina: «Cada Região é um ser único, a resultante de combinações complexas que se não repetem integralmente noutro lugar.» Para o mestre, «a Geografia regional não é uma ciência do geral, mas de certo ambiente.» Adiante sintetiza: «uma região não é, na maior parte dos casos, apenas um produto natural, mas o resultado de uma combinação, num quadro físico, de obras e acções humanas.»

No mesmo sentido essencial se pronuncia Armand Frémont no livro «A Região, Espaço Vivido». Para este geógrafo francês, a região surge «como um sistema particular de rela-

ções unindo homens e lugares num espaço específico»; as designadas realidades regionais «têm certamente componentes administrativos, históricos, ecológicos, económicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos.»

Compreende-se assim que o território de uma região se coloque, pela sua dimensão e valia, num nível entre o local e o nacional. Compreende-se também que a dimensão regional transcenda necessariamente a dimensão local, e que a nacional requeira a regional para se iluminar e articular num todo coerente, acessível ao conhecimento.

Neste quadro, as manifestações de cultura regional emergem no decurso dos tempos pela actividade de quantos sentem e exprimem de algum modo a região. Dentro do ambiente regional (resultante, como vimos, de obras e acções humanas desenvolvidas num espaço próprio), têm lugar os estudos relacionados com aspectos gerais ou parcelares do todo regional e as criações literárias que de algum modo fixem ou interpretem o viver do seu povo, sem esquecer as expressões da alma regional que se espelhem na pintura, na música, no teatro, etc., de matriz popular ou culta.

É pelo conjunto crescente de tais estudos e criações que uma região vai adquirindo a pouco e pouco não só uma fisionomia reconhecível, mas também o (re)conhecimento da sua verdadeira alma colectiva.

Uma região não vive sem cultura, isto é, sem uma actividade cultural proporcional às suas necessidades de afirmação e de autoconhecimento. Mas os níveis local e o nacional são os preferenciais nos valores culturais correntes. Logo, as culturas de matriz regional ainda hoje andam a ser encaradas com desdén e amiúde desvalorizadas. Não temos boas tradições neste terreno, daí os atrasos que têm sofrido os projectos da regionalização administrativa.

«Soberania do Povo», Águeda, 15/12/1995.

DEFENDAMOS A REGIÃO!

Uma região não aparece feita por geração espontânea, mas sim em resultado de infinitas cadeias de esforços entrecruzados, promovidos por uma sucessão de gerações. Tão-pouco a região se mantém por inércia, como fruto colhido e guardado, antes requer algumas acções contínuas para viver ou, simplesmente, para sobreviver. A Bairrada não foge à regra. Precisa de quem a conheça, a estude, a divulgue. Numa palavra, precisa de quem a defenda, pois, sem amigos e servidores, não vai longe. Morre.

Naturalmente, cada habitante da região cuida em primeiro lugar da respectiva vidinha. Coloca num plano secundário os interesses da sua rua, porque nela transita dia-a-dia, e decerto em planos mais secundários estarão para ele as questões do seu lugar e do seu concelho; a seguir vêm os interesses nacionais. E a região, que lugar ocupa? Todos os habitantes são necessários, com as naturais diferenciações dos seus comportamentos, mas um concelho não é uma ilhota perdida no meio do oceano. Uma terra ou uma região requerem servidores na quantidade e qualidade proporcionais às importâncias que têm ou desejam vir a ter.

No ambiente social em que hoje vivemos, dominado por ferozes competições e egoísmos desmedidos, restam poucas mostras de idealismo moral (ou desinteresse material), que onde despontam se arriscam cada vez mais a parecer actos de loucura quixotesca incompreensíveis para o vulgo. E porque a política infelizmente se transforma em profissão, o mais certo é que se pergunte aqui e ali onde está escondido o cifrão que faz cor-

rer o indivíduo em foco, a insinuar que neste mundo acabaram os quixotes — sobram-nos os sanchos panças. Todavia, a verdade sem dúvida é que um território cresce e se valoriza com os seus habitantes na medida em que alguns «quixotes», sem olharem a custos, quebram a lança por sua dama.

Ora se uma freguesia, um concelho vão encontrando servidores aptos, uma região como a da Bairrada — que, embora seja pequena, se estende por vários municípios — não beneficia facilmente da mesma sorte. É de lembrar: houve um tempo, nas primeiras décadas deste século, em que numerosos bairradinos ilustres (de Águeda, Anadia, Luso, etc.), animados por um dinamismo que já vinha dos fins do século anterior, souberam erguer esta região ao esplendor que depois lamentavelmente esmoreceu até que, por fim, há poucos anos, começou a ouvir-se o toque de matinas. As poucas mãos que puxam o badalo já se cansam porque as dificuldades são muitas. Os bairradinos de hoje radicados em Lisboa ou no Porto não se comparam aos de outrora: esquecem muito a região em vez de a servirem, estando fora ou dentro dela, com os préstimos das suas influências.

É preciso romper o círculo vicioso que nesta situação se instalou. Escancarem-se os olhos, ampliem-se as vistas curtas até abranger o conjunto dos concelhos onde a região é reconhecível. Defendamo-la! Tomem a palavra, neste sentido, os líderes de opinião: redactores e colaboradores de jornais e rádios, autores de livros, profissionais do ensino. Há uma tarefa de índole cultural a cumprir para geral benefício.

Veja-se só: discos e cassetes, jornais e revistas, livros e postais, peças de artesanato e receitas da culinária regional não dispõem de um único lugar certo de compra e venda na região. Os bairradinos que pretendam por exemplo uma obra recém-publicada vêem-se muitas vezes impossibilitados de a obter. Não há mercado, não há compradores, mas aqui até haveria muito lugar para um *lobby* nascer.

SIMPLESMENTE «AJEB»

Para responder às questões essenciais arroladas nas três crónicas anteriores desta pequena série (já a concluir com a próxima) é que foi criada em Janeiro de 1990 uma associação com objectivos culturais exclusivamente orientados para a região. Ainda hoje avulta como a primeira e única no seu género, tudo indicando que terá de continuar a sê-lo no futuro. Tem o nome de Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada ou, simplesmente, AJEB.

Corporizam-na as escassas dezenas de bairradinos que usam a palavra (literária ou informativa) como meio de comunicação. Não é associação muito falada nem muito conhecida, valha a verdade, porque também a sua existência e actividades se rodeiam de uma natural discrição. De resto, não são muitas nem ruidosas porque as forças da AJEB não chegam para mais. Todavia, se as condições objectivas fossem outras, abundaria o terreno para maior intervenção.

De facto, não se nota a existência de um público frequentador das manifestações artísticas ou literárias que ocorrem na região. São poucas e, mesmo assim, inclusive numa cidade como Águeda, atraem habitualmente tão poucas pessoas que os promotores dessas actividades no fim se perguntam, com travos de amargura na boca, se os seus esforços valerão realmente a pena. A exposição de arte, o concerto, a apresentação do novo livro, a conferência, a sessão de poesia, o espectáculo de teatro tendem a ficar em demasia às moscas.

Ora nem sempre assim foi! Na Bairrada, já entre as duas Grandes Guerras (1918-1938) se fazia notar uma camada social

em número e qualidade suficientes para justificar a animação cultural que, pródiga, então se registou, ao ponto de transformar uma simples sessão poética, um sarau, uma exposição, num «acontecimento». Os automóveis eram raríssimos, as bicicletas a pedal muitíssimas, o nível de vida médio era baixo, os letrados poucos, e a gente afluía de duas ou três léguas em redor. Nós não progredimos, não: retrocedemos!

Criar um público para as acções culturais, sobretudo quando essas acções digam respeito à região — aqui onde esse público já existiu e depois faleceu —, ergue-se deste modo como a aspiração máxima da AJEB e de quantos não se acomodam porque se incomodam, sentindo com a sua alma a alma da Bairrada nossa. E talvez valha a pena lembrar agora que o sentido etimológico da palavra *anima* (= alma) implica *respiração*. O que não respira, não vive: inexistente.

É indubitavelmente uma questão basilar. Sem público animado, mobilizado, participante, não é fácil e tão-pouco será possível fortalecer a afirmação da personalidade regional. Talvez isto não importe nada de nada à opinião corrente, mas foi precisamente para a contrariar e esclarecer que nos dispusemos a redigir estas linhas. É errónea tal opinião. Repetimos: ninguém cresce bem a sós, alheado dos benefícios da cultura; cresce mais e melhor com o crescimento geral da sua envolvência, pois ninguém chegará a ser «grande» numa região «pequena».

Por ora, até o património construído da Bairrada é nebuloso para a generalidade dos seus habitantes. Ignoram, portanto, se é rico ou se é pobre. Não entra nos nossos hábitos fazer turismo cá dentro, varridos como andamos, por potentes turbos, lá para fora. Um exemplo: se a AJEB organizasse uns passeios do género «safaris» através dos concelhos da planície bairradi-
na, quantas pessoas se inscreveriam?

«Soberania do Povo», Águeda, 29/12/1995.

À VOLTA DA «PUCHEIRA»

Num livrinho de aforismos editado em espanhol na capital do Peru mas encontrado numa livraria de Santiago de Compostela (Galiza), sublinhei este dito: «El amor es fuego, pero con el no se cuece el puchero». Vertido literalmente para português, não soa tão bem: «O amor é fogo, mas com ele não se coze o... púcaro (?)». Digamo-lo já, o teor do aforismo importa pouco: os olhos ficaram-me colados, sim, àquele *puchero*. Poderia traduzir-se este termo pela tradicional nossa «pucheira»?

A questão interessou-me vivamente, pois teimo há anos em descobrir a etimologia da palavra que na Bairrada e numa grande porção do Centro do país designa a vasilha do vinho que serve à mesa para encher os copos. Porém, as pesquisas pouco têm adiantado.

Por outro lado, não teve mais sorte o desejo de fazer reconhecer pelos especialistas aquele «regionalismo» da terra do vinho e do leitão. Outros vocábulos de uso popular generalizado na mesma região continuam igualmente à espera de se verem reconhecidos pelos dicionaristas e de figurarem no léxico nacional. Vai prevalecendo uma inércia geral, que resulta da indiferença com que ainda hoje, entre nós, são encaradas as questões culturais próprias da Bairrada. A época actual, no entanto, contrasta com outras ainda próximas. No princípio do século, por exemplo, o dr. Joaquim da Silveira, colaborador de J. Leite de Vasconcelos, conseguiu o reconhecimento de termos bairradinos, como «pateira».

Mas tornemos à nossa «pucheira» para saborearmos o que tem dentro. À primeira vista, pode tratar-se de um castelhanis-

mo. Vejamos o que averba em *puchero* o Dicionário da Língua Espanhola da Real Academia de Madrid (16ª edição, 1936): é uma vasilha de barro, vidrado ou não (podendo ser também de porcelana, anoto eu), com base pequena, barriga saliente, pescoço ou gargalo largo e só com uma asa perto da boca. Até aqui, a descrição corresponde, inteirinha, à nossa pucheira. Todavia, o *puchero* espanhol, advindo do latim *pultarius* segundo aquele Dicionário, serve para cozer comida e pode ser de ferro.

No Dicionário de Espanhol-Português de Julio Martínez Almoyna (Porto Editora, 3ª ed., sem data) o mesmo vocábulo significa panela ou caçola e também vaso que serve para fazer comida. Neste ponto, quisemos indagar o que registava o Dicionário Galego-Castelhano de Xosé Luís Franco Grande (Editorial Galáxia, Vigo, 2ª ed., 1972), onde se encontra averbado em «pucheiro» o seguinte, que traduzo: é sinónimo de pucheira e de púcaro (*sic*). Mas também pode significar a comida cozida na vasilha do mesmo nome... Em que ficamos?

Parece-nos cada vez mais provável que o nome da proverbial pucheira baírradina, igualmente conhecido e usado em toda a região Centro onde há produção vinícola, tem raiz etimológica no castelhano. Terá provindo concretamente de *puchero*, termo que sofreu uma evolução semântica para significar apenas a grande caneca, ou canjirão, que vai à mesa. Veja-se Almoyna: regista a nossa familiar *pucheira* com todas as letras como sinónimo de «pucheiro» ao verter este termo do galego para o castelhano.

São achegas importantes. Vale a pena retê-las, tanto mais que o Dicionário da Língua Portuguesa, de J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo (Porto Editora, 7ª ed. revista e ampliada, sem data [1994]), é o único, cremos, que avança numa espécie de «concessão», registando somente «picheira» (regionalismo: bilha de formato elegante e de boca trilobada, diz), o que será inútil e aberrante porque não parece corresponder a nenhum uso conhecido.

Será tudo? O tempo o dirá!

UM CONGRESSO PARA A REGIÃO

Recentemente, na coluna *Notas e Reparos*, o quinzenário «Voz de Mira» comentou com desgosto o facto de um jornalista, ou candidato a jornalista, ter ido bater-lhe à porta para obter elementos relativos à Bairrada, região sobre a qual ele iria preparar um trabalho jornalístico. «Sobre a Bairrada? Em Mira?» — admirou-se o jornal, para acrescentar: «Obviamente, dissemos-lhe que não», porque... «Mira não é Bairrada: é Gândara.»

Tem toda a razão o jornal gandarês. É lamentável que um jornalista, principiante ou aprendiz, não saiba um mínimo acerca da região que atravessa e na qual se detém nem que seja de passagem. A Gândara, região arenosa, é inconfundível com a Bairrada. Alguns mapas identificam com os seus nomes próprios as duas regiões contíguas, sim, mas com ambientes distintos, embora na verdade andem por vezes a estabelecer-se por aí confusões desnecessárias. Veja-se, por exemplo, a facilidade com que o «Jornal de Notícias» inclui notícias de Mira na sua secção *Bairrada*.

Critérios! — exclamará alguém, encolhendo os ombros, como se o caso não tivesse mal nenhum. Todavia, é assim que se instalam e espalham as confusões. Operando-se a indistinção, prejudicam-se ambas as regiões na medida em que elas se apagam aos olhos de mais e mais pessoas.

Este caso parece-nos que tem a ver no fundo com a ilimitação da região bairradina. Ninguém surgiu ainda em condições de traçar no terreno uma linha de «fronteira», mesmo algo incerta ou duvidosa, para dar corpo objectivo à Bairrada. Todos lhe reconhecemos um núcleo central de pequenas dimensões e

ficamos em perplexidades quanto à periferia... O problema afinal é antigo e de resolução muito difícil, conforme temos apontado em diversas ocasiões, porque exige nomeadamente a definição do que é ou não é «bairradino», ou seja, na prática, a definição do conteúdo «autêntico» que caracteriza a região e em geral no-la torna reconhecível.

Efectivamente, definir o conteúdo caracterizador da região implica definir ao mesmo tempo o seu contorno geográfico — e a inversa também é verdadeira. Em suma, trata-se de estabelecer o fundamento primeiro a partir do qual a região, transcendendo a sua actual existência um tanto fantasmática, adquiriria finalmente personalidade própria e vida autónoma. Compreende-se assim toda a importância que terá a resolução do problema. A região deixaria de ser o que tem sido: uma evidência assaz invisível.

Com estas ideias propusemos no encerramento do quinto Encontro de Escritores e Jornalistas, que decorreu na cidade de Águeda em Setembro de 1993, a realização de um primeiro Congresso da Bairrada, sugerindo que talvez a AJEB, organizadora daquele Encontro, fosse a entidade mais indicada para o efeito. O Congresso importa-nos tanto que continuamos a afirmar que terá valido a pena criar e animar a Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada desde 1990 na condição de que ela, ou alguém por ela, possa vir a concretizá-lo.

A região precisa desse fundamento vital para se erguer e caminhar pelo seu pé, pelos seus trilhos. Precisa de se contemplar no espelho das outras regiões para se descobrir nas diferenças do seu próprio rosto.

Casos como o comentado pelo «Voz de Mira» repetem-se mais ou menos a esmo, entre divergências episódicas de indivíduos que se enredam em naturais perplexidades e confusões. Acabemos com isso! Precisamos de saber por exemplo se Castanheira do Vouga, nas faldas do Caramulo, onde Castilho escreveu o livro «Presbitério da Montanha», é ou não Bairrada. Vai sendo tempo!

ESTUDOS REGIONAIS — UMA ABORDAGEM

Comecei a publicar livros em 1955, mas não será dessa experiência, longa de mais de quarenta anos, que pretendo falar aqui. O que venho dizer divide-se em três partes, que talvez possam designar-se **preâmbulo**, seguida de uma **proposta** e terminando com uma espécie de **demonstração**.

1. Numa reunião como esta, em que intervêm autores radicados em diversos pontos envolventes da cidade de Aveiro, vamos ouvir testemunhos sobre a situação em que se encontram os autores arredados dos grandes centros e sobretudo da capital. Distanciados das editoras, das sedes dos órgãos de comunicação social de maior audiência e prestígio, dos círculos sociais influentes, isto é, de quem escreve também e é «vedeta» ou, escrevendo e falando, critica e comenta o que os outros escrevem, pouco faltará ou sobrá certamente para que muitos dos autores regionais sejam tidos em Lisboa como «provincianos». Todos o sabem, não é novidade para ninguém, e por isso, ao partilharmos nesta jornada as nossas experiências pessoais, teremos de aludir fatalmente ao tecido das dificuldades que nos envolvem e manietam. São as distâncias, a escassez de contactos e de convívios, as solidões e os desânimos. São os tormentos para se editar uma obra (como se não bastassem as agruras e as canseiras para a realizar), são as faltas de atenção e de leitores para a obra publicada, é a frustração tremenda por a vermos a cobrir-se de poeira em vez de circular pelo país, é a recusa dos distribuidores e dos livreiros de a aceitarem ao menos em consagração, é a cegueira

dos críticos e jornalistas que apenas têm olhos e desvelos para prodigalizar às obras das «vedetas» e pouco mais... E como se tudo isto, que é excessivo, fosse pouco, ainda se pretende impor a ideia de que a obra, com o trabalho e o talento que a produziram, nada ou pouquíssimo deve render ao autor, pessoa que terá de contentar-se com a dita de ver a sua obra publicada e, pasme-se, por arranjar para ela meia dúzia de leitores!

Os autores do distrito de Aveiro, que não são ou não querem ser «vedetas» e que, portanto, são «provincianos», vêem hoje as suas dificuldades seriamente agravadas, pois o país como que encolhe de tamanho perante a avalanche crescente de produtos literários com que a indústria cultural inunda o mercado a um ritmo veloz, crescente, alucinante. O nome do autor «vedeta» tende cada vez mais a vender a obra, adquire-se o livro pela «marca» que é o nome do autor, e este vai-se obrigando a obedecer à «receita» do seu êxito para não perder freguesia. Assim, ler o seu último título é ler o seguinte, a fórmula do êxito repete-se de um para o outro e os leitores descansam, lêem sempre o Livro modelar com pequenas variantes, acabam-se as surpresas e os esforços do entendimento.

Nesta situação, na realidade, não descobrimos razões para atenuar o rigor de uma prevenção que fizemos há poucos anos. O mercado está a consumir, isto é, a queimar a Literatura, pois a rápida rotação das obras literárias no mercado faz com uma quantidade crescente de pessoas leia as obras de cada vez menos autores. Com uma agravante: essas obras tenderão a ser cada vez menos variadas.

É esta a situação geral. Conviria que os autores regionais de Aveiro encontrassem alguma forma expedita de sobrelevar um pouco a crise que afecta a circulação do livro e de conquistarem novos leitores, pelo menos para resistirem à onda do sufocamento. Ora os leitores potenciais mais acessíveis são habitualmente os que moram na própria envolvência ambiental de cada autor. Esses leitores aparecem em boas condições para se interessarem francamente pelas obras que exprimam algo das suas envolvências familiares, nas quais, por sinal, cada autor está imerso. Conhece-as, portanto, muito de perto e talvez mesmo na perfeição. Nestas condições, somos levados a pensar que um dos caminhos mais positivos que resta aos autores aveirenses será este, que os levará a escrever sobre temas liga-

dos à sua terra e à sua região, e a encontrarem na sua terra ou região o público que de outra forma, noutros lados, não têm ou lhes escasseia. Há câmaras municipais sensíveis, conforme bem o sabemos, ao papel que também lhes cabe cumprir nesta área cultural e que vêm publicando livros com temáticas ou ambiências apropriadas, e outras entidades próximas que poderão fazer outro tanto.

A conclusão que vos antecipo, porque sinceramente nela acredito, é esta, que nos convida a desviar os olhos das colinas de nenhures, de onde não descortinaremos o mundo, para nos levar a descobrir todas as potencialidades culturais e literárias que estão dentro dos nossos quintais domésticos. Desistamos, pois, de ir procurar longe o que lá mingua ou até não existe, e busquemo-lo antes aqui. Isso importa frontalmente àquilo que se convencionou designar como «estudos regionais», matéria ainda pouco debatida e, por isso mesmo, a requerer a seguir uma pequena abordagem.

2. Os estudos regionais são ainda hoje uma raridade. Surgem com alguma frequência estudos isolados sobre temas específicos em ligação, sob qualquer forma, com uma dada região, mas o que se pretende é apontar a inexistência quase completa de estudos regionais ordenados por um programa mais ou menos sistemático.

Tamanha carência pode surpreender quem tenha presente esta nossa época de vigorosas afirmações político-administrativas, em Portugal e noutros países europeus. Manifestam-se na criação de governos autonómicos regionais, movimentos descentralizadores e desconcentracionários, apelos ao reforço das autarquias, etc. Entretanto, repete-se que vivemos num tempo em que o regional, o local e mesmo o particularizado encontram espaços abertos para vicejar, como se um movimento de refluxo estivesse a querer reequilibrar o tão carregado pendor do mundo para a osmose massificante, o esmagamento da diversidade no molde unificador da «aldeia global».

No entanto, por baixo da fina capa das aparências, não é isto exactamente o que se verifica. Em Portugal, a esfera cultural revela evidentes dificuldades em acompanhar as mudanças

por que está a passar a esfera social e, portanto, as transformações político-administrativas, resultantes das forças sociais, não vão tendo reflexo condizente no plano cultural. As procuras das identidades, nacionais ou regionais, que andam tão em voga, ainda mais realçam estas dificuldades.

Quem quiser encontrar um elemento de inovação terá que apontar para o único que se faz conhecer, o caso açoriano, que surge, nesta perspectiva, como um «caso», ganhando por isso algum aspecto exemplar. Para além dos Açores, região autónoma que proclama uma cultura de raiz a que não falta a expressão literária, apenas se nos deparam simples migalhas de cultura regional espalhadas pelo país e sem possibilidades de verdadeira sistematização.

Evidentemente, poderão aduzir-se, em sentido inverso, as obras artísticas que se deixaram impregnar por certas regiões portuguesas, digamos as obras literárias de um Aquilino beirão serrano, um Camilo minhoto, um Eça lisboeta, um Torga transmontano, e já agora, abrindo um pouco mais o leque, um Teixeira Gomes algarvio, um Manuel da Fonseca alentejano, um Alves Redol ribatejano, um Nemésio açoriano, um Carlos de Oliveira gandarês... Mas não é disso que singelamente que se pretende falar agora. Os estudos regionais debruçam-se sobre essas obras, alimentam-se delas e vão mais longe, organizando-se como um corpo teórico estruturado por um projecto autojustificável e com vida própria.

Todavia, as culturas regionais permanecem ainda num estado embrionário, retidas à distância por um desinteresse que parece desvalorizá-las, até aos olhos de gente culta, como se fossem expressões subalternas do que pode encontrar-se algures em formas mais lídimas e categorizadas. Mas tal ideia é errónea e, talvez por isso, continua a faltar-nos o «olhar regional» enquanto os estudos regionais são tidos muitas vezes numa relação com a entidade «província» e com o folclore, mesmo com o provincianismo cultural, intuindo-se o regional contraposto à cidade (capital), ou seja, degradando-o como mero regionalismo.

Não há dúvida de que é preciso proceder quanto antes a uma reforma de mentalidade neste aspecto, corrigindo noções defeituosas que se conservam pela lei da inércia. Persiste ainda

demasiada confusão nas ideias correntes relacionadas com o lugar justo que devemos atribuir de direito aos estudos regionais e convém corrigi-las, como estorvos que são à melhor acção cultural. Aspira-se comumente a uma «universalidade», projecção ideal o mais vasta possível mas tão falaciosa que poucos parecem importar-se com o que realmente seja. Por tal caminho, está a perder-se a inteligência do que é a *universalidade*, o *universal* e o *universalismo*, palavras ressonantes com significações diferentes que no entanto acabam por se amalgamar lamentavelmente, passando a significar o mesmo arbitrário.

É preciso dizer com toda a clareza que esta noção da *universalidade* corrente não vale mais do que a «universalidade» das ficções de Walt Disney. Não têm marcas de tempo nem de lugar para mais facilmente comunicarem com os heterogéneos públicos planetários. Os referentes são cuidadosamente expurgados dessas ficções não para atingir uma pretensa dimensão universalista, em obediência a um postulado estético, mas sim por comecinhos e muito utilitários interesses comerciais. E quando gente de cultura se afoita na defesa desta «universalidade», como se fosse a derradeira paragem a caminho do paraíso, é o mesmo formulário in-estético que inadvertidamente está a defender.

Veja-se o caso do gandarês Carlos de Oliveira. Toda a sua obra literária, prosa e poesia, se embebe completamente num pequeno espaço do concelho de Cantanhede, ali em Frebres e arredores. Vejam-se também os autores com obras célebres que se localizam num simples bairro, digamos lisboeta, por vezes numa pequena rua. Não precisaram de mais para crescerem até à máxima altura.

Enfim, não é pela rasura das marcas de tempo e lugar que mais se atinge a universalidade. Não é pela supressão do tempo e lugar que uma obra chegará a ser de todos os tempos e todos os lugares, antes se arrisca ao extravio. E se há quem porfie no contrário, isso deve-se a um efeito da ideologia do mercado infiltrada nos domínios da criação literária e da crítica de arte, ideologia que tende para o descaro de se consagrar como bom o que mais se vende e consome, prometendo gerar mais gordos benefícios. No entanto, não se compara uma obra produzida acautando as receitas do sucesso garantido, portanto de fórmula

decalcada, com uma outra obra realmente inovadora, que assume as contingências para as superar com rasgos de génio. Salvé, Carlos de Oliveira entre os seus pares!

Vendo bem, uma obra conseguida não dispensa de facto o *hic et nunc* a fim de ganhar coerência interna, força expressiva e autenticidade (que é dignidade) artística. Não dilui na vaguidade de intenção «universalista» as suas marcas de origem em nome de uma ilusória eficácia, antes se ergue numa circunstância concreta para se projectar, a partir dessa base, em direcção ao céu mais alto que tudo recobre e pode espelhar. Enfim, não vive fora do tempo e do lugar por muito que queira fugir-lhes.

Nenhuma cultura começa por ser universal ou se anima com ambições de vir a sê-lo, embora possa tornar-se universalizável à força de assimilações e generalizações cada vez mais extensas e profundas ao serviço de algum poder. Assim acontece com os romances focados numa pequena rua lisboeta, num espaçozinho da Gândara. Uma cultura «universal», seja popular ou erudita, rural ou urbana, científica ou técnica, humanística, estética, é concebível apenas como abstracção. No universo da cultura estão necessariamente presentes todas as culturas nacionais, regionais e locais existentes, cada uma delas imbuída da sua própria especificidade, isto é, com os respectivos traços de originalidade inconfundível e vasada numa peculiar expressão linguística. O problema que pomos aqui em debate é que podem não ter expressão e estarem em processo de perda.

Estes breves afloramentos de um tema tão vasto servem tão só para vincar que toda a obra de cultura não dispensa facilmente, ao invés do que vulgarmente se crê, as dimensões temporal e espacial. Por outro lado, em contraponto, destinam-se a estabelecer o lugar que compete aos estudos regionais para, nesse enquadramento, afirmar a necessidade de articular estudos sistemáticos relativos a cada região e, para começar, relativos à minha região natal, a Bairrada. De olhos limpos veremos então que os estudos regionais em geral são complementares dos de âmbito nacional, pois o mosaico de uma nação se compõe de localidades e regiões individualizadas que é preciso contemplar e conhecer a fim de ace-

dermos à compreensão do todo nacional. Não poderemos conhecer a nação senão na medida em que conhecermos as regiões que a compõem, e não poderemos conhecer uma região senão na medida em que conhecermos a miríade de locais que a integram. Se é possível sentir e compreender um pequeno local até à interiorização, por estesia, da espécie de vida que nele se comporta (e para isso tornam-se indispensáveis os contributos da literatura e da arte, entre outros), poderemos ascender pelo estudo ao conhecimento de uma região inteira enquanto objecto cultural entrecruzando as múltiplas abordagens disciplinares, mas será naturalmente com muito maiores dificuldades que chegaremos a elaborar uma síntese rigorosa da incógnita entidade nacional.

No caso da Bairrada, a necessidade do seu estudo resulta especialmente notória. A região está bem presente na literatura, conforme observou Joaquim Correia (graças a contributos de escritores chegados de fora, não apenas aos seus naturais), mas continua a ter muita falta de afirmação enquanto unidade cultural. As mudanças que se notaram na verde terra do vinho maduro e do leitão assado durante os últimos dez anos, embora demonstrem a potencialidade da região, ainda não a despertam da pesada sonolência em que mergulhou há uns cinquenta anos.

Sem dúvida, é mais fácil conseguir uma integração no âmbito local ou, no máximo, concelhio, dentro da esfera dos interesses culturais mais imediatos de cada indivíduo, do que ascender à abrangência elaborada de uma abordagem de alcance regional, e tanto mais se escasseiam, acaso aflitivamente, os instrumentos operatórios, os meios práticos e os incentivos. Nestas condições, a Bairrada continua a ser bastante conhecida de nome mas desconhecida pelo que é realmente. E o país, perante si mesmo, melhor sorte não terá.

Foi Acúrcio Correia da Silva, nascido em 1889 na vila de Oliveira do Bairro, organizador, com António de Cértima, do grupo «Plêiade Bairradina» em 1918, quem introduziu, julga-se que pela primeira vez, o conceito de «região» na cultura da Bairrada. Quis transformar o sentimento da terra mãe em algo mais, numa bandeira de proclamação «regionalista» [sic], pois a época mais não permitia. Ergueu-se como seu defensor ardente

ao publicar «Seroadas Fulvas», livro de 1915 com versos escritos enquanto frequentava o Seminário de Coimbra, e até 1925, ano da sua morte.

Não chegou a alcançar os seus objectivos, ao finar-se com 35 anos, mas ficou o seu empenho de lançar o cabouço de uma literatura bairradina. Corresponhia a «*realizar o seu sonho em poema de fôlego*», como Manuel Rodrigues Lapa anotou. A brevidade da sua existência apenas lhe permitiu ensaiar um estilo renovado nas páginas da imprensa regional, onde colaborou abundantemente e onde fez reluzir o vocábulo bairradino marchetado na sua prosa. Hoje devemos regressar ao postulado fundamental do padre Acúrcio, com perspectivas naturalmente mais amplas e actuais, pois se encara a viabilidade de uma cultura regional em que a expressão literária tem de estar presente. Aliás, Rodrigues Lapa é outra referência indispensável no mesmo contexto. Manteve-se muito atento à sua região natal durante os anos juvenis quando já estudava em Lisboa e, como remédio contra a decadência cultural que se fazia sentir, chegou a sugerir em 1938 a criação de um Centro de Estudos Bairradinos para se dedicar ao património cultural da região, já naquele tempo visto numa situação preocupante.

Os estudos regionais estão felizmente a implantar-se, a ganhar terreno entre nós inclusive a nível universitário, e os equívocos vão-se desfazendo. Avanço pequeno, apesar de tudo, que pode justificar pela negativa os longos titubeios da política de regionalização em Portugal depois da criação das duas regiões autónomas insulares e até, porventura, justificará um pouco a desatenção que rodeou a publicação de um livro intitulado «A Região, Espaço Vivido», em 1980. O seu autor, Armand Frémont, geógrafo e professor universitário, deu à luz o estudo em 1976, nas PUF, e a Livraria Almedina, de Coimbra, que o mandou traduzir, ter-se-á desanimado tanto que talvez o salde a pataco na Feira do Livro.

Não é agora ocasião para entrar no livro de Frémont ou em grandes explanações sobre o assunto. «*A região, se existe, é um espaço vivido*», escreve ele, para acrescentar: «*Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens.*» (p. 17) Aponta o geógrafo francês «*a necessidade de descobrir ou redescobrir uma*

entidade que não se identifica com o território nacional: a região» (p. 12), através da designada «ciência do espaço» oriunda das universidades anglo-saxónicas, ciência que reúne nomeadamente os contributos de geógrafos, naturalistas, economistas, sociólogos, planificadores, administradores.

Mas como definir uma região? O geógrafo Orlando Ribeiro, na «Introdução ao Estudo da Geografia Regional», escreve sobre o assunto: *«uma região não é, na maior parte dos casos, apenas um produto natural, mas o resultado de uma combinação num quadro físico, de obras e acções humanas.»* Sustenta que *«a Geografia regional não é uma ciência do geral, mas de certo ambiente»*. E sublinha: *«Cada região é um ser único, a resultante de combinações complexas que não se repetem integralmente noutra lugar»* (pp 37, 7 e segs., respectivamente.)

Pois bem, falta realmente no país toda uma cultura de matriz regional, uma cultura em que a entidade *região* seja objecto de abordagens múltiplas e frequentes, enquanto matéria de conhecimento, por exemplo da história, da economia, da geografia humana, do folclore, etc., num dado espaço. Sentimos que o país se decompõe, como um mosaico, de regiões identificáveis, mas são muito raros, quase insólitos, os estudos de qualquer espécie que contemplem algum aspecto caracterizado de uma destas partes constituintes do todo nacional. Existem, sim, estudos de incidência local, municipal, distrital ou nacional, portanto zonas reconhecidas como áreas administrativas, e escasseiam os estudos incidentes numa região enquanto entidade cultural.

Venho a pôr o dedo nesta ferida, salvo seja, desde que há uns dez anos entrei a vasculhar nas obras literárias dos autores relacionáveis com a minha região natal. As surpresas foram aparecendo e foram tantas que nunca mais me largaram. Vasculhava-se no terreno e as surpresas sucediam-se! Dariam para alimentar, não uma boca pequena e quase sozinha, antes as bocas de uma equipa inteira. Tantas obras, de tantos vultos, havia para desenterrar de injustos esquecimentos! Tanta gente viva havia por aí em derredor para conhecer! E tantos assuntos *nossos*, palpitantes, por estudar! E nós, aí de nós, hoje ainda tão longe de terminarmos as tarefas e a vergar ao peso da fatura, já a pensar em abandonar o terreno!

As circunstâncias impõem-nos imperativamente as suas leis próprias, como acontece na presente circunstância, em que comecei a ler o escrito, embora contrariado, porque prefiro o improvisado gaguejante à leitura enfadonha, e agora terei de ir mais longe na contrariedade, aceitando como boa uma atitude normalmente execrada, que é a de falar um pouco por extenso do que tenho feito no espaço bairradino no âmbito dos estudos regionais. Desculpem-me com a vossa benevolência, mas acho que será sempre mais elucidativa uma demonstração pelo exemplo palpável do que a parlenga de um discurso abstracto. Eis um pouco da safra enregada há uns dez anos e avaliem-se os resultados.

3. Para começar, falarei de um livro de António Feliciano de Castilho que só graças à óptica especial que é a dos estudos regionais pode agora ver-se recuperada. Dentro de poucas semanas vai ser reeditado o romance «Mil e Um Mistérios», de António Feliciano de Castilho. É uma obra cheia de ironias e muita graça que evoca o ambiente da Bairrada em meados do século XIX. Foi preciso ter assumido o «olhar regional» para proceder a tal recuperação literária. Castilho conheceu a região natal de seu pai na primeira juventude pois a visitou algumas vezes. Com um irmão, residiu depois vários anos em Castanheira do Vouga, Águeda. Escreveu esta obra, inconcluída, para contrapor o viver rural bairradino, remansoso e alegre, aos excessos românticos de tristuras, sanguinolências, enredos tétricos e misteriosos. Uma primeira parte, vinte capítulos publicados em 1845, sumiu-se inexplicavelmente e só tornou a vir a lume em 1907, nas Obras Completas (póstumas), acrescentada mas deixando ainda a obra inconclusa. A edição agora a sair dos «Mil e Um Mistérios» castilianos é, portanto, de facto, a segunda. O que poderá, nesta obra, interessar-nos?

Vejamos. Com a óptica dos estudos regionais foi possível notar a «presença» literária de um autor como Castilho na Bairrada durante a primeira metade de oitocentos. Daí adveio o interesse pela retoma da sua vida e obra, que trouxe para a luz aquele romance esquecidíssimo. Foi então preciso corrigir alguma coisa nas ideias assentes: a) Castilho, longe de ser hoje «ilegível», conforme vulgarmente se pensa, é um autor ainda cheio

de frescura e graciosidade pelo menos nos «Mil e Um Mistérios», continuando a ser um vernaculista de boa cepa; e b) finalmente, teremos de reavaliar, em julgamento actualizado e nosso, a severidade da condenação imposta a Castilho na sequência da célebre *Questão Coimbrã* na medida em que tal julgamento continua a influenciar-nos. Por outras palavras, graças à óptica dos estudos regionais, pudemos sentir a necessidade de uma reparação de justiça literária de alcance nacional e de notar até, com algum espanto, que não estávamos sozinhos na opinião.

Conforme dizemos, é este o último acto do rol de intervenções culturais que temos vindo a desenvolver na Bairrada. O percurso iniciou-se há cerca de dez anos, repetimos. Palestras e conferências, encontros e convívios, organização de prémios e publicação de um suplemento («Terra Verde»), criação da AJEB (Associação de Jornalistas e Escritores a Bairrada), etc., tudo isso foi sendo acompanhado pela publicação de livros. O de Castilho ainda não saiu do prelo, não vo-lo posso exhibir, mas os outros vo-los passarei a mostrar. O primeiro foi «Versos do Campo», de José Francisco Moreira, um poeta popular de Anadia que Rodrigues Lapa prefaciou nos anos vinte e que reeditámos com inéditos. Depois surgiram os «Subsídios para a História da Vinha na Bairrada — Séculos X ao XII», por Deniz de Ramos. A antologia «Letras Bairradinas», que organizei, recolheu 16 autores de incidência regional: Manuel Alves, o «Poeta Cavadôr», Adolfo Portela, Tomás da Fonseca, Fialho de Almeida, António de Cértima e outros. Seguidamente, no volume intitulado «Encontros de Escritores e Jornalistas da Bairrada» ficaram coligidas 40 comunicações de 30 participantes de três encontros realizados até então. O esforço prosseguiu com a publicação do estudo «Relance Histórico-Linguístico Sobre a Região da Bairrada», por António Capão.

Com os «Estudos Regionais», de nossa autoria, insistimos de novo na necessidade de se obter uma delimitação mais ou menos credível ou científica dos contornos geográficos da região (para o que se requer naturalmente uma definição dos elementos que a caracterizam) além de aludir à arquitectura rural, arqueologia, falares, etc., e depois surgiram os «Estudos de Toponímia da Bairrada», que recuperámos da pena de um bairradino caído no esquecimento, Joaquim da Silveira, filólogo e eru-

dito que foi colaborador e amigo de Leite de Vasconcelos. Enfim, dedicámos ao escritor António de Cértima um estudo biográfico com inéditos que inaugurou as comemorações do centenário do seu nascimento, em Oliveira do Bairro (com ciclo de conferências publicadas em volume, monumento em bronze, realização de um vídeo, etc.), e reeditámos a «Obra Poética» de Rodrigo Rodrigues dos Santos, autor de Anadia e Mealhada que, embora polémico, foi *best seller* nos anos trinta.

Terminamos aqui, desejando que estas referências não sejam entendidas como um «olhem para o que ele fez!» e sim, muito a sério, como um «vejam quanto há para fazer e se pode fazer!» numa regiãozinha como a Bairrada. Norteados por uma perspectiva englobante dos estudos regionais, os diversos autores espalhados por aí poderão vir a ter mais presente a sua região para que a sua região, mais e melhor, possa vir a tê-los como seus — para os aplaudir.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Texto da conferência que abriu a jornada «Autores regionais tomam a palavra»,
Biblioteca Municipal de Aveiro, 7 Junho 1997.

bibRIA

SALVEM OS RIOS DA BAIRRADA!

Há dias, numa reunião de pessoas preocupadas com a crescente degradação ecológica e ambiental da Ria de Aveiro, um dos presentes aludiu de passagem ao rio Boco em termos que resultaram para mim algo chocantes. Contestou mesmo a designação de «rio» que o curso de água mantém na cartografia e na toponímia, pois o assoreamento a transformou num simples «ribeirito».

Chocante, porém, não foi a expressão usada, é antes a realidade objectiva que a provocou. De facto, infelizmente, o rio Boco (palavra que sempre ouvi pronunciar com a primeira vogal aberta: «ó») não passa realmente, na actualidade, de um mísero e tristonho ribeiro ameaçado de morte. Continua a dividir os concelhos de Cantanhede e de Oliveira do Bairro, nos distritos de Coimbra e de Aveiro, correndo à ilharga das freguesias dos Covões, Bustos, Ouca e Soza, indo desaguar na Ria perto da vila de Vagos. Mas como vai longe o tempo (aliás tão próximo que ainda perdura nas memórias dos habitantes idosos!) em que o nosso rio era navegável por mercantéis e moliceiros até à Malhada, lugar dos Covões que terá recebido tal nome pelo facto de ali os barcos se deterem em «malhada», ou até ao Portinho (lugar de Bustos, Mamarrosa), topónimo que também terá origem idêntica.

O assoreamento e o abandono total estão a matar o aprazível rio Boco da nossa infância e matam-no com tanta rapidez que o desgraçado talvez não consiga sobreviver a outra geração. Os problemas acumulados na Ria de Aveiro, tão maravilhosa,

começam de facto em cursozinhos fluviais como este, para já não falar das numerosas valas hidráulicas ou dos pequenos regatos que se espalham, como dedos de mão aberta, por toda a sua bacia. As valas da drenagem das chuvas e das fontes, antes límpidas, em 60 anos transformaram-se vergonhosamente nos canos de esgoto *menos maus* que se conhecem (porque os piores são ainda as valetas das povoações com escorrências nauseabundas a céu aberto).

Evidentemente, a sorte desgraçada do Boco, asfixiando até ao ponto de já não merecer o nome de rio, não faz esquecer, antes lembra dramaticamente, a sorte horrenda que estão a sofrer os outros rios da Bairrada, o Levira e o Cértima e, neste, o caso desesperado da Pateira de Fermentelos. Há poucas dezenas de anos chegou a debater-se o projecto de os tornar navegáveis, imagine-se, mas hoje são o que se vê, vazadoiros de lixos, cómodos baldios onde podem praticar-se todas as tropelias. Por seu lado, os respectivos afluentes continuam expostos a não menores desmandos.

Perante todas estas cenas de horror e morte, apetece gritar: Salvem os rios da Bairrada!

A água dos poços domésticos e até as fontes estão já gravemente poluídas. Os terrenos não escapam a sérias contaminações: fossas, estrumes, produtos químicos e metais pesados diversos, tudo se vai acumulando debaixo dos nossos pés. Os próprios lençóis freáticos parecem estar a cair definitivamente, com tudo o mais, na onda da destruição mais cega. O que se salvará agora para servir amanhã?

Cada vez mais pessoas, em povoações rurais bairradinas, ficam na necessidade de ir arranjar longe, cada vez mais longe, a água para beberem ou para meterem na panela da sopa. Essa água, de melhor qualidade relativa e cada vez mais rara, custa dinheiro, cada vez mais dinheiro. Mas a água é elemento indispensável, absolutamente indispensável à vida humana, a todas as formas de vida. O futuro é negro, estão a vê-lo negro quantos agora lavam os olhos em água não conspurcada e por isso conseguem ver claro para dentro do próximo futuro.

Salvem urgentemente os nossos rios!

São poucos, são preciosos!

Depois de os perdermos, como iremos poder viver aqui sem recuperar (mal e a muito custo!) o que estamos a deitar fora?

Salvem-nos!

«Jornal da Bairrada», Oliveira do Bairro, 28/11/1996.

bibRIA

REGIÃO E CULTURA

Vejamos como se passam as coisas, tão à nossa vista que quase ninguém dá por elas. Quando uma criança ingressa no ensino básico, leva consigo para a escola um lastro já considerável de elementos conformadores recebidos até então da família e da comunidade envolvente. Todavia, o que a criança vai aprender em aulas pouca ou nenhuma relação terá com a preparação antes adquirida. Aprenderá matérias novas, que servirão de algum modo para a introduzir no mundo dos adultos organizado à escala do país. Começa então, a partir daí, a inserção da criança no quadro da cultura de âmbito nacional, digamos assim, da cultura dominante, que tenderá a integrar mais ou menos cada indivíduo, consoante o pessoal desenvolvimento que vier a atingir. As ligações à família e aos locais de infância permanecerão naturalmente, conservadas sem esforço, nos sentimentos e nas memórias de quem chega à plena cidadania. Mas o que se perde normalmente por este caminho?

Não será, por regra, nada do que, sendo importante, fica referido. Perde-se, no entanto, algo que não é menos importante mas que parece imperceptível pois é muito difícil de perceber: o sentido da região, onde o *local* surge como parte do *todo*, da mesma forma pela qual cada região surge incluída no todo nacional.

Existe hoje, felizmente, uma atenção cultural específica virada para a pequena dimensão, contemplada por exemplo pelo grau académico em História Local e por um crescente número de estudiosos que demonstram bem a vitalidade da sua área temá-

tica. Porém, já não se poderá dizer o mesmo, infelizmente, dos Estudos Regionais, área assaz maninha apesar das imensas potencialidades e de todo o interesse cultural que aí se contém.

É certo que um pouco do acervo cultural da região se espelha em cada um dos locais que a constituem, mas não é menos certo que as características próprias de cada região só se tornarão perceptíveis através da visão de conjunto das suas partes constitutivas. Identicamente, o país será sentido e compreendido de facto como um todo através da visão do conjunto das regiões que o integram.

Em suma, falta-nos uma cultura especificamente regional, isto é, orientada para a captação e tratamento adequado das diversas manifestações regionais. A Bairrada (região ou sub-região, se se quiser) é neste aspecto, apesar de todos os esforços, um caso paradigmático. Continuamos apegados em demasia à mentalidade que tem inteligência para distinguir as dimensões local e nacional, mas que ainda não é capaz de atender quanto baste à dimensão intermédia, sem dúvida de apreensão mais trabalhosa.

Talvez por isso mesmo, continua a confundir-se lamentavelmente o regional com o regionalismo como se fossem termos equivalentes, sabendo-se embora até que ponto o regionalismo vai ao ponto de caricaturar o regional. Talvez por isso, também, os projectos de regionalização têm vindo a esbarrar entre nós com dilações sucessivas, porque é assim tão escassa a sensibilidade (ou a sensibilização) dos portugueses em relação ao assunto. Entretanto, abundam na Europa casos exemplares que poderão encher os olhos de quem quiser abri-los.

A introdução da chamada Área-Escola no sistema do ensino avançou num sentido positivo ao pretender relacionar cada aluno com o quadro dos valores culturais principais da respectiva envolvência. Mas (sem falar já das dificuldades de pôr em prática as disposições que estão no papel), mais uma vez, segundo parece, tendeu-se para situar as coisas na órbita do local, não do regional, dimensão esta com um nível cultural específico que vai sendo adiada, negligenciada, e mesmo um pouco obliterada, pois será sempre um pouco arrelhiadora a dimensão da realida-

de que a curteza ou a debilidade de alguns braços não conseguem abranger. Por tudo isto, as pessoas, incluídas as ditas «de cultura», mantêm-se em permanente oscilação entre os níveis do local e do nacional, sem chegarem a descobrir o que está de permeio. Contudo, porque dizia Miguel Torga que o local é o universal sem paredes? Quem aceita emparedamentos?

«Jornal da Pateira», Aveiro, 04/12/1996.

bibRIA

BAIRRADA E GÂNDARA FRENTE A FRENTE

Sabe-se que a Bairrada e a Gândara constam de alguma cartografia e que diversas obras de corografia ou de geografia humana também registam os nomes destas regiões contíguas. As referências mais antigas que poderão encontrar-se remontam, ao que se julga, apenas ao século XVIII. É pouco, digamos assim, pois todos nos inclinamos a crer, por sentimento e não por crédito atestado em documentação incontrovertida, que tanto a Bairrada como a Gândara existem de longa data embora sem registos escritos comprovativos dessa maior longevidade.

De facto, os estudos dedicados às regiões são recentes e, além disso, são muito poucos e ainda em número deveras insuficiente. A quantidade reduzida de autores de monografias que estudam uma freguesia ou um concelho diminui drasticamente quando o leitor pretende abarcar uma região, espaço que por norma abrange uns tantos concelhos. Observando este fenómeno, tenho vindo a repetir aqui e acolá, sempre que adrega a ocasião, duas coisas essenciais:

1ª - As regiões existem realmente, para todos os efeitos, dentro dos seus ambientes próprios e envolvidas por faixas de transição mais ou menos extensas;

2ª - As regiões são reconhecíveis por toda a gente graças a elementos integrados de variadas categorias culturais, que vão da paisagem natural (transformada pelo trabalho dos habitantes) à arquitectura dos alojamentos, às formas de falar, de vestir, de comer e de festejar, aos modos de sobrevivência económica, etc.

Devido à singular escassez deste tipo de estudos, cada região ainda hoje permanece numa obscuridade lamentável. As pessoas, de dentro ou de fora, sentem-nas com base em impressões subjectivas que se inspiram em elementos caracterizadores isolados, de qualquer maneira parciais e um tanto aleatórios. Falta, na base, uma visão de conjunto, ou seja, pelo menos, um competente estudo global e globalizante, capaz de gerar a síntese definidora e, enfim, o reconhecimento e o consenso.

No meio de tudo isto, pergunta-se: alguém se admira que não se saiba ao certo, com um mínimo de base esclarecida, por exemplo, onde começam e onde acabam a Bairrada, a Gândara? Sabe-se que são regiões confinantes e... pouco mais. Joaquim da Silveira, filólogo bairradino que teve a honra de retirar do esquecimento mas que tão esquecido permanece, consagrou-lhes notas muito eruditas (ver: «Estudos de Toponímia da Bairrada», edição Figueirinhas, 1993, pp 158 e 195, onde terras gandaresas são referidas em Gelfa). Essas notas continuam perfeitamente actuais e a merecer atenta leitura.

Tão-pouco admirará a facilidade com que certos incautos continuam a confundir as duas regiões. Não será fácil distinguir no terreno a faixa de transição entre uma e a outra, é certo, mas também é certo que a Gândara possui características que de todo em todo parecem não confundíveis com as da Bairrada. Talvez as confusões resultem das gerais desatenções que têm vindo a rodear (a *escamotear*, ia a dizer) a entidade cultural «região».

Apesar de tudo, assomam por vezes manifestações de uma certa rivalidade entre as duas vizinhas. É pena e é de lamentar, acho eu.

Num importante e memorável estudo, que por sinal foi a sua tese de doutoramento, Fernanda Delgado Cravidão investigou a forma de povoamento da Gândara, zona outrora muito desabitada, e por essa via documentou que muitos dos primeiros gandareses eram de origem bairradina. Pois que esta ancestralidade comum sirva para alicerçar uma fraternidade e uma cooperação o mais vivas que for possível!

Bom será, por isso, que a aproximação entre a Gândara e a Bairrada se aprofunde. As pessoas de cultura já hoje se inter-

relacionam um pouco através da «fronteira» mas é desejável que também noutros domínios (desportivo, comercial, turístico, etc.), e sem esquecer o associativismo intermunicipal, as aproximações se façam para geral proveito.

«Jornal da Gândara», Portomar (Mira), 25/12/1996.

bibRIA

MANIFESTO SOBRE A CULTURA BAIRRADINA

1 – Em primeiro lugar, a divulgação de um facto. Em seguida se tentará o seu enquadramento.

No corrente mês de Janeiro, a AJEB ficou paralisada. Adormeceu em cima das pernas por falta de mais pernas para andar. Até quando? Até ver.

Impõe-se a necessidade de dar público testemunho dessa «baixa», tanto mais que não se realiza este mês a costumada assembleia geral, que nem sequer foi convocada, mas que em termos regulamentares serviria não só para aprovar relatório e contas, também serviria para eleger os novos corpos gerentes da AJEB com mandato de dois anos.

De facto, lamentavelmente, não apareceu lista candidata aos corpos gerentes. Nenhum sócio, prevenido a tempo, assumiu a tarefa de a organizar no período regulamentar.

A paralisação da Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada verifica-se no meio da mais completa indiferença dos sócios. Implica desde já a **extinção do apartado de Correios**. Funcionava em Anadia e era a única forma viável de contacto que o público em geral teve de comunicar connosco nestes anos, devido à carência de sede. Portanto, também o antigo endereço postal caduca, pelo que não mais deve ser utilizado.

Em recurso, toda a correspondência deve ser dirigida para o primeiro e derradeiro resistente: Arsénio Mota, Rua da Picada, 8 - 3770 Bustos; ou Rua do Zaire, 10 - 3º Dto, 4200 Porto – tel. (02) 81.53.28.

A actual situação da AJEB tem naturalmente antecedentes que cumpre recordar. Neste sentido, transcreve-se a «Carta aberta aos sócios» por mim enviada a 2 de Setembro de 1997.

Eis o respectivo texto útil:

«Termina em Dezembro próximo o mandato dos actuais corpos gerentes da AJEB, devendo ser eleitos os novos corpos gerentes em assembleia eleitoral a realizar em Janeiro de 1998 para que tudo continue a decorrer normalmente.

Desde a criação da AJEB, em Janeiro de 1990, todos os corpos gerentes eleitos resultaram de listas candidatas propostas por iniciativa do signatário. E nunca houve listas alternativas.

É de lembrar talvez que esta associação nasceu da iniciativa pessoal do signatário, na sequência da organização, também pessoal do mesmo, dos primeiros encontros de escritores e jornalistas da Bairrada (1988, 1989 e 1990) e dos prémios literários. Mas não será menos de lembrar também que à criação da AJEB aderiram desde logo muitas pessoas com entusiasmo e expectativa; e que, ao aceitar em Janeiro de 1990 o lugar de presidente da Direcção dos primeiros corpos gerentes, o signatário preveniu francamente que não estaria disponível para mais de um outro mandato de dois anos, ou seja, até 1993 no máximo.

As circunstâncias obrigaram demais: o signatário teve de incumbir-se da organização de outros dois mandatos seguintes, num total de quatro — oito anos ao serviço da AJEB e dos seus sócios, dez anos bem contados ao serviço da acção cultural na Bairrada.

Hoje venho dizer-vos, caros consócios, o que tenho vindo a repetir nas últimas assembleias gerais: que não é possível continuar nesta linha. Concretamente, que não estou disponível para elaborar a nova lista dos corpos gerentes a eleger em Janeiro de 1998.

Que alguém tome, portanto, essa iniciativa. Com tempo e calma ponderação. Contando lealmente comigo para ajudar em tudo o que for necessário. Inclusive para integrar a nova lista em qualquer lugar apropriado se tal for requerido — excepto, claro, a de presidente da Direcção.

Não é possível ir mais longe no sacrifício.

Se por infelicidade não aparecer um (ou alguns) sócio(s) voluntarioso(s), disposto(s) a ocupar o posto que fica vago, a AJEB paralisará. E declarar-se-á plenamente um facto: esta associação tem vivido realmente do trabalho de um-sócio-mais-virgula-qualquer-coisa. E se esse trabalho teve valia para alguma coisa, o resto ficará como mera paisagem.

Entretanto, a associação está criada e legalizada. Tem estatutos e mais de trinta sócios. Tem um saldo superior a 500 contos depositados à ordem. Possui um pequeno património (livros que editámos e oferecidos), além de um historial dignificante de realizações culturais. Ainda não dispõe de sede própria mas prometem-lhe instalações condignas na vila de Oliveira do Bairro (malograda que foi, após imensas e curiosas delongas, a hipótese de Anadia, na Casa de Manuel Rodrigues Lapa, patrono da AJEB).

O signatário aponta o que está à vista com legítimo orgulho. Todavia, a nossa associação, como todas as congéneres, terá de ser o que os seus sócios quiserem que seja — todos os sócios menos um, este vosso amigo que, pelo muito que já se lhe deu, deixa agora de ser *incondicional*.

Por favor, tomem a palavra!

Saudações cordiais do

Presidente da Direcção»

2 — Poucos sócios (três ou quatro) «tomaram a palavra» e nenhum deles nos termos positivos que as circunstâncias requeriam. Ninguém, em suma, manifestou a mínima disponibilidade. Um sócio, pelo menos, entendeu declaradamente que o presidente da Direcção ia afastar-se da Associação e que esta iria acabar. Ora nem uma nem a outra coisa são verdadeiras. Eu nunca disse que ia abandonar a AJEB, disse, sim, que não podia continuar tão sozinho, pelo que, com muita antecipação e com todo o empenho, pedi companhia. Em vão. Perguntarei: apenas um sócio tem deveres a cumprir para com a Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada?

Enfim, tão-pouco é verdade que a AJEB vai morrer. Fica a dormir de pé, como árvore de ramos sem folhas, em forçada hibernação. A demonstrar às claras a realidade que permaneceu algo escondida até agora. A demonstrar acusadoramente, espero eu...

Fica à vista a obra feita. A AJEB, repete-se, possui um historial honroso e, em depósito, cerca de 500 contos amealhados sem ter recebido um único subsídio, apenas apoios para acções concretas. Mas esta associação, como qualquer das suas congéneres, nada é sem a vida que nós queiramos dar-lhe. São, portanto, os seus sócios que lhe ditam a sorte e o destino.

3 – Verificou-se nos últimos anos uma certa animação cultural em crescendo na Bairrada, ou seja, no interior de um território balizado pelas cidades de Aveiro, Águeda, Cantanhede e Coimbra. Os contornos da região bairradina permanecem indefinidos. Aqui se realizam encontros e colóquios, palestras, recitais de poesia, concertos e exposições, e se publicam jornais, alguma revista, enquanto vão sendo editados livros em bom ritmo. O que há a dizer sobre esta animação cultural?

Desde logo, convida a lembrar os tempos do animoso grupo da «Plêiade Bairradina», ou seja, o período entre as duas Grandes Guerras, aproximadamente. O grupo foi criado, ao que julgo, sob proposta de António de Cértima, por sinal então ausente no Porto, a que logo aderiu o padre Acúrcio Correia da Silva. Amigos e conterrâneos, os dois jovens poetas organizaram o grupo e em poucos anos conseguiram guindar o esplendor da cultura regional até um nível verdadeiramente admirável. Depois, na segunda metade do século, acentuou-se o marasmo. Um eclipse mergulhou na sombra vultos de bairradinos antes prestigiosos e populares. A vida agrícola, comercial e industrial eram tudo, a emigração o escape.

Neste quadro, tornou-se imperiosa a recuperação de todo o património cultural perdido, a recuperação de uma identidade regional. Da tarefa se incumbiu quem, nascido em 1930 no mesmo concelho de Acúrcio e Cértima, ainda pôde sentir alguma da irradiação produzida pelos elementos da «Plêiade» e recor-

dá-la anos volvidos, como quem regressa, pelo fio da saudade, à sua própria matriz.

Os bairradinos são acusados de terem pouca memória. Serão capazes de ver a presente animação cultural da Bairrada tão naturalmente como se tivesse existido desde sempre? Nesse caso, vale a pena propor alguns dados que fiquem para esclarecimento e arquivo. Desde logo, é preciso notar que nem sempre foi assim. Mais: que esta animação, pouca mas alguma, não existia há uns simples dez anos. Começou a despontar por volta de 1987, graças à iniciativa de uma pessoa singular à qual outras pessoas a pouco e pouco quiseram aderir. É justo que o esforço e mesmo o sacrifício lhe sejam reconhecidos.

Há dez anos não se registava na região uma actividade cultural digna de referência. As acções surgiam muito esporádicas e dispersas. Apenas uma entidade focava a região: a recém-formada Confraria dos Enófilos da Bairrada. Enfim, a terra do leitão assado e do vinho maduro não existia no plano da cultura! Então foi posto o dedo na tecla do despertar: a crónica «Bairrada sem literatura» saiu no *Jornal de Notícias* em 21/02/1987, na minha coluna semanal intitulada «Fruta da época». Não bastou porque, meses depois (em 18/07), o tema era retomado noutra crónica da mesma série com o título de «Bairrada encantada».

No ano seguinte apareceu o livro «A Última Aposto», subintitulado «Ficções na Bairrada». Foi possível avançar com a organização do primeiro Encontro de Escritores e Jornalistas da Bairrada, na Curia, e com o anúncio do primeiro Prémio Literário Região da Bairrada, apoiado pela Fundação Eng. António de Almeida, do Porto, para distinguir obras inéditas de ficção, estudo ou poesia. Assim se iniciou a caminhada que veio até hoje e que, num breve apanhado, vale a pena registar nos seus outros pontos principais.

O conjunto de iniciativas que a-pessoa-sempre-a-mesma concebeu e realizou no referido período de dez anos, ou seja, de 1987 a 1997, conseguiu resgatar a região ao marasmo que a envolvia, fazê-la tomar consciência de si própria e dos seus valores culturais. Foram dez anos de renascimento.

Eis o resumo abreviado das acções posteriormente desenvolvidas.

Em 1989 concretizou-se o 2º Encontro de Escritores e Jornalistas, no Luso e no Buçaco, e procedeu-se à recuperação da obra «Versos do Campo» de José Francisco Moreira, poeta popular que foi companheiro de Manuel Alves; a edição, da Câmara Municipal de Anadia, incluiu inéditos.

Em Janeiro de 1990 ficou criada em Anadia a AJEB (Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada), de acordo com a ideia por mim lançada no fim do 2º Encontro. No mesmo ano saiu a antologia «Letras Bairradinas», que demonstrou algo aparentemente incrível: que a região estava presente, por direito próprio, no plano literário nacional. Foi ainda atribuído o segundo Prémio Literário Região da Bairrada, patrocinado pela Fundação Eng. António de Almeida. O Encontro seguinte da série, em Oliveira do Bairro, foi organizado pela mesma mão dos anteriores em face de algumas circunstâncias.

No ano imediato (1991), enquanto a AJEB editava os três livros de três autores distinguidos com os prémios, saiu o volume «Encontros de Escritores e Jornalistas da Bairrada», que reuniu as 40 comunicações feitas aos três Encontros já feitos, e foi realizado em Anadia um Curso de Métodos e Técnicas Jornalísticas para rádio e imprensa. Por outro lado, a AJEB organizou o 4º Encontro em Cantanhede.

Para atender à necessidade de aprofundar e divulgar o conhecimento dos valores culturais regionais, começou a publicar-se ainda em 1991 o suplemento *Terra Verde* no «Jornal da Bairrada», onde se manteve até 1993. Outras iniciativas culturais projectavam a região para dentro e para fora dos seus limites.

O 5º Encontro, último da série, ocorreu em Águeda em 1992. Culminou com a proposta de um «Congresso da Bairrada» e o desejo expresso de que servisse para caracterizar a região, definindo-a no mapa.

Em 1993 realizou-se um convívio, o primeiro, em Oliveira do Bairro. Além disso, foram editados os livros «Estudos Regionais» e «Estudos de Toponímia da Bairrada», este uma

selecção de textos dispersos de autoria do erudito bairradino Dr. Joaquim da Silveira.

O ano de 1994 ficou muito preenchido pelo projectado programa comemorativo do centenário de nascimento de António de Cértima. Teve o apoio da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e começou com a publicação do estudo da sua vida e obra num volume que incluiu inéditos; a iniciativa prosseguiu com monumento evocativo, edição de medalha, sessões evocativas e um ciclo de conferências por vários autores, que em 1994 ficaram reunidas em livro.

Em 1995 procedeu-se à edição de uma medalha que assinalou os cinco anos da AJEB (tiragem limitada a cem exemplares numerados).

Em 1996 concretizou-se um «Convívio poético» em Oliveira do Bairro e ficou recuperada a «Obra Poética» de Rodrigo Rodrigues dos Santos, autor anadiense muito combativo e célebre no seu tempo mas que o regime da ditadura emudeceu; por algum motivo a recuperação da sua obra, em 1996, teve ainda que ser polémica...

O rol das acções culturais desenvolvidas no período dos dez anos, dentro ou à margem da AJEB, regista por fim, em 1997, a realização de um segundo «Convívio poético» em Cantanhede e a reedição de «Mil e Um Mistérios», romance recuperado de António Feliciano de Castilho com ambiência da Bairrada de meados do século XIX.

Omitidas ficam acções menores, embora não despiciendas, tais como a criação, através da AJEB, de um prémio de Jornalismo-Reportagem, a vã tentativa de promoção do «Hino da Bairrada» ou a homenagem prestada ao jornalista Eduardo Agostinho, palestras e apresentação de livros recém-editados, artigos em revistas e jornais, etc.

Sem referência ficam também intenções e projectos generosos tais como o referido Congresso da Bairrada, um dicionário de autores bairradinos, o livro sobre as casas senhoriais que a Bairrada merece, a concretização de «safaris fotográficos» na região, a criação de um centro de documentação, etc., etc.

4 - A ideia primeira explica-se melhor através de um exemplo. É importante ver uma peça de Brecht ou de Ionesco representada num palco da Bairrada, mas mais importante será ver nesse mesmo palco representada uma peça cuja temática e talvez mesmo o autor e os actores sejam bairradinos. Pela opinião corrente, dir-se-á que não, que sem dúvida são mais importantes as peças dos autores com renome internacional em comparação com qualquer obra originada numa pequena região portuguesa.

Pergunte-se então o motivo por que sempre seria mais fácil trazer à Bairrada uma peça estranha do que ver em representação um espectáculo retintamente bairradino. Na verdade, se quisermos descobrir por aí alguma tradição teatral na região, teremos de nos cingir aos raros espectáculos de «revista à portuguesa» feitos por amadores ou às populares cegadas (entre-mezes paródicos que saíam à rua na época do Carnaval), duas manifestações de resto em vias de total extinção. E ponto final.

Realmente, torna-se mais fácil, e portanto mais atraente, trazer para a região as obras que se impõem no exterior do que produzir obras autenticamente embebidas nas realidades da vida bairradina. É mais fácil distinguir ao longe o que todos celebram neste nosso tempo de aceleradas massificações, do que sentir o ambiente concreto do terreno onde poisamos os pés. Para o sentir requer-se um esforço de inteligência e de cultura, quando não de verdadeira criação cultural, enquanto as obras que avultam no exterior estão feitas e até entram pelas janelas da televisão das nossas casas envolvidas no celofane dos aplausos.

Na opinião corrente argumenta-se que o essencial do que uma obra de temática bairradina poderá querer exprimir, o seu alcance digamos universal, se encontra também, com melhor expressão estética, nas peças escolhidas sem marca bairradina. São célebres e celebradas, impõe-se-nos por si próprias em prejuízo de quaisquer outras, para mais de obscura proveniência.

Todavia, há razões sérias para pensar que são mais importantes, mais prioritárias, as peças que talvez possam surgir na região, de autoria e porventura com actores bairradinos. Pelo caminho que tais peças abrissem se chegaria, por natural ascen-

são, às obras célebres. Mas, obviamente, a Bairrada não tem um teatro «seu». Se ele vem aqui ao caso, é apenas para realçar a função de exemplo. Falando de teatro, estamos a focar a cultura global que uma região não tem e que poderia ter para geral benefício. A Bairrada tão-pouco possui uma literatura, uma pintura ou uma música «sua», mas porque se conhece ali a existência de obras significativas nesses domínios, a função demonstrativa de um exemplo que não o do teatro ficaria comprometida.

As manifestações culturais distinguem-se não só pelo género e pelo nível estético que alcançam. Uma enorme confusão de ideias começa a gerar-se aqui, porque as manifestações culturais distinguem-se também, não menos, pelos valores expressivos que veiculam. Forma e conteúdo aliam-se inseparavelmente na morfologia corporizada de cada obra. Ora é pelos valores expressivos que transporta da sua base temática que a obra imediatamente comunica e se impõe, ou não. Nenhuma obra, afinal, pode prescindir dessa base temática, qualquer que ela seja, pois é a partir de uma base expressiva concreta que a obra conseguirá projectar-se no céu da universalidade, um céu de resto tão diáfano e abrangente que não há obra que aí não caiba. O que nesse mosaico imenso se reflecte é de algum modo a luz própria emanada de pequenas localidades e regiões do mundo.

Em suma, há que distinguir as manifestações culturais decorrentes *na* Bairrada de outras quaisquer manifestações culturais *da* Bairrada. Aquelas acontecem por «importação», estas brotam do próprio viver no terreno, exprimem o que os bairradinos melhor poderão sentir ou exprimir enquanto protagonistas da sua história. Aquelas podem abundar, estas são raras e, portanto, mais estimáveis. Mas se é verdade que um povo conhece outro povo através da imagem que faz de si mesmo, nas manifestações culturais *da* Bairrada estará a via para o mais adequado contacto dos bairradinos com o universo global da cultura.

«Independente de Cantanhede», 20/01/ e 10/03/1998 (excertos); «Jornal da Gândara», Portomar (Mira), 25/01/ e 10/02/1998; «Auri Negra», Febres, 27/01/1998 (excertos).

PRETENDE A BAIRRADA ABSORVER A GÂNDARA?

A interrogação não é alarmista mas justifica-se. São cada vez mais as vozes que teimam em incluir a Gândara na Bairrada, como se tudo fosse uma região e nenhuma distinção houvesse a fazer. Não se vê a quem pode aproveitar a confusão, que avulta em certos órgãos de comunicação social e que vai alastrando sem comedimento talvez porque se deve a simples ignorâncias. Acontece porém que as ignorâncias, incluídas as não intencionais, em regra são embaraçosas, inúteis e, chegada a ocasião, perigosas.

O «Jornal de Notícias», por exemplo, insiste em não distinguir uma região da outra. Nas suas páginas de informação regional inclui frequentemente, na rubrica «Bairrada», noticiário relativo a localidades gandraesas. (Trabalhei neste diário uns bons anos, mas a tropelia, sendo já velha, parece incorrigível.) Por outro lado, têm-se visto em circulação uns mapas mais ou menos oficiosos que descrevem o território das duas regiões sob o nome único de «Bairrada». Com este nome, ainda, funciona uma rádio... na Gândara.

Há dias, ao folhear uma publicação recente, reparei num mapa em que esta região simplesmente desaparecia sob a designação geral do território adjacente. Não era uma publicação qualquer. Era (é) o livro «Aveiro e sua Provedoria no Séc. XVIII (1690-1814)», resultante da tese de doutoramento da Dr.^a Inês Amorim. Publicado pela Comissão de Coordenação da Região Centro, cujo director o prefaciou, e com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro, o «estudo económico de um espaço histó-

rico» (subtítulo da autora) inicia a colecção «História Regional e Local». Ora, na pág. 63, aparece o mapa que sonega a Gândara, alargando os limites da Bairrada até ao mar.

Pormenor de somenos, dir-se-á. Pois será. Mas junto com outros casos, concorre para insinuar que a região do leitão e do vinho está como que a «alastrar» pela região vizinha e, de algum modo, a absorvê-la de facto. A Gândara fica a perder assim alguma definição e presença. Porém, nenhuma culpa deve ser atribuídas aos bairradinos por esses pequenos desmandos. Não resultam das suas iniciativas e tão-pouco das suas intenções, antes advêm de circunstâncias exteriores a que não serão alheias negligências ou descuidos.

Evidentemente, os pequenos desmandos não serão menos lamentáveis por mais que se devam a descuidos. É preciso reconhecer e respeitar o que existe na realidade. A Gândara é uma região antiga, tal como a Bairrada. Para quem tenha os olhos abertos e se dê ao incómodo de pisar o terreno, aquela não se confunde com esta apesar de contígua e das consequências de todos os relacionamentos que a Bairrada foi tecendo com a vizinha ao longo do tempo.

A Gândara possui já um valioso conjunto de estudos publicados que a justificam e defendem de pleno direito no plano cultural. Outro tanto acontece com a Bairrada. Mas continua a faltar a ambas as regiões (ou sub-regiões, se se quiser) algo de fundador, portanto de fundamental. Infelizmente, ainda não surgiu o estudo global orientado para o registo dos diversos elementos específicos (microclima, processos produtivos, folclore, arquitectura predominante, etc.) que caracterizam cada uma das regiões e que as tornam reconhecíveis.

Um estudo deste género e com este fôlego interdisciplinar daria à Gândara, bem como à Bairrada, como a qualquer outra região do país dele carecido (e são todas as do continente, quero crer), daria, repito, a «certidão de baptismo» que lhes falta após o acto natural do nascimento. Serviria nomeadamente para situar no mapa os contornos agora indefinidos de cada território, mostrando-o envolvido pelas (inevitáveis) faixas de transição que fossem suas.

Todavia, ainda hoje reina em Portugal (depois de tanto se ter falado de regionalização!) uma forte recusa aos estudos regionais, ou seja, aos estudos que contemplem as manifestações características de uma unidade territorial e as tratem no plano da cultura tomando a região como um todo. É, indiscutivelmente, uma grave lacuna, que só não vêem as pessoas que sentem muito bem cada lugar e cada município do país, mas não sentem a entidade *região*, afinal a peça básica presente e sensível no mosaico da nação. A *região*, portanto, continua quase sem existência própria para os portugueses.

Em tal ambiente, não admira que a Gândara desapareça por vezes a favor da Bairrada perante certos olhos para os quais, por qualquer razão particular, apenas esta se tornou visível. Mas não resta dúvida de que, seguindo por este caminho de arbitrariedades e descuidos, talvez mesmo de preconceitos, muita coisa importante estamos todos a perder sem remissão.

Uma nota final. Convém exarar aqui a prevenção. O que neste texto se escreve não pretende enquadrar-se na discussão que se trava em redor da regionalização, tema político-administrativo. A abordagem que proponho é evidentemente outra, de alcance puramente cultural.

«Boa Nova», Cantanhede, 23/01/1998; «Voz de Mira», 01/02/1998.

bibRIA

ÍNDICE

pág.

7	Nota justificativa
9	Epígrafe
11	Explicação
13	Bairrada sem literatura
15	Bairrada encantada
18	Abertura na «Terra Verde»
21	«Plêiade Bairradina» surgiu em 1918
24	Vamos ler «Comunicações»
27	A Bairrada num romance de Castilho
30	Saramago passou por aqui
33	Bairrada: que cultura?
35	Falta escrever a história da Imprensa na Bairrada
38	Para além das aparências
41	Rios da Bairrada seriam navegáveis
44	Enregando ano novo
47	«Camões viveu aqui»
50	Um brado para Lisboa
53	Associativismo na Bairrada
56	Monografias publicadas na região da Bairrada
61	Príncipe alemão viajou pela Bairrada em 1842
65	Quem (não) quer saber?
68	Bairradinos esquecem ditos proverbiais
71	Bens culturais bairradinos carecem de mais circulação
74	Municípios dão-se as mãos para a Cultura regional
77	Docentes da Terra Verde na Universidade coimbrã
83	Vamos dar um grande salto qualitativo?
86	Espólios valiosos pertencem à região
88	Bibliotecas, sim!
91	Morreu a Associação
93	Faltam Estudos Regionais
95	A Bairrada em Lisboa
97	O estado da região
99	Cultura regional — o que é?
101	Defendamos a região
103	Simplesmente «AJEB»
105	Em torno da «pucheira»
107	Um Congresso para a região
109	Estudos Regionais — uma abordagem
121	Salvem os rios da Bairrada!
124	Região e Cultura
127	Bairrada e Cándara frente a frente
130	Manifesto sobre a Cultura bairradina
139	Pretende a Bairrada absorver a Cándara?



REPRODUÇÃO DO VITRAL DOS PAÇOS DO CONCELHO